

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (CCHL)  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

NALVA MARIA RODRIGUES DE SOUSA

**A POLÍTICA DE SALTO: a participação feminina na política piauiense-  
1970 a 1998**

TERESINA - PI  
2008

NALVA MARIA RODRIGUES DE SOUSA

**A POLÍTICA DE SALTO: a participação feminina na política piauiense-  
1970 a 1998**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Juliana Elias Lopes.

TERESINA - PI  
2008

5725p Sousa, Nalva Maria Rodrigues de  
A Política de Salto: a participação feminina na política  
piauiense – 1970 à 1998. / Nalva Maria Rodrigues de Sousa.  
Teresina: 2008.  
117 fls

Dissertação (Mestrado em História do Brasil)  
Universidade Federal do Piauí, 2008.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana Elias Lopes.

1. Mulheres – História. 2. Mulheres na política – História. I Título.

C.D.D – 305.409

NALVA MARIA RODRIGUES DE SOUSA

**A POLÍTICA DE SALTO: a participação feminina na política piauiense-  
1970 a 1998**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Juliana Elias Lopes.

Aprovada em: 13 / 06 / 2008

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Juliana Elias Lopes (Orientadora)  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof. Dr. George Félix Cabral de Souza  
Universidade Federal de Pernambuco

À minha família e amigos.

## AGRADECIMENTOS

Na construção de um trabalho como este, várias instituições pessoas contribuíram, influenciando, apoiando e incentivando, assim, sou imensamente grata a todas, especialmente:

À Capes, pelo financiamento da pesquisa;

À professora Dr<sup>a</sup>. Juliana Elias Lopes, minha orientadora, por ter aceitado acompanhar este trabalho, ajudando, apoiando e incentivando sua realização;

Ao professor Dr. Francisco Alcides do Nascimento, pelas importantes observações feitas ao trabalho;

Ao professor Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco e à professora Dr<sup>a</sup>. Teresinha Queiroz, pelas valiosas observações e sugestões bibliográficas durante a qualificação;

À professora Ms. Elizangela Barbosa Cardoso, pela amizade, atenção e sugestões ao trabalho;

À minha mãe, Teresa, pela amizade e o amor de uma vida inteira;

À Dona Maria Luzia Nogueira do Rêgo Villa, pela leitura e observações no trabalho;

Às minhas eternas amigas consolidadas na convivência valiosa durante o mestrado, em especial, a Jozeanne Zingleara, a Márcia Castelo Branco, a Clarice Helena, a Andreza Galindo, ao Pedro Pio Fontineles e ao José Luís, pelo carinho, apoio, e conversas constantes nas horas de dúvida, angústia e alegria;

Ao Lucas, pela amizade e incentivo.

À Maria da Cruz, Luíza e Leiliane, amigas eternas;

À Sara, pela amizade e generosidade de sempre;

Ao Luciano, pela paciência e carinho nos momentos delicados deste trabalho;

À Dona Eliete Brito, secretária do mestrado, pela atenção e carinho;

Aos funcionários do Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Brito, pela atenção e ajuda na consulta ao acervo hemerográfico;

A Myriam Portella Nunes, Josefina Ferreira Costa, Carmem Lúcia, Maria José Leão, Flora Isabel, Genu Moraes, Elvira Raulino, Lídia Trindade, Maria Dulce Silva, por terem contribuído com um pouco de sua história de vida, para a realização deste trabalho.

À minha família e amigos, pela paciência, compreendendo a importância que este trabalho tem na minha vida pessoal e profissional.

## RESUMO

Este trabalho analisa a inserção feminina na política piauiense, de 1970 a 1998, tendo como meta compreender como as mulheres foram fazendo parte de um espaço tradicionalmente masculino, a política. Na construção do texto, utilizamos como documentos, os jornais e entrevistas, para nos ajudar a entender como se configurou, através das transformações históricas e do próprio depoimento de algumas mulheres, a participação feminina na política. Aliada a essa documentação, a bibliografia, funcionou, como um elo entre a fonte primária e o que existia enquanto construção historiográfica, assim trabalhamos com a história das mulheres, com Joan Scott, memória, com Maurice Halbwachs e subjetividade, com Félix Guatarri. No período estudado podemos observar um crescimento da participação feminina no espaço público e político. No espaço político a participação feminina pode ser caracterizada com avanços, recuos e singularidades de algumas mulheres que não estavam mais atreladas, apenas, ao espaço privado. O trabalho busca contribuir com mais um olhar sobre a história das mulheres, explorando um tema ainda não enfatizado pela academia piauiense.

Palavras-chave: Mulheres. Política. Espaço público. Espaço privado.

## ABSTRACT

This work analyses the feminine insertion in the Piauí politics, from 1970 to 1998, having like understanding mark how the women were making part of a traditionally masculine space, the politics. In the construction of the text, we used documents, newspapers and interviews, to help to understand us how it shaped, through the historical transformations and the testimony itself of some women, the feminine participation in the politics. When it allied to this documentation, the bibliography, it worked, like a link between the primary fountain and what was existing while a history construction, we worked with the history of the women, with Joan Scott, memory, with Maurice Halbwachs and subjectivity, with Félix Guatarri. In the studied period we can observe a growth of the feminine participation in the public and political space. In the political space the feminine participation can be characterized by advancements, retreats and peculiarities of some women who were not more harnessed, only, to the private space. The work looks to contribute with one more glance on the history of the women, exploring a subject still not emphasized by the academy from Piauí.

**key words:** Women. Politics. Public space. Private space.



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Número de mulheres eleitas no Piauí na década de 1970.....	25
TABELA 2- Número de mulheres eleitas no Piauí na década de 1980.....	42
TABELA 3- Número de mulheres eleitas no Piauí na década de 1990.....	44

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. A INSERÇÃO FEMININA NA POLÍTICA PIAUIENSE.....	20
2.1 O ingresso feminino na Assembléia legislativa.....	20
2.2 Fim da Ditadura e o ingresso da mulher piauiense no Congresso Nacional.....	29
2.3 A Democracia e mais mulheres na política.....	43
3. MULHERES EM MOVIMENTO.....	52
3.1 Movimento feminista: algumas considerações.....	52
3.2 Não somos feministas!.....	57
3.3 Mulheres nos movimentos e na política.....	70
4. ENTRE A CASA E A POLÍTICA.....	85
4.1 Mudanças no privado.....	85
4.2 Ser mulher, mãe e política.....	95
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS E FONTES.....	110

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, durante a década de 1920, as discussões sobre o voto feminino começaram a tomar corpo, embora muitos brasileiros se colocassem contra, alegando que a maternidade era incompatível com o ato de votar ou ser votada. Da mesma forma procuravam impedir que as mulheres exercessem profissões consideradas masculinas. Contudo, as mulheres de elite, nesse período, já desfrutavam de oportunidades concretas em profissões liberais, o que não ocorria com as menos abastadas, as quais tinham mais oportunidades no comércio, bancos e educação primária. O grupo composto por defensoras da emancipação feminina requeria direitos similares aos do marido e irmãos, porém não desafiava a ordem pública e a moral convencional, nem reivindicava mudanças nas relações familiares, sendo, por isso, caracterizado pelos pesquisadores como movimento feminino conservador.<sup>1</sup> Nesse contexto, algumas mulheres tiveram significativo destaque, entre elas, Berta Maria Júlia Lutz, bióloga, brasileira, nascida em São Paulo, a qual, após sete anos na Europa aprimorando seus estudos, retornou ao Brasil e concorreu a um cargo no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Defendendo o sufrágio feminino, tornou-se líder desse movimento brasileiro de mulheres. Fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922, filiada à *International Woman Suffrage Alliance*, que impulsionou o movimento sufragista brasileiro.<sup>2</sup>

Não poder contar com sufrágio universal, só conquistado em 1934, não se constituiu óbice à presença feminina na política, como se verifica com a eleição de Luíza Alzira Soriano Teixeira, em 1928, a primeira prefeita no Brasil

Com efeito, em 1927, por conta da campanha pela concessão do direito ao voto feminino<sup>3</sup>, organizada pelas sufragistas com o apoio do governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine e aliados, é permitido o alistamento eleitoral das mulheres naquele estado, surgindo então a idéia de uma candidatura feminina. Após o encontro de Lamartine, Bertha Lutz, Alzira Soriano e seu pai, o coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, foi acordado que Alzira seria candidata à prefeitura do município de Lages (RN). Não obstante uma campanha com muitos conflitos, ela foi eleita com 60% dos votos válidos. Entretanto, em razão da

---

<sup>1</sup> HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres, 2003.p. 280.

<sup>2</sup> HAHNER, op. cit., p. 278-283. AVELAR, Lúcia. Mulher e Política: o mito da igualdade. *Social Democracia Brasileira*, Brasília, ano I, n. 2, p. 45, mar. 2002.

<sup>3</sup> A professora Celina Guimarães Viana, natural do Rio Grande do Norte, foi a primeira eleitora do Brasil, em abril de 1928.

Revolução de 1930, Alzira governou por apenas dois anos. Embora tenha sido chamada a assumir o cargo de interventora municipal, recusou o convite, justificando que o governo instalado afrontava a democracia. Após a redemocratização do país, em 1945, Alzira volta à política eleita para cargos municipais de seu estado.<sup>4</sup>

Nesse mesmo período, ou seja, nas primeiras décadas do século XX, outras mulheres já despontavam na política brasileira. No ano de 1933, a médica Carlota Pereira de Queiroz foi a única mulher a assinar a Constituição e, em 1934, foi eleita primeira deputada federal em São Paulo.<sup>5</sup> Nesse mesmo ano, Maria do Céu Fernandes<sup>6</sup> foi eleita a primeira deputada estadual.

Ao tempo em que esse debate em torno do direito ao voto feminino e sua consolidação era enfatizado no Brasil, no Piauí, a participação feminina no sufrágio universal era discutida de forma muito tímida, sendo que apenas uma pequena parcela das teresinenses se manifestaram a respeito da emancipação política feminina. No que se refere à representação política, a primeira mulher piauiense a adquirir título eleitoral foi registrada no ano de 1937, no município de Castelo do Piauí, quatro anos após o primeiro alistamento nacional de eleitoras na Assembléia Nacional Constituinte, em 1933.<sup>7</sup>

No ano de 1955, foi eleita a primeira vereadora de Teresina, Maria Guadalupe Lopes de Lima, advogada, jornalista, natural de São João do Piauí. Trabalhando na Rádio Difusora de Teresina, Maria Guadalupe destacou-se por seu carisma e conquistou audiência da população no rádio, projetando-se posteriormente na política.<sup>8</sup> “Em 1958, no município de Buriti dos Lopes, foi eleita a primeira prefeita piauiense, Zezita Cruz Sampaio, bem como cinco vereadoras em Beneditinos, Itainópolis, Landri Sales, Nazaré do Piauí e Paulistana”<sup>9</sup>, uma em cada município.

Na década de 1960, a jornalista Iracema Santos Rocha e Silva se candidatou à Prefeitura de Teresina, sendo a segunda mais votada. Filha do primeiro padre do estado a abandonar a batina para casar-se, teve uma educação paternal, que caracterizava como uma “visão universal de liberdade”. O pai porém, não permitia que Iracema fizesse sua escolha

---

<sup>4</sup> SCHUMACHER, Schuma. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade* biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 35-37.

<sup>5</sup> SCHPUN, Mônica Raisa. Carlota Pereira de Queiroz: uma mulher na política. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 168, 1997.

<sup>6</sup> TABAK, Fanny. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989. p. 15.

<sup>7</sup> SILVA, Maria Dulce. Mulher e participação política no Estado do Piauí. *Cadernos Feministas de Economia e Política*. Recife: Casa da Mulher no Nordeste, n. 2, p. 133, 2005.

<sup>8</sup> BRANCO, Nerina Castelo. Presença da mulher. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (org.). *Piauí – Formação, desenvolvimento, perspectiva*. Teresina: Halley, 1995. p. 399.

<sup>9</sup> SILVA, op. cit., p. 133.

profissional, pois ela queria ser advogada, enquanto o seu pai defendia a tese de que mulher deveria ser professora. Aos 19 anos, estava pronta para lecionar e, já depois de casada, fez o curso de Filosofia e, posteriormente, Didática, cursos implantados por Dom Avelar, arcebispo de Teresina, nas décadas de 1950 e 1960.<sup>10</sup> Depois de 20 anos de casada conseguiu realizar o seu grande sonho de ser advogada, período em que suas filhas começavam o curso superior. Ao mesmo tempo em que estudava, Iracema foi professora Catedrática da Escola Normal e do Liceu Piauiense, depois secretária municipal de Educação, durante o mandato de João Mendes Olímpio de Melo.<sup>11</sup>

Em 1964, Iracema foi presa política por se posicionar publicamente, através de uma emissora de rádio, contra o governador da época, Petrônio Portella.<sup>12</sup> Recentemente, em entrevista ao jornal *Meio Norte* Iracema afirmou:

Não tinha noção do que estava acontecendo no Brasil. Logo depois de falar, reivindicar direitos das mulheres e dos trabalhadores, muitos amigos começaram a me alertar que eu seria presa, porque muitas outras pessoas estavam sendo presas, sob o pretexto de comunistas, o que eu realmente nem entendia direito [...]. Quando foi no dia das Mães de 1964, logo cedo um policial bate na minha porta e meu marido atende, ele diz que me levaria presa. Ninguém podia me acompanhar. Passei nove dias presa. Os meus depoimentos eram feitos de madrugada, dando uma sensação de terror. Neste período não tinha muita noção do perigo que corria. O meu maior medo foi quando um soldado me acordou de madrugada, ele já me conhecia por conta de alguns atos que estava presente em favor deles, então ele me ofereceu comida e disse que não havia perigo, neste momento então fiquei muito preocupada, não quis mais comer, porque temia que a comida estivesse envenenada.<sup>13</sup>

Tal depoimento se refere a um momento muito delicado para o Brasil, o do regime militar, que tinha como tônica a ausência de liberdade. Iracema, coerente com suas idéias, se posicionou contra tal princípio, o que acarretou sua prisão. Após esse período, na década de 1970, identificamos suas opiniões na coluna *Retoques, Fatos e Notícias*, do jornal *O Dia*, em

---

<sup>10</sup> IRACEMA: Ela quebrou tabus. *Meio Norte*, Teresina, ano XII, n. 5374, p. 8, 8 abr. 2007.

<sup>11</sup> João Mendes Olímpio de Melo nasceu em 16 de dezembro de 1917, no Acre, e faleceu em 1º de agosto de 1979, em Teresina. Formado em Engenharia Agrônoma pela Escola de Agronomia da Bahia, foi prefeito de Teresina em 1950. Exerceu os cargos de assessor do Ministério da Agricultura, secretário de Educação, secretário de Saúde, senador e deputado federal em 1962.

<sup>12</sup> Petrônio Portella Nunes nasceu em 12 de setembro de 1925, em Valença, e faleceu em 6 de janeiro de 1980. Formou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Sua vivência esteve direcionada à política, sendo eleito suplente (convocado) de deputado estadual, em 1951; deputado estadual, no período de 1955-1959; prefeito de Teresina em 1956-1963; governador do Piauí em 1963-1966; senador da República em 1967-1980; ministro da Justiça; presidente do senador por duas vezes; líder e presidente da Aliança Renovadora Nacional -ARENA. C.f. BRANDÃO, Wilson Nunes. *Mitos e lendas da política piauiense*. Teresina, 2006. p. 100. KRUEL, Kenard. *Djalma Veloso: o político e sua época*. Teresina: Zodíaco, 2007. p. 283-337.

<sup>13</sup> IRACEMA: Ela quebrou tabus, *loc. cit.*

que Iracema dava continuidade à abordagem de diversos temas políticos relacionados à cidade de Teresina e ao Piauí.

Ainda na década de 1970, ela foi candidata novamente a deputada federal, saindo vitoriosa, porém não pôde assumir o mandato por conta de um resultado eleitoral adverso à sua pretensão.

Ainda em 1964, uma mulher do Piauí se destacou por sua atuação política em outro estado. Trata-se de Genu Moraes,<sup>14</sup> filha de Eurípedes Clementino de Aguiar<sup>15</sup>, a qual conviveu desde cedo com a política e por ela sentiu-se atraída. Em entrevista concedida a esta pesquisadora, quando indagada por que não seguira a carreira do magistério, como era predominante em sua classe social, respondeu o seguinte:

Professora? Ah! Porque eu tinha muita coisa para fazer, era política, era isso, era aquilo, era conversar, era dar assistência ao meu pai, ficar perto do meu pai, ouvindo as conversas... E eu não gostava de conviver com crianças, gostava de conviver era com adulto, e eu ficava era ouvindo as conversas do meu pai, era ficar dando palpite, isso é que eu gostava.<sup>16</sup>

Através deste recorte da entrevista, pode-se constatar que Genu Moraes era/é uma mulher à frente de seu tempo, pois, oriunda de uma família tradicional e de posses, destaca-se por ter comportamento singular, sendo a primeira mulher em Teresina a dirigir um carro. A política continuava a ser sua grande paixão e, após o casamento, passou a morar em São Luís-Maranhão, onde, projetando-se na imprensa como jornalista, candidatou-se e foi eleita a primeira vereadora, na década de 1960. Vale ressaltar que, nessa época, o cargo de vereador no Brasil não era remunerado. Após esse período, Genu foi candidata a deputada federal, mas não se elegeu.

Na década de 1980, ela retornou ao Piauí, onde foi chefe de cerimonial do Governo de Alberto Tavares e Silva (1987 a 1991) e de Francisco Moraes Sousa (1995 a 1998). Por ser de uma família tradicional, não teve dificuldade em exercer essa função, que, segundo ela, era um trabalho muito interessante e agradável (assessorava com relação à etiqueta e à recepção de festas).<sup>17</sup> Esse tipo de trabalho dá destaque às mulheres, por estarem fazendo parte da

---

<sup>14</sup> Maria Genoveva de Aguiar Moraes Corrêa nasceu em Teresina em 15 de fevereiro de 1927. Atualmente reside em Teresina.

<sup>15</sup> Eurípedes Clementino de Aguiar nasceu em 19 de janeiro de 1880, em São José dos Matões – MA e faleceu em 2 de março de 1953. Formado em Medicina pela Faculdade da Bahia, foi jornalista, prefeito de Floriano (PI), deputado federal, senador e governador do Piauí de 1916-1920.

<sup>16</sup> MORAES, Maria Genoveva de Aguiar Corrêa. *Depoimento concedido a Jozeanne Zingleara Soares Marinho e Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, ago. 2007.

<sup>17</sup> MORAES, *loc. cit.*

política, mas, ao mesmo tempo, as mantém desempenhando papéis de cunho considerado genuinamente feminino.

A participação feminina na política em período anterior à década de 1970 foi tímida, valendo apenas como referência para não deixar no anonimato mulheres que tiveram, a seu modo, inserção no contexto político piauiense. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender como se configurou a participação feminina na política piauiense de 1970 a 1998, com enfoque nas transformações históricas e políticas que fizeram parte do cotidiano piauiense.

O interesse pelo tema surgiu a partir de uma pesquisa desenvolvida durante a graduação em História, na Universidade Estadual do Piauí, que tratava do mesmo tema. Ao final, observamos que a relação mulher e política no Piauí, até aquele momento, 2005, não tinha sido estudada pela Academia, o que fez recrudescer o desejo de continuar pesquisando sobre o tema.

O recorte temporal desta investigação abrange as décadas de 1970, 1980, e 1990, pois temos o intento de compreender a participação feminina na política partidária no Piauí num período de exceção, abrangendo parte do período ditatorial (1970), de transição do regime ditatorial para o democrático (1980) e o período imediatamente posterior à promulgação da Constituição de 1988.

O presente trabalho procura, nesse sentido, dar respostas às seguintes questões: quais as condições históricas que possibilitaram a participação feminina na política? Como os movimentos sociais influenciaram essa participação? Qual a influência da família nessa participação? Que conflitos surgiram da relação entre o espaço privado, a condição feminina e a participação política?

No intuito de encontrar as respostas, buscamos como primeira fonte o jornal *O Dia*, periódico que circula em todo o Piauí, sendo que a exposição das mulheres, através desse jornal, nos instigou a buscar uma aproximação com elas, para tentar compreender mais de perto esse momento em suas vidas.

A partir da pesquisa realizada na imprensa escrita, passamos então ao registro dos fatos na voz das próprias protagonistas, utilizando a técnica da História Oral.<sup>18</sup> Assim foi

---

<sup>18</sup> FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 15.

possível escolher o tipo de entrevista que deveria ser empregada: a história oral de vida,<sup>19</sup> que possibilitou verificar como a política foi fazendo parte do cotidiano de algumas mulheres.

Realizamos entrevistas com as seguintes mulheres: Myriam Portella Nunes,<sup>20</sup> Josefina Ferreira Costa,<sup>21</sup> Carmem Lúcia,<sup>22</sup> Maria José Leão,<sup>23</sup> Flora Isabel,<sup>24</sup> Genu Moraes, Elvira Raulino<sup>25</sup> e Lídia Trindade<sup>26</sup> (esta última entrevistada faz parte de nossa pesquisa por ser mãe de Francisca Trindade<sup>27</sup>, já falecida, e ter acompanhado de perto sua trajetória política). Com o encaminhamento da pesquisa, sentimos ainda a necessidade de buscar informação sobre os movimentos sociais em Teresina, e para tanto realizamos uma entrevista centrada na História Oral temática<sup>28</sup> com a professora Maria Dulce Silva.<sup>29</sup>

Devemos ressaltar que as mulheres selecionadas foram escolhidas a partir do encaminhamento da pesquisa e das fontes levantadas. Desse modo, elas aparecem como um exemplo, a partir da visibilidade na imprensa, que fez com que algumas se sobressaíssem mais, fato que não exclui a importância das demais. Todavia, por uma questão do tempo

---

<sup>19</sup> A história oral de vida é o retrato do depoente. Assim, a ‘verdade’ está na versão oferecida pelo narrador, soberano para revelar ou ocultar casos, situações e pessoas. C.f. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral de vida. In: \_\_\_\_\_ . *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 132.

<sup>20</sup> Myriam Nogueira Portella Nunes nasceu em 15 de dezembro de 1932, no Rio de Janeiro. Advogada, aposentada, foi casada com o ex-governador do Piauí Lucídio Portella Nunes. Foi candidata à Prefeitura de Teresina em 1985. Eleger-se deputada federal em 1986; constituinte entre 1987-1991, voltando a ser candidata à Prefeitura de Teresina em 1988. Foi presidente da Comissão de Assistência Comunitária (CAC), quando primeira-dama do Estado. Na data da entrevista, era presidente do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) – Mulher, em Teresina.

<sup>21</sup> Josefina Ferreira Costa nasceu em 1928, em São Raimundo Nonato-PI. Normalista formada em Petrolina-PE, foi eleita a primeira deputada estadual do Piauí no período de 1971 a 1975. Atualmente é dona-de-casa e reside em Teresina.

<sup>22</sup> Carmem Lúcia de Carvalho Nogueira nasceu em 1955, em Teresina – PI. Formada em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí, está em seu terceiro mandato como vereadora em Teresina.

<sup>23</sup> Maria José Leão nasceu em 1950, em Floriano – PI. Foi deputada estadual no período de 2003-2007. É formada em Pedagogia pela UFPI. Foi primeira dama de Floriano, onde esteve à frente da Secretaria do Bem-estar e Assistência Social.

<sup>24</sup> Flora Isabel Nobre Rodrigues nasceu em 1962, em Teresina – PI. É deputada estadual pelo Piauí e ex-vereadora da cidade de Teresina. Formada em Economia e em Letras, é especialista em Políticas Públicas pela UFPI. Participou do movimento estudantil na época da ditadura militar.

<sup>25</sup> Elvira Mendes Raulino de Oliveira. Nasceu em 1946 em Altos – PI. Jornalista. Candidata a vereadora de Teresina na eleição de 1970 e 1976 (não eleita). Prefeita de Altos no pleito de 2001 a 2004.

<sup>26</sup> Lídia Maria da Trindade. Nasceu em Caracol – BA. Aposentada e dona-de-casa.

<sup>27</sup> Francisca das Chagas Trindade nasceu em 26 de março de 1966 em Teresina – PI e faleceu em 27 de julho de 2003. Teóloga, suplente de vereador (convocada) em 1994. Foi eleita vereadora em 1996; deputada estadual, em 1998 e deputada federal, em 2002.

<sup>28</sup> Por partir de assunto específico e previamente estabelecido, a história oral temática se refere ao esclarecimento ou à opinião do entrevistado sobre algum evento definido. C.f. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 145.

<sup>29</sup> Maria Dulce Silva. Formada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão, com Mestrado pela Universidade Federal da Paraíba. Professora adjunta aposentada do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Coordenou o Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Crianças e Adolescentes (Nupec), no período 1992 a 1994. Foi diretora científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí, no período de março/1996 a maio/1998. Atualmente, é coordenadora-geral da ONG Gênero, Mulher, Desenvolvimento e Ação para a Cidadania (Gemdac).



disponível para a pesquisa, não foi possível uma abordagem da trajetória política de todas as mulheres que participaram da política piauiense no período estudado.

A memória individual<sup>30</sup> das entrevistadas nos aproximou de determinados acontecimentos históricos, e o cruzamento dessas informações com a literatura e os documentos possibilitou um entendimento mais aprofundado, se constituindo em mais um olhar sobre o tema estudado - a relação mulher e política.

A pesquisa histórica nos levou ao conhecimento das manifestações femininas ocorridas, relacionando-as com os movimentos sociais, como também da influência familiar como base primordial e, por que não dizer, predominante na efetivação dos direitos políticos que eram negados às mulheres, sob o argumento de que o seu papel se restringia tão somente ao ambiente familiar.

Deste modo, o texto ficou organizado da seguinte forma: No primeiro capítulo, mostramos como estava organizado o contexto político no período estudado e como se dava a inserção feminina na política, apresentando ainda características singulares da participação feminina na política piauiense.

No segundo capítulo, destacamos os movimentos que tinham mulheres como personagens principais, explicando como alguns impulsionaram a emergência feminina no espaço público e político. Embora abordemos a emergência, as mudanças e a aceitação do feminismo, não é objetivo do capítulo um aprofundamento acerca dos movimentos de mulheres<sup>31</sup>, tampouco do feminismo, pois buscamos tão somente entender como contribuíram para a inserção feminina no espaço público e na política.

No terceiro e último capítulo, enfatizamos a forma como as mulheres buscavam conciliar suas funções no espaço privado com a atividade política, demonstrando alguns obstáculos enfrentados no cotidiano feminino, os quais influenciaram na singularização<sup>32</sup> dos

---

<sup>30</sup> Segundo Halbwachs, a memória individual tem como característica o isolamento, sendo acionada por lembranças de outras pessoas e se reportando a pontos que a sociedade coloca como referência. A memória coletiva contém as individuais, mas elas não se confundem. C.f. HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva e memória histórica*. In: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. p. 72.

<sup>31</sup> O termo movimento de mulheres se refere a todos os movimentos que tiveram como participantes principais as mulheres. O movimento feminista aparece no texto como um dos principais movimentos femininos do período, mas outros movimentos e organizações femininas iram fazer parte desse contexto. Entendemos que o feminismo foi o que mais se destacou, mas consideramos o movimento de mulheres maior que o feminismo, pois percebemos que ele abarca todas as manifestações femininas.

<sup>32</sup> Singularização é usado por Félix Guattari para designar os processos disruptores no campo da produção do desejo: trata-se dos movimentos de protestos do inconsciente contra a subjetividade capitalista, através da afirmação de outra percepção. Assim as mulheres, a partir da convivência social, irão construir suas próprias referências, econômicas e políticas, e.t.c, tendo uma posição própria diante do mundo. C.f. GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986. p. 26.

desejos e projetos femininos, construindo outras posturas diante dos problemas sociais e privados ou consolidando os já existentes.

Alguns autores nos ajudaram a compreender a relação das mulheres com o espaço público político: Michelle Perrot, ao tratar da separação entre os espaços público e privado: “para os homens, o público e o político, seu santuário, para as mulheres, o privado e seu coração, a casa”. Assim, o público, para a mulher no Ocidente, aparece como um problema, sendo que, de acordo com a escritora, as desordens na História estiveram estreitamente ligadas ao desequilíbrio dos sexos.<sup>33</sup> June Hahner contribui para nosso estudo com sua vasta pesquisa sobre as possibilidades da entrada feminina no espaço público e a participação nas primeiras manifestações feministas no Brasil.<sup>34</sup> Maria Lúcia Rocha-Coutinho nos revela que, nas relações familiares no Brasil, as mulheres ora aceitaram as regras sociais, ora se utilizaram de estratégias, para interferir nas decisões sociais e familiares mais significativas, sem deixar de vestir e aceitar o seu lugar tradicional, o privado.<sup>35</sup> Félix Guattari<sup>36</sup> nos ajuda a entender a construção da subjetividade dessas mulheres, abordando a vinculação dos seus desejos com a convivência social. Lúcia Avelar, através de sua análise política, esclarece como a relação mulher e política, num período mais recente, foi construída pelas mulheres e pela sociedade.<sup>37</sup>

Na década de 1970, o ressurgimento do movimento feminista fez emergir a História das Mulheres, estudo que passa a ressaltar, na historiografia, a contribuição das mulheres na construção social, colocando-as como objetos e sujeitos da História.<sup>38</sup> Segundo Joan Scott, na década de 1970 e 1980, a discussão sobre esses estudos tornou-se presente na Academia, nos encontros internacionais e na mídia, principalmente nos Estados Unidos. O movimento feminista é observado pela historiadora como um ponto de partida, já que as representantes feministas reivindicavam a história das mulheres, até então não escrita. Com a ampliação do campo, essa história se desenvolve para além das questões intelectuais e feministas possibilitando novas questões e uma abertura para novas fontes, adquirindo, então, uma energia “própria”.<sup>39</sup>

---

<sup>33</sup> PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 9-10.

<sup>34</sup> HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres, 2003.

<sup>35</sup> ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

<sup>36</sup> GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986. p. 26.

<sup>37</sup> AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: UNESP, 2001. \_\_\_\_\_. *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas, Unicamp, 1989.

<sup>38</sup> SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 77.

<sup>39</sup> SCOTT, op. cit., p. 64.

Assim, a evolução da história das mulheres expandiu sua análise, articulando com novos temas relacionados ao universo feminino no espaço público – trabalho, política, educação, direitos civis - e no privado – família, maternidade, gestos, sentimentos, sexualidade, corpo.<sup>40</sup> É, pois, nesse cenário de transformações dentro da disciplina, enfocando o espaço público, traduzido na política, nos movimentos e na própria identidade feminina, que o nosso trabalho busca contribuir com mais um olhar para a construção da história das mulheres.

---

<sup>40</sup> SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion ;VAINFAS, Ronaldo. *Os domínios da história: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 280.

## 2 A INSERÇÃO FEMININA NA POLÍTICA PIAUIENSE

### 2.1 O ingresso feminino na Assembléia Legislativa

No Brasil, a década de 1970, herdou a ditadura militar, iniciada em 1964, e que se prolongou por 21 anos. Usando a justificativa de implantar a ordem nas instituições contra o perigo comunista, os militares e a burguesia nacional e internacional implantaram um período de intervenção nos sindicatos e nas entidades estudantis, com proibição de greves, censura aos meios de comunicação, criaram o Serviço Nacional de Informação – SNI, que deu base para a cassação de mandatos e a suspensão, por dez anos, dos direitos políticos de parlamentares. O poder e todas as decisões partiam do Executivo, sendo que as eleições para governador e para presidente da República eram realizadas por um colégio eleitoral. Extinguiram-se os partidos políticos, criando-se, por decreto, o bipartidarismo, composto pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Paralelo a essas medidas, implantou-se a repressão política contra todas as manifestações de oposição ao regime militar.<sup>41</sup>

Em meio a essa realidade política, Josefina Ferreira Costa se evidencia como importante inserção feminina na política local. Professora, nas décadas de 1950 e 1960, exerceu o magistério em São João do Piauí, casando-se, na década de 1950, com Raimundo Vaz da Costa Neto, o qual foi prefeito de São João do Piauí, na década de 1960. Josefina, então, acompanha a trajetória política do marido, colaborando na administração municipal e desenvolvendo trabalho social junto à população carente, trabalho esse realizado apenas nos bastidores. Observe-se que, a despeito de não ter como meta entrar na política, na década de 1970, com a ajuda dos amigos e do marido, Josefina desenvolveu sua campanha para deputada estadual, com a realização de alguns comícios, conquistou a população com seu carisma.<sup>42</sup> Apesar do medo de atuar na política, a ex-primeira-dama de São João assumiu a postura de candidata, elegendo-se em 1970 deputada estadual, para o mandato de 1971 a 1974.

Sua atuação foi ressaltada pela imprensa local:

---

<sup>41</sup> HABERT, Nadine. *A década de 1970: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 2003. p. 8/9.

<sup>42</sup> COSTA, Josefina Ferreira. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, set. 2004.

A deputada Josefina Costa ocupou a Tribuna, na tarde de ontem para registrar a realização, nesta capital, entre 30 de setembro e 03 de outubro, VII Reunião Nacional de Prevenção do Câncer Ginecológico, uma promoção da Sociedade Brasileira e da Associação Internacional de Prevenção do Câncer Ginecológico, sob o patrocínio do Governo do Estado e da Sociedade Piauiense de Ginecologia e Obstetrícia.

A oradora fez referência ao esforço de autoridades médicas internacionais e brasileiras na pesquisa das causas e na descoberta do medicamento específico para a cura da terrível moléstia.

A deputada Josefina Costa congratulou-se com as autoridades estaduais, principalmente com o Governador Alberto Silva e com Dr. Dirceu Arcoverde, Secretário de Saúde, por ter o Piauí oportunidade de centralizar a atenção do Brasil inteiro com a realização do importante certame, de âmbito nacional.<sup>43</sup>

Josefina destacava-se em sua nova função, como podemos observar em notas dos jornais da época, apoiando e ressaltando a importância de encontros que tinham como pauta a saúde feminina. O noticiário local, ao ressaltar autoridades políticas daquele momento, possibilitou visualizar a inserção de Josefina no contexto político e a ocorrência de transformações no Piauí, notadamente em sua capital, Teresina, as quais interferiam no cotidiano dos piauienses.

O engenheiro Alberto Tavares e Silva<sup>44</sup> havia sido eleito governador do Piauí para o pleito de 1971 a 1974, tendo como secretário de Saúde o médico Dirceu Mendes Arcoverde,<sup>45</sup> que sucedeu Alberto Silva em 1974. A eleição para governador e prefeito era realizada de forma indireta, sendo que a Assembléia Legislativa, apenas, homologava os nomes escolhidos.<sup>46</sup> Alberto Tavares e Silva, que por duas vezes já tinha sido prefeito de Parnaíba e deputado estadual, estava afastado da política e trabalhava no Ceará, como técnico, mas, mesmo sem o apoio de alguns representantes da elite política local, entre os quais se destacava Petrônio Portella Nunes, foi nomeado governador do Piauí. Segundo o jornalista Zózimo Tavares, Alberto Silva era um “estranho no ninho”.<sup>47</sup>

Com vários projetos de modernização para o Piauí, Alberto Silva ficou conhecido como “tocador de obras”.<sup>48</sup> Vários investimentos na infra-estrutura introduziam o Piauí e sua

---

<sup>43</sup> DEPUTADA destaca encontro médico. *O Dia*, Teresina, ano [s.a], n. 3431, p. 1, 25 set. 1971.

<sup>44</sup> Alberto Tavares e Silva. Nasceu em Parnaíba, em 10 de novembro de 1918. Formou-se em Engenharia Elétrica e Mecânica pela Escola de Itajubá – Minas Gerais.

<sup>45</sup> Dirceu Mendes Arcoverde. Nasceu em Amarante, em 7 de setembro de 1925. Faleceu em Brasília, em 16 de março de 1979. Formou-se em Medicina pela Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, em 1949. Foi governador do Piauí, entre 1975 a 1978, sendo eleito senador da República em 1979 a 1987, mas não completou o mandato em razão de seu falecimento.

<sup>46</sup> TAVARES, Zózimo. *O Piauí no século 20: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003. p. 89.

<sup>47</sup> TAVARES, op. cit., p. 89.

<sup>48</sup> TAVARES, op. cit., p. 90.

capital no processo de modernização e industrialização do país, e, a exemplo do que vinha acontecendo em outros estados brasileiros, estradas foram asfaltadas, interligando a capital a outros municípios e a outros estados; obras de grande porte foram construídas: o estádio de futebol Albertão, o Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas (HDIC), o Zoobotânico e o parque aquático Potycabana. Ampliou-se o sistema elétrico de diversas cidades do Piauí, bem como o sistema de abastecimento de água, construindo-se ainda o Palácio da Justiça, dentre outras obras.<sup>49</sup> No ano de 1986, Alberto Silva foi eleito novamente governador do Piauí, tornando-se pelas obras citadas que foram realizadas em suas duas gestões 1971 a 1974 e 1987 a 1991, um dos políticos mais populares do Piauí.

No segundo mandato, apesar de uma propaganda de que sairia do Karnak – Palácio do Governo – como o melhor governador do Piauí, a imagem que os piauienses guardam de Alberto Silva daquele momento é bem diferente. Durante sua segunda gestão, época de ‘vacas magras’, foram deflagradas diversas greves pelos funcionários públicos da Saúde e Educação. Segundo o jornalista Kenard KrueL, a Educação passou um ano com suas atividades paralisadas, o Banco do Estado do Piauí foi fechado dentre outros órgãos, e o salário do servidor público atrasou por 3 meses. A falta de apoio de alguns ministros, por conta da situação econômica por que passava o Brasil, no final da década de 1980, trouxe esse segundo mandato, de muitas dificuldades.<sup>50</sup>

Retroagindo a 1970, não podemos deixar de incluir outro importante investimento em Teresina: a instalação da Universidade Federal do Piauí. Foi uma conquista lenta, posto que, no ano de 1964, Petrônio Portella, então governador, fez uma solicitação ao presidente, Marechal Castelo Branco, mostrando a necessidade de uma universidade para o estado do Piauí. O percurso desse pleito até a efetivação da UFPI durou aproximadamente 4 anos. Criada em 1968, a UFPI foi instalada em 1971.<sup>51</sup>

Como podemos observar, o Piauí e sua capital, Teresina, ingressaram no cenário brasileiro, através de uma política desenvolvimentista, acompanhando o chamado milagre econômico,<sup>52</sup> no qual foi intenso o crescimento econômico.

---

<sup>49</sup> TAVARES, Zózimo. p. 90-91.

<sup>50</sup> KRUEL, Kenard. *Djalma Veloso: o político e sua época*. Teresina: Zodíaco, 2007. p. 459.

<sup>51</sup> CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003. p. 126/127.

<sup>52</sup> Segundo Marly Rodrigues, milagre econômico ou milagre brasileiro são denominações do período brasileiro entre 1967 e 1973, no qual foi intenso o crescimento da economia. Nesse modelo econômico, o Estado tinha participação direta na economia, investimentos em obras e serviços públicos, mineração, indústria química e petroquímica, transporte ferroviário, energia e telecomunicações, fazendo com que o Estado fosse um grande gerador de empregos, gerando demanda de bens e serviços para a empresa privada. C.f. RODRIGUES, Marly. *A Década de 80- Brasil: quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Ática, 1994.

As transformações não atingiam apenas a economia; a política passava, também, por algumas alterações, como, por exemplo, a redução do número de vagas para a Assembléia Legislativa, o qual, na eleição de 1970, passaria de 43 para 21. Josefina Costa temeu que tal alteração pudesse repercutir negativamente quando de sua eleição, temor que se mostrou infundado, pois ela se tornou primeira deputada do Estado do Piauí.

É importante ressaltar uma característica da inserção das mulheres na política no Piauí, que é observa no fato de que a professora Josefina Costa, por integrar uma família com uma vivência política – o pai, José Ferreira Paes Landim e, posteriormente, o marido, fez parte de um contexto político de repressão –, o que facilitou o apoio não só da população como também dos pares políticos. Essa realidade é observada pela própria Josefina:

[...] o meu sogro era irmão do meu pai, só que ele [sogro] morava em São João do Piauí, e era da Aliança Renovadora Nacional, que nesse tempo era UDN, que depois eu fui eleita pela ARENA. Mas eles eram adversários [...] e meu sogro era deputado, também comerciante, assim como meu pai, um grande comerciante, tanto que ele era forasteiro, mas venceu na terra alheia. Quando ele [pai] veio aqui o senador Candido Ferraz disse que ele devia ser candidato. Ele talvez tenha dito até o que eu disse, porque eu pelo menos era uma normalista, e ele sabia fazer uma carta, porque naquele tempo o povo que sabia fazer uma carta e sabia conversar era letrado, era um comerciante. Um comerciante bem sucedido, muitos filhos também, que inclusive tem um deputado estadual e um federal na família.<sup>53</sup>

Segundo Ricardo Arraes, o resgate histórico oferecido pelo estudo da gênese da sociedade piauiense mostra que, desde os primeiros momentos, o núcleo familiar vem sendo a unidade básica da organização política no Piauí. Deste modo, o poder político dos ‘clãs’ familiares é um instrumento relevante no recrutamento da elite política e nos resultados eleitorais, em níveis local ou estadual. As famílias tradicionais que atuaram na política piauiense têm uma característica muito marcante<sup>54</sup>, que é a permanência política e o predomínio no poder por algumas gerações. Josefina é um exemplo disso, pois pertence à família dos Paes Landim, a qual, segundo Ricardo Arraes, tem supremacia política no sul do estado, como ocorre, por exemplo, no município de São João do Piauí.

[...] a família Paes Landim, cujo tronco familiar é baseado na cidade São João, possui penetração em todo sudeste do Piauí. Na legislatura 95-99, a família possui três deputados, sendo dois estaduais e um federal. Para a Assembléia, reelegeram-se Paulo Henrique e seu sobrinho, José Ferreira,

---

<sup>53</sup> COSTA, op. cit.

<sup>54</sup> ARRAES, Ricardo. *Elites políticas e oligarquias no Piauí: 1982-1994*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UNICAMP, São Paulo, 1999. p. 66.

ambos do PFL. Em Brasília, cumprindo seu terceiro mandato, encontra-se José Francisco Paes Landim. Isso sem se falar nos vereadores que pertencem à parentela, eleitos em algumas cidades da sua região de influência.<sup>55</sup>

Como podemos observar, algumas famílias, por uma influência tradicional, estão presentes na política piauiense há algum tempo. Essa característica da gênese da política piauiense é uma herança do *coronelismo*<sup>56</sup>, que tem suas raízes no núcleo familiar, o que impede que novas lideranças políticas façam parte da política local. Tal prática não é uma particularidade piauiense, já que, segundo Tanya Brandão, o coronelismo teve vigência em todo o território brasileiro, onde grupos familiares, em comunhão com as parentelas, obtiveram um importante poder local, cuja origem remonta ao poder colonial.<sup>57</sup>

A presença feminina era praticamente inexistente, exceto se a mulher já fizesse parte de ambiente familiar político, daí porque Josefina Costa não enfrentou dificuldades para entrar na política, principalmente por sua família fazer parte do grupo político dominante. Em entrevista concedida por ela ao Jornal *O Dia*, depois de homenagem que lhe prestou a Assembléia Legislativa do Piauí em 1993, foi relatado o seguinte:

A única mulher entre os 50 primeiros que receberam a Medalha do Mérito Legislativo, Josefina Ferreira Costa é professora aposentada, está com 64 anos e foi incluída na lista por ter sido a primeira e única deputada estadual piauiense, até o momento. Filiada à extinta Arena, Josefina ocupou a cadeira de deputada na Legislatura de 1971 a [19]74, quando estava no Governo do Estado o engenheiro Alberto Silva. A professora Josefina Costa conta hoje que o seu mandato de deputada foi ‘uma coisa natural, já que a família inteira milita na política de São João do Piauí e São Raimundo Nonato desde muito tempo’. Enfim, continua Josefina, sendo filha de um político influente como o José Ferreira Paes Landim e esposa do deputado Raimundo Vaz da Costa Neto, a minha eleição não foi difícil’.

Dificuldades, Josefina disse que encontrou no primeiro ano na Assembléia Legislativa. ‘A chegada de uma mulher na Assembléia foi o maior impacto na época e também não era prestigiada pelo governador de então, Alberto Silva.

Mesmo assim a tratava bem, não fazia oposição forte, pois também contava com o apoio discreto de seu secretário de Educação, o professor Wall Ferraz, que me ajudou a levar muitos benefícios nesta área para São João do Piauí e São Raimundo Nonato’.

Josefina Costa contou que nasceu em São Raimundo Nonato, mas logo foi morar em São João do Piauí, depois que casou com o deputado Costa Neto, hoje com 66 anos, que tirou quatro mandatos e foi nomeado em seguida para

---

<sup>55</sup> ARRAES, op. cit., p. 71.

<sup>56</sup> ARRAES, op. cit., p. 4.

<sup>57</sup> BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Família e poder na capitania do Piauí. In: BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995. p. 265.



o Conselho do Tribunal de Contas. Na condição de constituinte de 1947, Costa Neto também foi agraciado com a Medalha do Mérito Legislativo.<sup>58</sup>

Apesar de usufruir de certo prestígio familiar, Josefina Costa percebeu no espaço político a falta de apoio de autoridades locais, como, por exemplo, do então governador Alberto Silva, talvez por ela não fazer parte do mesmo partido – o governador era do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e Josefina Costa, da ARENA – mas nada que a fizesse sentir-se “fora do ninho”. Vinte anos após o mandato de deputada, Josefina Costa continuou sendo reconhecida pela sua atuação política, principalmente por ter iniciado a participação feminina no Legislativo piauiense, vista, na época, pelos pares políticos como uma novidade, o que não os impediu de conviver de forma amigável.

Além de a família ser um importante apoio na relação mulher e política, não podemos nos esquecer da vontade de algumas de fazer parte do universo político diretamente. Apesar de afirmarem em seus depoimentos, como é o caso de Josefina, que a política não fazia parte de seus sonhos, a aproximação desse universo de uma forma mais direta foi “semeando” em algumas mulheres a vontade de uma maior atuação.

Assim, as mulheres foram lentamente fazendo parte do contexto político, como podemos observar, na tabela a seguir:

**Tabela 1- Número de mulheres eleitas no Piauí na década de 1970**

ANO	CARGO	MULHERES ELEITAS
1970	Dep. Estadual.....	1
	Prefeito.....	3
	Vice-prefeito.....	2
	Vereador.....	26
	<b>TOTAL</b>	<b>32</b>
1972	Prefeito.....	5
	Vice-prefeito.....	3
	Vereador.....	35
	<b>TOTAL</b>	<b>43</b>
1974		Nenhuma mulher eleita.
1976	Prefeito.....	4
	Vice-prefeito.....	6
	Vereador.....	37
	<b>TOTAL</b>	<b>47</b>
1978		Nenhuma mulher eleita.

Fonte: Lista de candidatas concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

<sup>58</sup> EX-DEPUTADA recebeu medalha. *O Dia*. Teresina, ano XLI, n. 10116, p. 3, 22 jan. 1993.

Ao analisarmos a participação feminina no Piauí, verificamos que, no pleito de 1970, foram eleitas 32 mulheres, distribuídas nos cargos de deputado estadual, prefeito, vice-prefeito, vereador; na eleição de 1972, o número de mulheres com cargo eletivo subiu para 43. Nos pleitos de 1974 e 1978, nas eleições para cargos estaduais, não observamos nenhuma representante feminina eleita no Piauí, o que nos leva a conjecturar que as mulheres tinham uma maior facilidade na política no nível municipal que nos níveis estadual e federal. E, para corroborar essa análise, no ano de 1976, elas voltaram à cena, com 47 mulheres eleitas, 15 a mais do que na eleição de 1972.

Para entendermos melhor a participação eleitoral nessa década, é necessário esclarecer alguns pontos: um fato singular à década de 1970, por conta da situação política, é a realização de três eleições municipais, nos anos de 1970, 1972 e 1976, um total maior que as décadas seguintes. Vale ressaltar que, no ano de 1970, as eleições municipais e estaduais aconteceram apenas nos estados de Minas Gerais, Piauí, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Acre, Bahia e Sergipe. Outro ponto a destacar é que, durante o período de 1966 a 1985, o prefeito da capital era nomeado pelo governador do Estado. Dessa forma, Teresina, no início da década (1971-1975), teve como prefeito o major – engenheiro Joel da Silva Ribeiro. Ainda durante esse período, no ano de 1972, os demais municípios piauienses passaram por outra eleição municipal, que também ocorreu em todo o Brasil. No ano de 1974, tivemos eleições estaduais, e, em 1976, a terceira e última eleição municipal da década, período em que o prefeito da capital, nomeado pelo governador Dirceu Arcoverde, foi Raimundo Wall Ferraz<sup>59</sup>, para o mandato de 1975 a 1979. Já no ano de 1978, ocorreu a última eleição da década, que foi para os cargos estaduais. Dessa forma, podemos entender o porquê de uma quantidade maior de candidatos que nas décadas posteriores, tendo em vista que, nas eleições municipais, a demanda de candidatos é bem maior que nas eleições estaduais, o que no Piauí aconteceu em seus 115 municípios, número que corresponde ao final de 1970.<sup>60</sup>

No ano de 1974, o médico Dirceu Mendes Arcoverde, natural de Amarante, foi eleito governador do Piauí, ainda pelo voto indireto. No momento da eleição para governador, Dirceu estava sendo cogitado para reitor da Universidade Federal do Piauí, contudo recebeu o seguinte recado do senador Petrônio Portella: “diga ao Dirceu que ele não vai para a Reitoria, mas pode se preparar, pois será o próximo governador do Estado do Piauí. Já tenho o sinal

---

<sup>59</sup> Raimundo Wall Ferraz. Nasceu em Teresina em 1932. Eleger-se candidato a vereador da capital em 1955/1963; vice-prefeito, em 1963/1967 e prefeito em 1975/1979, em 1986/1988 e 1993/1994.

<sup>60</sup> SANTOS, José Lopes dos. *Piauí: a força do poder municipal*. Teresina, 1989. p. 546.

verde do presidente Geisel, para o anúncio no momento oportuno”<sup>61</sup>. E, assim, no “momento oportuno”, Dirceu Arcoverde foi confirmado governador do Piauí pela Assembléia Legislativa, para o período de 1975 a 1979. Em 14 de agosto de 1978, Dirceu renunciou ao cargo de governador do Estado, para candidatar-se ao senado, assumindo o governo o vice-governador Djalma Martins Veloso.<sup>62</sup> Concorria também ao senado o ex-governador Alberto Silva, tendo vencido Dirceu para o período de 1979 a 1987, mas não concluiu o mandato.<sup>63</sup>

Diante da nova situação que se apresentava e da legislação eleitoral do período, a qual entendia que, em caso de vacância do cargo, quem devia assumir era o candidato que ficara em segundo lugar, Alberto Tavares Silva foi chamado pela imprensa de ‘Senador obitônico’.<sup>64</sup>

Ainda na primeira metade da década de 1970, a jornalista Elvira Mendes Raulino de Oliveira foi candidata por duas vezes a vereadora em Teresina, em 1970 e em 1976, não conseguindo vitória, mas teve uma campanha muito movimentada. Na primeira candidatura, sua campanha não apareceu muito nos jornais, obtendo mais na segunda tentativa, como se verifica na seguinte notícia publicada no jornal *O Dia*:

Afirmando que o ‘mundo também pertence a mulher’, a cronista social Elvira Raulino, candidata a vereadora de Teresina, fundou, na presença de cerca de duzentas mulheres da sociedade teresinense, o Departamento Feminino da Aliança Renovadora Nacional, órgão ligado à Executiva Regional da Arena e que tem como objetivo principal despertar a mulher e fazer com que ela participe da política do Estado. [...].

Aproveitando a oportunidade, Elvira Raulino falou sobre o porque à Arena. Citando exemplos para justificar, a candidata mencionou nomes como Petrônio Portella, ex-presidente nacional do Partido, ex-presidente do Senado e líder do Governo; Ministro do Planejamento, João Paulo Reis Veloso; Francelino Pereira, presidente nacional da Arena; Stanley Fortes Batista, presidente da Rede Ferroviária Federal, todos piauienses.

Frisou que não poderia ser infiel a um Partido que congrega tantos piauienses ilustres e, além do mais, é a Arena que vem escrevendo a ‘história do Brasil’.

No campo estadual citou nomes como Dirceu Mendes Arcoverde, Governador do Estado e do prefeito de Teresina, Raimundo Wall Ferraz, que vem desenvolvendo um excelente trabalho, pelo engrandecimento do Piauí.

Prometendo representar bem a mulher na política, a candidata Elvira Raulino disse que ‘precisamos empunhar a bandeira da mulher, principalmente na Arena, que é o partido das pessoas sensatas’, e pediu que todas sejam agressivas, na política.<sup>65</sup>

<sup>61</sup> Governadores do Piauí: uma perspectiva histórica. Teresina: *FUNDAÇÃO CEPRO*, 1993. p. 174.

<sup>62</sup> Djalma Martins Veloso. Nasceu em Valença em 21 de outubro de 1921. Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, exerceu no Piauí os cargos de deputado estadual, secretário de estado, vice-governador, governador e conselheiro do Tribunal de Contas.

<sup>63</sup> *FUNDAÇÃO CEPRO*, op. cit., p. 177.

<sup>64</sup> BRANDÃO, Wilson Nunes. *Mitos e lendas da política piauiense*. Teresina, 2006. p. 94.

<sup>65</sup> ELVIRA Raulino funda Departamento Feminino da Arena no Piauí. *O Dia*, Teresina, ano XXV, n. 4554, p. 3, 6 ago. 1976.

Elvira Raulino escolhe a Arena por considerar os piauienses que faziam parte desse partido no momento como figuras políticas de maior relevância, a exemplo de Petrônio Portella, uma das personalidades políticas mais importantes para o Piauí. O regime militar ainda governava desde 1964, existindo apenas a Arena e o MDB, únicos partidos políticos por 13 anos, de 1966 a 1979. Nesse contexto, Elvira Raulino continuou sua campanha de forma muito ativa, fazendo comícios, aproximando-se da população, colocando-se como representante das mulheres.

Pela primeira vez as mulheres de Teresina terão uma concentração política contando exclusivamente com representantes do sexo feminino, quando a candidata a vereadora, Elvira Raulino, conclamará os moradores do Parque Piauí a participarem ativamente da campanha política, visando o pleito de novembro próximo.

Elvira Raulino a principal articuladora do movimento, candidata-se a uma vaga na Câmara Municipal pela segunda vez, desta, contudo, partindo para uma campanha mais atuante, visitando bairros e conversando com mulheres do povo, em busca de uma solução para os problemas comuns encontrados nos subúrbios de Teresina.

A concentração está prevista para as 19 horas de hoje no Parque Piauí, com a participação, além da candidata de outras damas da sociedade local, que assim passam a disputar em igualdade de condições as mesmas prerrogativas dos maridos, isto é, falar para o povo a respeito de um assunto que, até há poucos anos era de competência quase exclusiva do sexo masculino [...].<sup>66</sup>

Pela primeira vez em Teresina as mulheres estavam sendo vistas numa representação política pública. Segundo o articulista, tratava-se de um evento destinado às mulheres e realizado por elas, que começavam a aparecer mais no universo político, no palanque ou na platéia. Elvira Raulino realizou, durante sua campanha eleitoral, trinta comícios em trinta bairros de Teresina.<sup>67</sup> Não conseguiu se eleger, mas, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), obteve um total de 1114 votos, ficando como suplente. É importante registrar que Elvira Raulino não foi eleita para nenhum cargo político, na década de 1970, mas, em 2000, elegeu-se prefeita de Altos, seu município de origem, para o mandato de 2001 a 2004. Apesar de a jornalista não se eleger como vereadora na capital, no interior do estado, destacavam-se quatro mulheres à frente das prefeituras de Amarante, Nossa Senhora dos Remédios, Miguel Leão e São João da Serra. Para o cargo de vereador, os piauienses, elegeram 37 mulheres. Vale ressaltar que Emília da Paixão, a prefeita eleita em Amarante, era conterrânea do governador Dirceu Arcoverde, o que, na época, funcionou como mais um apoio na vitória da prefeita.

<sup>66</sup> MULHERES fazem comício político no Parque Piauí. *O Dia*, Teresina, ano XXV, n. 4589, p. 3, 21 set. 1976.

<sup>67</sup> ELVIRA Raulino. *O Dia*, Teresina, ano XXV, n. 4647, p. 11, 21/22, nov. 1976.

No final de 1979, ocorreu a reforma partidária, fato que permitiu a instituição de outras siglas partidárias, além daquelas já existentes. Arena passou a chamar-se PDS (Partido Democrático social), enquanto o MDB incorporou, ao nome antigo, a letra P, passando a chamar-se PMDB (Partido do Movimento Democrático Social). Ressurgiu das cinzas o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), liderado por Ivete Vargas, para quem Leonel Brizola perdeu a luta pela sigla, criando, então, o PDT. O PP (Partido Popular) nasceu nas Minas Gerais pela iniciativa de Magalhães Pinto e Tancredo Neves.<sup>68</sup>

Na década de 1970, apesar de a ditadura militar ser ainda uma presença muito forte na vida dos brasileiros, podemos observar uma participação lenta e gradual das mulheres no espaço da política piauiense. Entre as que se candidataram, poucas foram eleitas. Elas também estavam presentes em alguns movimentos que tinham como foco as mulheres, tema que será abordado no próximo capítulo. É importante ressaltar que as mulheres, num momento “delicado” na política brasileira, ainda que timidamente, trouxeram um “tom” feminino para a política do Piauí.

Essa participação feminina na política, entretanto se restringia quase em sua totalidade aos cargos municipais. Segundo Lúcia Avelar, na zona rural, existia um grande interesse por parte das mulheres, independente da idade e escolaridade, pois o Estado passou a ser visto como um partido político, assumindo o lugar das “lideranças coronelistas”, fazendo surgir as lideranças administrativas.<sup>69</sup> Isso contribuiu para que, nos municípios piauienses, a presença feminina fosse bem maior, se comparada ao número de mulheres eleitas para os demais cargos, o que pode ser também justificado pela proximidade entre a população e as candidatas, posto que, no município, os problemas são resolvidos, em muitos casos, por uma ordem do político, e o acesso aos candidatos por parte do eleitorado, é bem mais fácil.

## 2. 2 Fim da Ditadura e o ingresso da mulher piauiense no Congresso Nacional

No início da década de 1980, o Brasil começava uma abertura política, movida pela insatisfação crescente dos brasileiros, que se revelava na quantidade de protestos e manifestações de conteúdos específicos e gerais: movimento dos estudantes, movimento do

---

<sup>68</sup>RODRIGUES, Marly. *A década de 80*: Brasil: quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1994. p. 16.

<sup>69</sup>AVELAR, Lúcia. *O segundo eleitorado*: tendências do voto feminino no Brasil. Campinas: Unicamp, 1989. p. 49.

custo de vida, movimentos populares dos bairros, movimento das mulheres, movimento pela anistia, movimento operário.<sup>70</sup> Apesar da abertura política e da movimentação da sociedade brasileira, atentados a bomba ocorreram na primeira metade da década de 1980 no Brasil. Existia ainda um forte esquema repressivo, com prisões e atentados em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, os quais envolviam militares, que, com o objetivo de aumentar o clima de terror, tentavam responsabilizar a esquerda política.<sup>71</sup>

A década de 1980 pode ser caracterizada como a década de redescoberta. A Igreja entra em um novo momento da era cristã, bem diferente daquele em que a opressão e a intolerância ideológica eram utilizadas como instrumentos de afirmação de poder.<sup>72</sup>

Em seu constante movimento de redescoberta, os homens dos anos 80 passaram a atuar contra alguns problemas próximos, desvendando suas relações com a trama autoritária e de interesses que diariamente ajudamos a sustentar.

Os movimentos sociais, especialmente os europeus, passaram a privilegiar temas como a questão nuclear, a ecologia, as intervenções militares e econômicas em países do Terceiro Mundo e o direito das ‘minorias’ raciais e sexuais.<sup>73</sup>

O presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, empossado em 1979, dava prosseguimento à abertura política, de forma ambígua: sancionava a lei de anistia, revogava decretos que cerceavam atividades estudantis e, ao mesmo tempo, reprimia greves. Muitos brasileiros participaram ativamente do processo de redemocratização do país, com um discurso sobre a igualdade entre homens e mulheres, na esperança de um Brasil melhor. “Vivia-se num clima de esperança vestida de amarelo, a cor símbolo das diretas-já a preferida de qualquer brasileiro naqueles dias”.<sup>74</sup>

Nesse contexto, as mulheres mostravam-se mais interessadas em assuntos relacionados à política, contudo, os obstáculos à participação feminina não eram fáceis de ser transpostos. Apesar dos avanços ocorridos no período de abertura política, entre 1974-1985, muitos setores políticos ainda continuavam de portas fechadas às mulheres, como é o caso dos partidos políticos. Conforme Avelar, “[...] partidos políticos permaneceriam fechados às

---

<sup>70</sup> HABERT, op. cit., p. 46.

<sup>71</sup> RODRIGUES, M., op. cit., p. 14.

<sup>72</sup> RODRIGUES, M., op. cit., p. 7.

<sup>73</sup> RODRIGUES, M., op. cit., p. 10.

<sup>74</sup> RODRIGUES, M., op. cit., p. 12.

representações de mulheres. Multiplicavam-se as seções femininas nos partidos, verdadeiros guetos de mulheres cujo objetivo real era o de excluí-las do jogo político”.<sup>75</sup>

Embora a década de 1980 fosse marcada por vibrações no sentido de favorecer as minorias na sociedade, na prática, a concretização desse ideal se dava a passos lentos, como se pode observar na resistência de alguns partidos à participação feminina. Mesmo assim, algumas mulheres continuavam seguindo em busca de sua participação no espaço público e na política.

O Piauí, nos primeiros anos da década de 1980, tem como governador do Estado o médico Lucídio Portela Nunes,<sup>76</sup> eleito ainda pelo voto indireto para o mandato de 1978-1982.<sup>77</sup> No seu governo, desenvolveu a política habitacional do estado, construindo habitações populares, voltadas para a população de baixa renda. Em todo o Piauí, foram construídos 996 apartamentos e 25.000 casas populares, inaugurando ainda outros empreendimentos na capital, como a construção do Terminal Rodoviário de Teresina, o prolongamento da Avenida Maranhão, em Teresina, a ampliação do Distrito Industrial em Teresina e a implantação dos Distritos Industriais de Parnaíba, Picos e Floriano, entre outros.<sup>78</sup>

Na época em que foi governador, Lucídio Portela era casado, desde a década de 1950, com a advogada Myriam Portella Nunes, que, apesar de ter nascido no Rio de Janeiro, sempre morou no Piauí, construindo sua história de vida em Teresina.

Ao ser eleito governador do Piauí em 1978, Lucídio Portella pôs à frente do Serviço Social do Estado, sua esposa, Myriam Portella como presidente da Comissão de Assistência Comunitária (CAC). Acerca desse trabalho social, desenvolvido no Estado, é interessante analisarmos alguns pontos.

No momento em que o Brasil estabelecia com a sociedade acordos para acalmar manifestações contra a ditadura, em que a abertura política tomava forma lentamente, o trabalho social do Estado pode ser visto como uma propaganda política positiva do governador, por proporcionar melhorias na vida da população local. Isso fazia com que aquele que estivesse à frente desse serviço, articulando com a parte agraciada, no caso, a população carente, ganhasse uma imagem carismática, se tornando alvo de gratidão e admiração. Assim,

---

<sup>75</sup> AVELAR, Lúcia. Mulher e Política: o mito da igualdade. *Social Democracia Brasileira*, Brasília, ano I, n. 2, p. 45, mar. 2002.

<sup>76</sup> Lúcido Portella Nunes nasceu em 8 de abril de 1922, em Valença. Formado pela Universidade do Brasil, foi governador do Piauí-mandato de 1979-1983, e vice-governador para mandato de 1987-1991. Senador, exerceu o mandato de 1991 a 1999.

<sup>77</sup> KRUEL, op. cit., p. 519-520.

<sup>78</sup> KRUEL, op. cit., p. 543.

Myriam Portella foi representada na imprensa, de forma muito positiva, por sua administração à frente da CAC.

Como presidente da entidade, Myriam Portella promovia cursos nos bairros de Teresina, e sua atuação era tão marcante, que era chamada, em algumas colunas do jornal *O Dia*, de “governatriz”: “A governatriz Myriam Portella Nunes, de volta da Paulicéia, está de parabéns com o sucesso da barraca do Piauí na 1ª Feira Nacional de Artesanato e Comidas Típicas”<sup>79</sup>. Assim, a primeira-dama passou a representar o político e, conseqüentemente, o próprio Estado, a exemplo de outras primeiras-damas que se destacam pelo serviço social. Os elogios a Myriam Portella por causa de sua administração na CAC era freqüente, no noticiário local, como se pode observar,

A institucionalização de novos programas assistenciais serão lançados pela Comissão de Assistência Comunitária na zona Norte de Teresina, principalmente na área do grande Poti, onde está em execução o Programa de Ações Sócio Educativas e Culturais- Prodasec- do MEC e Secretaria de Educação.

A CAC foi envolvida no Prodasec e os projetos apresentados pela sua presidente, Myriam Portella Nunes, foram aprovados e o MEC vai fornecer os recursos necessários a sua execução [...].<sup>80</sup>

Os projetos com finalidades assistencialistas, coordenados por que Myriam Portella, eram reconhecidos por órgãos federais, como o Ministério da Educação (MEC),

A primeira-dama do Estado, dona Myriam Portella Nunes, comentando ontem o primeiro Encontro de Voluntários realizado em Teresina, afirmou que ele trouxe muitos resultados positivos principalmente no que se relaciona à conscientização do pessoal dos municípios a respeito do Programa Nacional de Voluntários e do Programa de Voluntariado do Piauí- Provopi.

Disse que cada coordenadora municipal saiu do encontro com toda a orientação e agora todas partem para os programas de base, ou seja, a formação de equipes que vão funcionar e gradativamente vão sendo empossadas, sempre com a orientação e assessoria geral da Comissão de Assistência Comunitária, que coordena os programas de voluntariado no Piauí.

Acrescentou ainda a primeira-dama que uma demonstração de êxito do encontro é que, além da conscientização das coordenadoras municipais, houve também um incremento muito grande nas atividades de um modo geral, tanto assim que a Comissão de Assistência Comunitária vem recebendo solicitações de vários outros órgãos que pretendem dinamizar seu setor social.

---

<sup>79</sup> A GOVERNATRIZ Myriam. *O Dia*, Teresina, ano XXIX, n. 7238, 17 abr. 1980.

<sup>80</sup> CAC tem novos programas para o Poty Velho. *O Dia*, Teresina, ano XXX, n. 7486, p. 8, 21 fev. 1981.



Também tem havido muita solicitação das pessoas ligadas ao setor social e dirigentes de entidades, no sentido de que sejam programados outros encontros como os dois que foram realizados em Teresina, para que sejam transmitidas mais informações a respeito dos programas de voluntariado.<sup>81</sup>

O sucesso dos programas sociais do Estado era normalmente interpretado como resultado de uma boa administração, e o trabalho que a CAC promovia não só aproximava o governo da população, mas dava uma atenção especial às mulheres, que participavam de alguns programas como voluntárias, ajudando nas atividades sociais.

Os programas desenvolvidos pela CAC visavam proporcionar melhores condições de vida à população de Teresina e do Piauí. Entre eles, podemos citar: os projetos de ajuda às vítimas das enchentes, com campanhas que mobilizaram a população a fazer doação de roupas e alimentos; os cursos de qualificação;<sup>82</sup> recursos conseguidos junto ao Banco Nacional de Habitação, em 1981, para a construção de 400 casas habitacionais em Teresina.<sup>83</sup> Outros projetos importantes foram a Campanha do Voluntariado em Prol da Pessoa Deficiente;<sup>84</sup> a inauguração, nos bairros de Teresina, de creches e a realização de cursos de pedreiro, bombeiro e eletricista.<sup>85</sup> Através dos jornais, eram divulgados cursos, obras e campanhas a favor dos mais necessitados, estabelecendo-se uma imagem de proteção e acolhimento por parte do governo por intermédio do serviço social, tendo à frente a primeira-dama do Estado.

Segundo Iraildes Caldas Torres, as primeiras-damas “são mulheres pertencentes à classe dominante que desenvolvem atividades assistencialistas junto aos segmentos subalternizados, as quais podem ter a finalidade de construir bases de sustentação política ao poder local”,<sup>86</sup> o que lhe poderá favorecer uma posterior entrada na política partidária, se a ex-primeira-dama assim desejar, posto que o trabalho desenvolvido à frente da assistência social propicia comando político a essas mulheres. Esclarece a escritora Fanny Tabak:

Uma das razões para o êxito das candidatas consiste em que as mulheres desempenharam cargos de importância durante a gestão do marido, principalmente na área assistencialista, trabalho que sempre traz popularidade para a primeira dama do Estado. Através de serviços prestados

---

<sup>81</sup> DONA Myriam destaca êxito de encontros. *O Dia*, Teresina, ano XXIX, n. 7393, p. 8, 31 out. 1980.

<sup>82</sup> SOLIDARIEDADE às vítimas. *O Dia*, Teresina, ano XXIX, n. 7199, p. 2, 1 mar. 1980.

<sup>83</sup> BNH vai liberar verbas para Cac construir casas. *O Dia*, Teresina, ano XXX, n. 7541, p. 1, 5 maio, 1981.

<sup>84</sup> A PRIMEIRA-dama quer acabar com a discriminação aos deficientes. *O Dia*. Teresina, ano XXX, n. 7648, p. 7, 1981.

<sup>85</sup> DONA Myriam inaugura ‘Jardim’. *O Dia*, Teresina, ano XXX, n. 7698, p. 8, 11 nov. 1981.

<sup>86</sup> TORRES. Iraildes. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 21.

na área de promoção ou bem-estar social, elas desenvolvem uma política do tipo clientelista, que inclui o empreguismo no serviço público.<sup>87</sup>

Percebe-se, pois, que a trajetória política de Myriam Portella, assim como a de Josefina Costa, iniciou-se a partir de um trabalho social muito importante desenvolvido quando ocupava o “cargo” de primeira-dama, o que leva à reflexão sobre o grau de notoriedade dessa posição, que consideramos uma atuação política, com vistas a melhorar a vida das pessoas, proporcionando uma melhoria na cidade, contribuindo, assim, para a administração do marido. É válido ressaltar que esse tipo de ajuda pode ser realizado normalmente pelas (os) assistentes sociais que têm formação para desenvolver tal trabalho, mas, no caso das primeiras-damas, a finalidade dessa ação se sobressai pelo lugar de importância política que elas ocupam ao lado dos maridos.

A imagem de detentora um certo comando político dada à primeira-dama foi observada por algumas pessoas que conviviam de perto com Myriam Portella. Os amigos e pares políticos que faziam parte do mesmo partido de seu então marido, num determinado momento perceberam a força do trabalho desenvolvido em prol da população local e a indicaram como candidata. Contudo, para entendermos melhor essa indicação, é importante retornarmos a alguns fatos políticos.

No ano de 1982, houve eleições para senador, deputado federal, governador, deputado estadual, prefeito, vice-prefeito e vereador, não contando o Piauí com a presença do líder político Petrônio Portella, falecido em janeiro de 1980. Para governador, foram realizadas eleições diretas sendo que, após 22 anos, os piauienses voltavam às urnas para escolher o governador. No entanto, como estratégia política, nessa eleição, foi feita a implantação do voto vinculado, que obrigava o eleitor a votar em candidatos de um mesmo partido, sob pena de ter o voto anulado.<sup>88</sup>

Na eleição de 1982, o PDS, indicou como candidato a governador o deputado federal Hugo Napoleão do Rêgo Neto,<sup>89</sup> o qual, eleito governador do Piauí, para o pleito de 1983 a 1986, priorizou em sua administração o apoio à população de baixa renda, com investimentos na agricultura e realização de obras como o Hemocentro e o prédio da Assembléia Legislativa. Também implantou a Rádio e TV Educativa e ampliou a iluminação elétrica na

---

<sup>87</sup> TABAK, Fanny. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Coordenação de Publicações, 1989. p. 127.

<sup>88</sup> BRANDÃO, W. N. op. cit., 104-105.

<sup>89</sup> Hugo Napoleão do Rêgo Neto, nasceu em 31 de outubro de 1943, em Portland, Oregon, Estados Unidos da América. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Deputado federal no período de 1975-1979 e 1979 -1983. Governador do Piauí no período de 1983-1986 e nov. 2001 a jan. 2003. Ministro da Cultura. Ministro das Comunicações.

capital e no interior do Estado.<sup>90</sup> No final de seu governo, Hugo Napoleão renunciou ao cargo para disputar uma vaga no senado, assumindo o vice-governador, José Raimundo Bona Medeiros.<sup>91</sup>

Durante a gestão de Hugo Napoleão (1984), houve uma quebra no PDS piauiense, o governador, juntamente com um grande número de correligionários e o vice-governador, decidiu apoiar Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, na sua candidatura a Presidente da República. Lúcido Portella optou por continuar no PDS apoiando a candidatura de Paulo Salim Maluf, então governador de São Paulo. Essa decisão política dos principais representantes do PDS no Piauí consolidaria uma ruptura no esquema inaugurado por Petrônio Portella.<sup>92</sup>

Com uma situação delicada dentro do PDS, alguns amigos políticos de Myriam Portella visualizaram a possibilidade de ela ser eleita para um cargo político, tendo em vista trabalho realizado à frente da CAC. O seu nome ganhou força no Estado e principalmente em Teresina, no momento de decidir um candidato pelo PDS, na eleição de 1985, à prefeitura de Teresina, Myriam Portella foi a mais lembrada. Na época, o deputado estadual Marcelo Coelho, do PDS, e o ex-deputado Carlos Augusto fizeram com que Lucídio Portella compreendesse que o nome da ex-primeira-dama era o mais forte para a vitória eleitoral, pois ela tinha trânsito livre na elite piauiense e penetração popular na periferia da capital [...].<sup>93</sup>

Myriam Portella foi, assim, indicada pelos colegas em decorrência do trabalho desenvolvido à frente da CAC, e ela mesma reconhece que esse trabalho tinha lhe proporcionado uma “conotação política muito boa”,<sup>94</sup> que culminou em sua indicação para candidatar-se à Prefeitura de Teresina. Embora não tivesse a pretensão de candidatar-se a um cargo político, obedeceu uma necessidade do momento, pois queria apoiar o marido e ajudar o PDS a firmar-se no pós-regime militar.<sup>95</sup> Há de se considerar também que o partido vivia um momento difícil, decorrente da fratura provocada pela decisão de Hugo Napoleão de apoiar a candidatura de Tancredo Neves à presidência da República.<sup>96</sup>

É possível observar que as razões, de Myriam Portella, no início de sua trajetória política, decorreram de uma conjuntura política da época, como também de uma

---

<sup>90</sup> KRUEL, op. cit., p. 575.

<sup>91</sup> KRUEL, op. cit., p. 573.

<sup>92</sup> KRUEL, op. cit., p. 544.

<sup>93</sup> DONA Myriam Portella será mesmo candidata a prefeita. *O Dia*, Teresina, ano XXXIV, n. 7733, p. 3, 31 maio, 1985.

<sup>94</sup> NUNES, Myriam Nogueira Portella. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, ago. 2004.

<sup>95</sup> NUNES, op. cit.

<sup>96</sup> NUNES, op. cit.

necessidade favorável à família, fazendo-a concordar com uma candidatura para ajudar o marido. Myriam passou, então, à campanha eleitoral, “falando” com a população, apresentando suas propostas.

Dona Myriam Portella disse que vai imprimir um estilo inteiramente diferente à administração municipal de Teresina. ‘Eu vou conversar com o povo de dia, à tarde e à noite. Vou administrar nos bairros. O gabinete será apenas para assinatura de papéis indispensáveis ao acionamento da máquina administrativa’ garantiu...<sup>97</sup>

Quando iniciou sua participação na política piauiense, Myriam Portella foi levada por uma questão de sobrevivência política. Anterior a isso, não manifestava nenhum desejo, mas sempre teve uma convivência muito próxima com esse universo, pois, em sua família, já haviam sido eleito deputados, e, quando casou, tinha um cunhado que era governador do Estado, Petrônio Portella, conforme relatou a entrevistada:

Eu convivi com a política toda a vida. Eu tive esse tio que era desembargador. Antes ele foi deputado estadual e me disse que é aquela coisa assim que está dentro da gente. Meu bisavô foi governador do Estado. Então havia toda essa vivência quando eu entrei, quando eu fiz o concurso eu tinha um cunhado que era governador do Estado, que era o Petrônio Portella, então toda a trajetória política do Petrônio eu acompanhei ali muito perto, muito... porque havia uma ligação muito grande entre nós, viu? Entre Lucídio e ele [Petrônio Portella] e por consequência eu também tinha essa ligação.<sup>98</sup>

Myriam Portella, assim como Josefina Costa, vivia envolvida num contexto político decorrente da atuação do marido, contudo a primeira descendia de uma família que já tinha uma representação política no Piauí. Dessa forma, embora não fizesse política pessoalmente, não tinha como fugir, pois, segundo relata, “a política é uma coisa que fermenta. Que toma corpo e toma forma, então aquilo ali que a gente pensa que não está mexendo com a gente, e a gente vai, vai, e aquilo ali vai fazendo parte da vida da gente, do candidato, da gente”.<sup>99</sup> Myriam Portella acabou não se elegendendo à prefeitura de Teresina, mas foi por conta deste envolvimento político, que, em 1986, elegeu-se deputada federal.

Antes das eleições de 1986, é importante observarmos alguns pontos da política nacional. O ano de 1984 foi um ano atípico para o Brasil, pois, em 25 de abril, deu-se a

---

<sup>97</sup> MYRIAM quer governar com o povo. *O Dia*. Teresina, ano XXXIV, n. 7776, p. 3, 21/22 jun. 1985.

<sup>98</sup> NUNES, op. cit.

<sup>99</sup> NUNES, op. cit.

votação da Emenda Dante de Oliveira, que propunha o restabelecimento de eleições diretas para a presidência da República, no entanto essa Emenda não conseguiu votos suficientes para sua aprovação, de modo que as eleições continuaram sendo realizadas de forma indireta. Contudo, em agosto de 1984, a convenção do PDS escolheu Paulo Maluf candidato do partido à sucessão presidencial, e o PMDB escolheu Tancredo Neves, tendo José Sarney como vice. Mesmo sendo uma eleição indireta, Tancredo passou a fazer comícios nas capitais brasileiras, fortalecendo sua imagem na imprensa, como um ‘salvador’, o ‘pai dos pobres’.<sup>100</sup>

Em 15 de janeiro de 1985, foi realizada a eleição para presidente da República, através de colégio eleitoral composto por membros do Congresso Nacional e delegados das Assembleias Legislativas. O Partido dos Trabalhadores recusou-se a participar da eleição e, com 480 votos, Tancredo Neves venceu Paulo Maluf, que obteve apenas 180 votos. Assim, estava eleito o primeiro presidente civil da República pós-regime militar. No entanto, em março no mesmo ano, dia da posse, Tancredo Neves foi internado no Hospital de Base de Brasília e submetido a uma cirurgia de urgência, e o Congresso Nacional deu posse ao vice, José Sarney.

No entanto, o estado de saúde do presidente agravou-se, sendo ele transferido para o Instituto do Coração, em São Paulo. A população brasileira demonstrou grande comoção, fazendo vigília na porta do hospital, com velas, promessas e oferendas, “numa catarse que bem dava idéia dos problemas que afligiam os brasileiros, de sua esperança e de sua sede de heróis”.<sup>101</sup>

Tancredo Neves, porém, não resistiu e faleceu no dia 21 de abril de 1985. “Em junho, José Sarney recebeu a faixa presidencial e a Ordem do Mérito Nacional, símbolos da República”.<sup>102</sup> Entre os primeiros compromissos assumidos anteriormente por José Sarney, estava o de encaminhar a organização da Assembleia Nacional Constituinte.

Em novembro de 1986, foram realizadas eleições para senador, deputado federal, governador<sup>103</sup> e deputado estadual. Os 487 deputados federais e 72 senadores tiveram o compromisso de estudar e apresentar propostas para a nova Constituição. Divididos em comissões temáticas, as quais se dividiram em subcomissões, onde se discutiam temas como a estabilidade de emprego, jornada de trabalho, liberdade sindical, greve, reforma agrária, entre

---

<sup>100</sup> RODRIGUES, M., op. cit., p. 22.

<sup>101</sup> RODRIGUES, M., op. cit., p. 24.

<sup>102</sup> RODRIGUES, M., op. cit., p. 23.

<sup>103</sup> Nessa eleição de 1986, Alberto Tavares Silva, foi eleito pela segunda vez governador do Estado, para o período de março de 1987 a março de 1991. Sua política continuou priorizando grande obras sendo uma delas a construção do Parque Aquático Potycahana. TAVARES, op. cit., p. 91.

outros. Essas discussões fizeram com que os partidos políticos entrassem em desacordo, as discordâncias acabaram por rachar os partidos, dividindo-os em agremiações de centro e de direita – PMDB, PFL, PDS, PTB, PL E PDC e de centro esquerda e de esquerda – PDT, PCB, PC do B E PT –, que atuaram em blocos, preservando, assim, a defesa de posições e a possibilidade de algumas vitórias nas votações.<sup>104</sup> Apesar dos embates políticos, a nova Constituição do Brasil passou a vigorar no dia 5 de outubro de 1988. Entre as várias mudanças estabelecidas pela nova Carta, a de ordem trabalhista sofreu uma melhora em relação à quantidade de horas semanais, aumento salarial nas férias, ampliação de licença-gestante e licença-paternidade.<sup>105</sup>

Entre os deputados federais eleitos em 1986, estava Myriam Portella, que saiu mais uma vez dos bastidores e passou a atuar a partir de então, na condição de eleita deputada federal. Embora já tivesse passado por outra eleição, Myriam Portella confessa que não sentia vontade de se candidatar, mesmo tendo um nome já consolidado. Contudo, curvou-se, mais uma vez, às pressões dos amigos políticos.

[...] Fui candidata a prefeita sem nenhuma pretensão de concorrer... para o partido ficar fortalecido. De fato, eu concorri muito para o fortalecimento do partido e quando foi na outra eleição de 86, da Constituinte, aí a gente já tinha um nome já lançado e trabalhado politicamente, que a eleição de prefeito favoreceu a que eu pudesse me candidatar. Foi uma candidatura que, realmente, surgiu, eu não achei que tinha de me candidatar, nem eu quis me candidatar, foi um consenso [...]. Foi um consenso de que eu tinha, eu tinha um nome bem solidificado aqui em Teresina e de alguma forma no estado e que eu poderia concorrer pra gente eleger uma bancada maior e que então aí foi um consenso, tanto é que saí candidata na manhã do dia da convenção; foi tudo muito rápido. O candidato pra governador nesse tempo... o Lucídio foi candidato a vice-governador na chapa com Dr. Alberto, pressão do Dr. Alberto e do prefeito de Teresina, que era o Wall Ferraz. Ele achava que eu não podia deixar de concorrer, essa eleição era importante, e aí, de repente, eu estava candidata a deputada federal.<sup>106</sup>

Mas, nessa eleição, Myriam Portella não sentiu entusiasmo no seu marido, o apoio e incentivo que recebeu vieram do prefeito de Teresina, Raimundo Wall Ferraz, por conta da votação que ela obteve quando candidata à prefeitura de Teresina, em 1985.

[...] aí quando fui eleita deputada, ele [marido] já concordou, porque houve muita pressão, mas já não havia da parte dele tanto interesse, tanta animação nesse sentido, mas ele, está claro, está claríssimo de que o papel dele na

---

<sup>104</sup> RODRIGUES, M., op. cit., p. 25.

<sup>105</sup> RODRIGUES, M., op. cit., p. 27.

<sup>106</sup> NUNES, op. cit.

minha eleição foi fundamental, isso eu não escondo, isso é uma coisa que tem que deixar claro, transparente, foi fundamental o prestígio dele, a vivência política dele. Eu era uma pessoa que estava entrando, tinha sido candidata à prefeitura apenas na cidade de Teresina e tinha já um nome, mas eu não tinha trajetória política [...].<sup>107</sup>

Percebe-se, pelo relato, que a influência de seu marido, naquela ocasião, foi muito importante para Myriam Portella, e, mesmo sem dar um apoio à candidatura da esposa, ele termina por aceitar, como ela mesma observou, a vivência e a influência política dele foram muito importantes em sua vitória eleitoral.

Ao eleger-se, ela passou a ter um posicionamento próprio quanto a ideias e concepções políticas, pois não estava mais na política para resolver uma situação ou em função familiar. Conta que a mudança de opinião influenciou diretamente a sua vida familiar. [...] então, quando eu fui deputada, a gente começa... a ver , digamos, certas divergências de ponto de vista... porque eu engajei na ‘coisa’ da centro esquerda e ele [marido] era centro direita e houve certos desentendimentos.[...].<sup>108</sup>

Myriam Portella, enquanto deputada federal, parecia ter ganho “asas próprias”, pois as notícias que chegavam no Piauí, através dos jornais, sobre sua atuação política no Congresso tinham conotação positiva. Eis um exemplo:

Duas mulheres, ambas em primeiro mandato, esposas de ex-governadores e eleitas pelo mesmo partido, o PDS, estão marcando presença na Constituinte pelo voto sistematicamente contrário ao seu partido, principalmente quando o tema em discussão está afeito a assuntos mais progressistas. Wilma Maia, 41 anos, eleita pelo PDS do Rio Grande do Norte e Myriam Portella, 54 anos eleita pelo Piauí. A primeira casada com o ex-governador e atual senador Lavoisier Maia, a segunda com o também ex-governador e futuro vice, Lucídio Portella [...].<sup>109</sup>

Entre as deputadas federais eleitas, em 1986, algumas tinham trajetória similar à de Myriam Portella, estando inseridas na política, por influência familiar: Lúcia Vânia Abrão Costa (PMDB-GO) era esposa do ex- governador de Goiás e, na gestão do marido, foi presidente da organização das Voluntárias de Goiânia; Maria Lúcia Araújo (PMDB-AC), viúva do primeiro governador eleito do Acre, foi presidente da Fundação do Bem-Estar do Menor; Lúcia Braga (PFL-PB), esposa do governador da Paraíba, presidiu a Fundação Social do Trabalho; Ana Maria Rattes (PMDB-RJ) admitiu ter se utilizado do prestígio do marido,

---

<sup>107</sup> NUNES, op. cit.

<sup>108</sup> NUNES, op. cit.

<sup>109</sup> MYRIAM atua com destaque em Brasília. *O Dia*, Teresina, ano XXXVI, n. 8359, p. 3, 12 mar. 1987.

prefeito de Petrópolis – Rio de Janeiro, acreditando ser a única forma de conseguir a candidatura no PMDB;<sup>110</sup> Wilma Maria, do Rio Grande do Norte, era casada com ex-governador. Essa vinculação política já existente na vida das parlamentares não condicionou, em sua totalidade, o seu êxito político, contudo foi um diferencial importante em suas trajetórias políticas.<sup>111</sup>

Segundo Myriam Portella, a convivência no Congresso entre os pares políticos era confortável, mas é possível observar, em sua fala, que isso se dava mediante algumas concessões, conforme se verifica a seguir:

É... existe no Congresso uma consciência muito boa, aquela coisa que você pode ser de outro partido, mas naquela hora a convivência pessoal, existe um relacionamento, existe um respeito, mas no fundo, no fundo, você sabe que eles achavam que a gente estava ali ‘mexendo’ demais, ruidosa demais, querendo coisa demais, mas, na verdade, é que a gente conseguiu muita coisa, que a gente queria, não conseguimos sozinhas, conseguimos com apoio. Uma estratégia que foi extremamente salutar, a gente tinha pontos que a gente divergia, então a gente não tratava, a gente trabalhou os pontos que havia uma convergência, por isso a gente se juntou e se uniu, tinha eu do PDS, tinha do PMDB, pessoas do PDT, do PT e então... mas tudo dentro de uma convivência, e a gente não ia discutir o que não ia chegar num ponto comum, então só discutimos aquilo que eram coisas consensuais.<sup>112</sup>

Apesar de na década de 1980 as mulheres já estarem fazendo parte da esfera política, sendo capazes de estabelecer uma boa convivência com os pares, percebe-se que elas adotavam determinadas estratégias para conseguir apoio, não somente porque a política requer esse tipo de comportamento, mas também porque as mulheres ainda se consideravam estrangeiras nesse ambiente, mas também porque não divergiam das opiniões masculinas, num primeiro momento, funcionou positivamente para elas.

Nas eleições de 1988, Myriam Portella já tinha um nome consolidado e, nesse momento, era sua vontade candidatar-se novamente à Prefeitura de Teresina, contudo, alguns conflitos políticos atrapalharam sua eleição. A esse respeito, em nota publicada no jornal *O Dia*, é possível ler:

O governador do Piauí, Alberto Silva, em razão da posição adotada pela deputada federal e candidata à Prefeitura Municipal de Teresina, Myriam Portella manifestou ontem, em pronunciamento transmitido pela televisão, os motivos de sua decisão em não aceitar o discurso da candidata. Afirmou

---

<sup>110</sup> TABAK, 1989, op. cit., p. 128.

<sup>111</sup> MYRIAM atua com destaque em Brasília, loc. cit.

<sup>112</sup> NUNES, op. cit.



Alberto que a sua defesa pelos cinco anos de Sarney deve-se ao apoio do presidente ao Piauí.<sup>113</sup>

Assim, Myriam Portella, em face de suas críticas ao então presidente José Sarney, não obteve apoio do governador do Estado nem de Raimundo Wall Ferraz, entretanto o então vive- governador a apoiava, como foi noticiado:

Ao desembarcar ontem no aeroporto de Teresina, o vice-governador Lucídio Portella reafirmou seu apoio à Myriam Portella e considerou normal suas críticas ao presidente José Sarney e ao presidente do PMDB, Ullisses Guimarães. Ele só não concorda que sejam dirigidas críticas ao governador Alberto Silva.<sup>114</sup>

Embora o jornal noticiasse o apoio de Lucídio Portella à sua então esposa, com a continuada ação de Myriam Portella na política, processaram-se mudanças em relação a esse apoio familiar, e por ter posicionamentos políticos contrários aos do marido, Myriam tornou-se vulnerável na eleição de 1988. Tais conflitos atingiram, também, sua vida particular. Antes das eleições, Myriam Portella ainda estava casada com Lucídio Portella, mas, por causa dos conflitos, as pessoas já previam o desenlace conjugal. “As pessoas já sabiam que o relacionamento chegaria a uma ruptura, isso me deixou vulnerável”<sup>115</sup>. Desse modo, a imagem da iminente separação atrapalhou, conforme a entrevistada, o seu desempenho eleitoral, o que demonstra que as mulheres ainda deveriam se adequar a determinados perfis sociais.

Com um total de 141 mulheres eleitas no Piauí, durante a década de 1980, sendo 11 prefeitas, 12 vice-prefeitas, 117 vereadoras e 1 deputada federal (Myriam Portella), se compararmos à década anterior, tivemos um aumento de 17 mulheres para os cargos municipais, revelando mais uma vez o destaque do universo feminino no poder local, o que no Piauí era observado nos seus 118 municípios.

Com relação à presença feminina na política, na década de 1980, verificamos uma lenta e gradual participação, principalmente no nível municipal, sendo que, na eleição do ano de 1982, foram eleitas 53 mulheres, ocorrência que se repetiu na eleição de 1988, quando 87 mulheres foram eleitas, conforme podemos verificar na tabela a seguir:

---

<sup>113</sup> ALBERTO diz por que não apóia Myriam. *O Dia*, Teresina, ano XXXVII, n. 8831, p. 2, 9/10 out. 1988.

<sup>114</sup> LUCÍDIO apóia Myriam e mantém sua posição. *O Dia*, Teresina, ano XXXVII, n. 8842, p. 1, 16/17 out. 1988.

<sup>115</sup> NUNES, op. cit.

**Tabela 2- Número de mulheres eleitas no Piauí na década de 1980**

ANO	CARGO	MULHERES ELEITAS
1982	Prefeito.....	6
	Vice-prefeito.....	3
	Vereador.....	44
	<b>TOTAL</b>	<b>53</b>
1985		Nenhuma mulher eleita
1986	Dep.federal.....	1
	<b>TOTAL</b>	<b>1</b>
1988	Prefeito.....	5
	Vice-prefeito.....	9
	Vereador.....	73
	<b>TOTAL</b>	<b>87</b>
1989		Nenhuma mulher eleita

Fonte: Lista de candidatas concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

Como já abordado, em 1982, quando ocorreram eleições municipais e estaduais, retornou a realização de eleição direta para governador. Apesar da abertura política, no ano de 1985, as eleições para prefeito só foram realizadas nas capitais e municípios considerados de segurança nacional, sendo que, ainda nesse ano, foram realizadas eleições para presidente, de forma indireta. No Piauí, só foi possível eleição em Teresina e em Guadalupe, mas, a partir daí, os prefeitos das capitais voltaram a ser eleitos de forma direta. Durante essa década, Teresina teve como prefeito José Raimundo Bona Medeiros – mandato de 1979 a 1982; Jesus Elias Tajra – mandato de 1982 a 1983; Antônio de Almeida Freitas Neto – mandato de 1983 a 1986, e Raimundo Wall Ferraz – mandato de 1986 e 1989. No ano de 1986, houve eleições estaduais; no ano de 1988, eleições municipais, e, em 1989, eleição a presidente da República, todas realizadas de forma direta.

Essas mudanças no regime eleitoral e o fim da ditadura deram uma maior abertura à participação política da população, embora esse fato não tenha sido relevante em números. A participação feminina, por seu turno, apresentou um certo avanço, principalmente se comparada à década anterior, 1970. Um acontecimento importante, não só para as mulheres, mas, para todos os brasileiros, foi a promulgação da Constituição em 1988, a qual, segundo Myriam Portella, não foi perfeita e nem a ideal, mas foi a possível.

Mesmo porque é o resultado do trabalho de homens, e a gente é falível. Mas ela é muito contestada porque abriu muitas janelas, muitas portas, ensinou muitas coisas, abriu direitos. A partir desta Constituição o povo passou a se organizar muito mais, a ter um espírito crítico mais elevado, a saber,

reivindicar. Ninguém se dobra mais, completamente, ao governo, [fala mal], vai à rua, faz comícios.<sup>116</sup>

De fato, a Constituição de 1988 possibilitou uma abertura maior aos brasileiros, principalmente, no que se refere à liberdade de expressão, a contestações políticas, a sua prática, aos direitos, e, entre essas mudanças, podemos observar a participação feminina, no espaço público e sua inserção na política. Contudo a atuação das mulheres na política institucional ainda se deva de forma muito tímida.<sup>117</sup> Por isso, é necessário fazer algumas ressalvas, com relação à presença feminina na política do Piauí.

Essa presença, na década de 1980, ainda se caracterizava por algumas estratégias, dentre elas, a aproximação com a população carente, quando do exercício de cargos que tinham como um dos objetivos a assistência social, desenvolvendo uma política clientelista e favorecendo o empreguismo no serviço público.<sup>118</sup> Também a influência familiar e o reconhecimento dos pares políticos, quando as mulheres já tinham uma vivência política, podem ser identificados como fortes impulsos à política desse momento.

### 2.3 A Democracia e mais mulheres na política

A década de 1990, no Brasil, inicia com um novo presidente da República eleito pelo voto direto, Fernando Collor de Melo, o primeiro presidente eleito pelo voto popular após o regime militar. Com uma política de “estabilização da moeda, liberalização da economia integração do País ao comércio internacional”,<sup>119</sup> aliada à de abertura ao comércio internacional, vários conflitos conturbaram e enfraqueceram a gestão de Fernando Collor, entre eles, críticas à Constituição de 1988. Em novembro de 1992, o presidente foi cassado por crime de responsabilidade, denunciado por seu irmão Pedro Collor. A denúncia fez com que a população brasileira se manifestasse nas ruas reivindicando “proibidade no uso dos recursos públicos”<sup>120</sup>.

---

<sup>116</sup> MYRIAM vai disputar vaga na Câmara. *O Dia*, Teresina, ano XLI, n. 9916, p. 1/3, 24/25 maio 1992.

<sup>117</sup> PINTO, op. cit., p. 94.

<sup>118</sup> TABAK, 1989, op. cit., p. 127.

<sup>119</sup> FONTINELES, Claudia C S. *Do ocaso aparente investimento: a situação do magistério e atendimento ao aluno na rede pública estadual de ensino do Piauí (1988-2000)*. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2003, p. 38.

<sup>120</sup> FONTINELES, op. cit., p. 38.

Ainda no ano de 1990, houve eleição para senador, deputado estadual, governador e deputado federal. No Piauí, foi realizado 2º turno,<sup>121</sup> para o cargo de governador, sendo eleito para o pleito de 1991 a 1994 Antônio de Almendra Freitas Neto,<sup>122</sup> o qual havia sido prefeito de Teresina entre 1983 a 1986, tendo sido incluído no rol dos melhores administradores que Teresina já teve.<sup>123</sup> Durante seu governo, podemos destacar a instalação de 30 delegacias nos municípios, construção dos Centros de Atendimento Integral à Criança (CAIC), em Teresina e no interior, instalação da Universidade Estadual do Piauí, a partir da FADEPI, entre outras. Freitas Neto não terminou o mandato, pois renunciou para concorrer a uma vaga ao senado, assumindo o vice-governador, Guilherme Cavalcante de Melo.<sup>124</sup>

Nessa eleição, de 1990, o Piauí não elegeu nenhuma mulher. Myriam Portella tentou a reeleição para deputada federal, mas não conseguiu, ficando como suplente. Apesar de o Piauí ter um eleitorado composto em sua maioria por mulheres (naquele ano 50,15% dos eleitores eram mulheres, o que corresponde a 707.267 de eleitorado feminino, enquanto o eleitorado masculino - 49,53% - corresponde a 698.442), não tivemos nenhuma mulher eleita<sup>125</sup>. As mulheres ainda precisavam conquistar suas eleitoras, ver uma mulher na política não era situação inovadora apenas para os homens, as mulheres ainda estavam assimilando tais mudanças.

**Tabela 3- Número de mulheres eleitas no Piauí na década de 1990**

ANO	CARGO	MULHERES ELEITAS
1990		Nenhuma mulher eleita
1992	Prefeitas.....	8
	Vereadoras.....	127
	<b>TOTAL</b>	<b>135</b>
1994		Nenhuma mulher eleita
1996	Prefeitas.....	17
	Vereadoras.....	272
	<b>TOTAL</b>	<b>289</b>
1998	Dep. estadual	2
	<b>TOTAL</b>	<b>2</b>

Fonte: Lista de candidatas concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

<sup>121</sup> O segundo turno é obrigatório para os cargos de presidente, governador e prefeito, quando algum dos candidatos não alcançar metade mais um dos votos válidos.

<sup>122</sup> BRANDÃO, W. N., op. cit., p. 134.

<sup>123</sup> KRUEL, op. cit., p. 611.

<sup>124</sup> Guilherme Cavalcante de Melo nasceu 25 de junho de 1952. Formado em Administração pelo Centro Unificado de Brasília. Bacharel em Direito pela UFPI. Governador do Piauí pelo mandato de março de 1994 a março de 1995.

<sup>125</sup> MULHERES são a maioria de eleitores. *O Dia*, Teresina, ano XXXIX, n. 9412, p. 3, 6 set. 1990.

Com mais de 200 municípios, nas eleições de 1992 e 1996, no Piauí, a presença das mulheres continuou em ascensão em relação à última eleição da década de 1980, a de 1988. No pleito de 1992, houve um acréscimo de 3 mulheres eleitas para prefeituras, sendo que, em 1988, haviam sido 5 eleitas, chegando a 8 em 1992. Na eleição de 1996, houve um acréscimo de 11, chegando-se a um total de 17 mulheres prefeitas em 1996. Para vereador, a quantidade de mulheres eleitas também cresceu em relação à eleição de 1988, quando a quantidade de vereadoras era de 73. Na eleição de 1992, são eleitas mais 54, passando a um total de 127, enquanto, na eleição de 1996, o número aumenta de 127 para 272, com um acréscimo de 145 vereadoras. A quantidade de mulheres nos municípios piauienses, durante as três décadas, é crescente, demonstrando que, nas eleições municipais, as mulheres apresentam um interesse maior pela política nela se inserem de forma mais expressiva.

O que podemos constatar também é que a década de 1990 apresentou uma participação feminina na política bem maior, se comparada às décadas anteriores. Uma pesquisa de Fanny Tabak demonstrou que as mulheres têm uma preferência em participar ativamente mais da política municipal, por ser “mais fácil conciliar o exercício do mandato com outras responsabilidades, tais como as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos além de outros deveres familiares”.<sup>126</sup>

O percurso das eleições da década de 1990, para que se chegasse a esse resultado deu-se da seguinte forma: no ano de 1990, houve eleições estaduais, e, no ano de 1992, as eleições foram para prefeito e vereador. Na eleição estadual de 1994, Francisca das Chagas Trindade assume o cargo de vereadora, por ter ficado como suplente de José Wellington Barroso Dias na eleição anterior, e por este ter assumido cadeira de deputado estadual na Assembleia Legislativa. Em 1996, ano de eleições municipais, Francisca Trindade é eleita vereadora, juntamente com Flora Isabel e Carmem Lúcia.<sup>127</sup> E, encerrando a década, em 1998, foram realizadas eleições estaduais, com Francisca Trindade sendo eleita a segunda deputada estadual do Piauí, ou seja, desde Josefina Costa, na década de 1970, apenas em 1998, a Assembleia Legislativa teve novamente uma representante feminina. Ficaram como suplentes Flora Isabel e Maria José Leão, sendo que as duas foram convocadas, mas apenas Maria José Leão assumiu, pois Flora preferiu continuar na Câmara dos Vereadores de Teresina. Percebe-se, assim, que a década de 1990 consolidou conquistas das décadas anteriores, como o fim da ditadura militar e a democracia, impulsionadas pela promulgação da Constituição de 1988.

---

<sup>126</sup> TABAK, Fanny. *Mulheres Públicas*: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002. p. 107.

<sup>127</sup> As trajetórias políticas de Francisca Trindade, Flora Isabel e Carmem Lúcia serem melhor exploradas no segundo capítulo.

No jornal *O Dia*, podemos observar o registro de várias passagens das mulheres piauienses pelo universo da política. As reportagens, em alguns momentos, soavam como uma propaganda política, às vezes positiva, outras negativa, pois eram abordadas pela imprensa local festas comemorativas, que aconteciam no município, problemas relacionados ao dinheiro público, candidaturas a cargos políticos, cassação de mandatos, entre outros.<sup>128</sup> Ao entrar no universo político, as mulheres passaram a ter uma exposição freqüente, principalmente por se tratar de um espaço público muito observado pela população e pela imprensa, não por se tratar das mulheres, em si, mas sim pelo espaço ocupado, no caso a política, como podemos observar no exemplo abaixo.

Será realizado, hoje, em Elizeu Martins, uma das mais tradicionais festas do município. Trata-se do aniversário de emancipação política da cidade que acontece todos os anos. Uma programação especial foi preparada pela equipe da prefeita Adelaide Rocha Martins Cortez (PDS), para ser executada, na qual consta várias atividades artísticas culturais, esportivas, políticas. De acordo com a prefeita, a programação começa logo cedo, com alvorada as 6 horas.<sup>129</sup>

Além dos momentos de descontração no município, a administração de Adelaide aparece no jornal *O Dia* procurando sanar problemas estruturais do município.

Apesar das dificuldades financeiras e dos poucos recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) a prefeita Adelaide Martins Cortez garante que realiza uma administração voltada para os setores essenciais à população, como educação, saúde, ação social e agricultura.<sup>130</sup>

Em virtude do maior número de mulheres na política, na década de 1990, podemos observar constantes matérias do jornal *O Dia* acerca da atuação feminina na política municipal, contudo, é importante analisarmos esse fato com cuidado. Segundo Celsi Brønstrup Silvestrin, os meios de comunicação podem “influenciar profundamente no sentido de diminuir o descompasso existente entre as reflexões teóricas sobre o tema, no caso a mulher, e a prática social”,<sup>131</sup> entretanto, essa relação não pode ser vista como uma verdade

---

<sup>128</sup> Essas informações encontram-se dispersas em edições do Jornal *O Dia* publicadas durante a década de 1990, aparecendo mais no início da década.

<sup>129</sup> POVO comemora aniversário de Elizeu Martins hoje. *O Dia*. Teresina, ano XXXIX, n. 9447, p. 14, 20 out. 1990.

<sup>130</sup> ELIZEU Martins. *O Dia*, Teresina, ano XL, n. 9645, p. 14, 29 jun. 1991.

<sup>131</sup> SILVESTRI, Celsi Brønstrup. Política e condição feminina: representações na mídia impressa brasileira (período 1994-1999). In: ADELMAN, Miriam. SILVESTRI, Celsi Brønstrup. (orgs.). *Coletânea gênero plural*, Curitiba, UFPR, 2002. p. 161.

absoluta, essa influência vai depender de como o assunto, acontecimento será explorado pelo jornal.

A emergência feminina na política piauiense confrontou-se com os mais diversos conflitos que o espaço de disputa política possibilita. Em alguns municípios, era ressaltada uma administração feminina atuante; em outros, algumas candidatas eram impedidas pelo próprio partido de fazer o registro da candidatura. Para ilustrar esse tipo de situação, podemos citar o caso de Maria Adélia Atem Ribeiro, do município de Floriano, que foi impedida de registrar candidatura na Câmara Municipal, porém, como ela era filiada ao Diretório Regional de seu partido, em Teresina, pôde continuar sua candidatura.<sup>132</sup> Situações desse tipo ocorriam na vida de algumas mulheres, evidenciando certas dificuldades presentes no espaço da política.

Por outro lado, o apoio de pares políticos continuava sendo muito relevante para que algumas mulheres se firmassem no cenário político piauiense. Na eleição de 1992, é eleita, no município de Francisco Santos, Carleusa Santos, sendo que, no dia de sua posse, mais de uma vez, foi destacada, em matéria de jornal, a presença de líderes políticos, como a do senador Lucídio Portella.<sup>133</sup>

O dia primeiro de janeiro em Francisco Santos passou num clima harmonioso de muitas atividades alusivas à posse da prefeita Carleusa Santos, que contou com a presença do senador Lucídio Portella, deputado federal José Luis Martins Maia, secretário do Trabalho e Ação Comunitária Judas Tadeu de Andrade Maia e o Major João Tomaz da Silva.<sup>134</sup>

Sendo a política um espaço ainda pouco ocupado por mulheres, a presença de alguns pares políticos, normalmente homens, ocorria, por fazerem parte do mesmo partido político, por amizade ou por representar o governo naquele momento.

A herança política e o apoio de amigos alimentavam o continuísmo político, na trajetória de algumas mulheres, como é o caso da ex- prefeita de Francisco Santos, Carleusa dos Santos, que já estava em seu terceiro mandato.

A prefeita da cidade de Francisco Santos, Maria Carleusa Santos Batista de Carvalho, que cumpre o seu terceiro mandato, disse no último final de semana que está tranqüila quanto a sua sucessão e acredita que a candidata do PFL, professora Nazaré, [Maria Nazaré Rodrigues Silva] será a

---

<sup>132</sup> ADÉLIA confirma sua candidatura. *O Dia*, Teresina, XLI, 9969, p. 13, 26/27 jul. 1992.

<sup>133</sup> Lucídio Portella foi eleito para o cargo de senador na eleição de 1990, para o período de 1 de fevereiro de 1991 a 31 de janeiro de 1999.

<sup>134</sup> CARLEUSA toma posse prometendo trabalhar. *O Dia*, Teresina, ano XLI, 10102, p. 2, 6 jan. 1993.

vencedora do pleito de 3 de outubro. Ela tem como companheiro de chapa o ex-prefeito Elpídio Arlindo de Lima. O candidato adversário é o vereador José Joaquim da Silva, o Zé de Quinco, que tem como vice o advogado René Santos, ambos ex-aliados de Carleusa.<sup>135</sup>

Carleusa, em sua sucessão, decide apoiar uma mulher, porém não conseguiu êxito, pois a professora Nazaré não foi eleita.

É perceptível que a presença feminina na política piauiense caracteriza-se por avanços e recuos, bem como por uma tradição de vivência mais direcionada ao privado, sendo o espaço político, para a mulher, um lugar de experiência social. Assim, muitas se inseriram na política não possuindo uma identificação com o meio, contudo, algumas tomam gosto e terminam por aí se firmar, a exemplo de Carleusa, que, como foi informado pelo articulista, já estava em seu terceiro mandato. Essa permanência política feminina é uma característica que vai, lentamente, fazendo parte da vida de algumas mulheres na política, contudo o continuísmo político ainda é voltado ao universo masculino.

O apoio da família à mulher, por ter uma influência junto à população e uma vivência política, característica abordada anteriormente, não cessa na década de 1990. Nesse sentido, Maria José Leão, natural de Floriano, ao nos relatar sua trajetória política, apresenta pontos similares à trajetória de Josefina Costa e de Myriam Portella.

Meu pai, ele sempre foi um comerciante e também político, meu pai foi vereador por três mandatos na cidade de Floriano, três mandatos consecutivos, foi um grande político naquela cidade, um homem de grande renome. Como era comerciante, tinha seu comércio, e minha mãe sempre trabalhou, ajudando meu pai no sustento da família, tinha o seu ponto de comércio, que ela vendia numa loja de confecção. Trabalhavam os dois para o sustento da família, como também a gente tinha, [...] criação de gado.<sup>136</sup>

Maria José Leão, cuja família tinha experiência no comércio e na pecuária, tinha também o pai, que havia passado por três mandatos de vereador, o que proporcionava a ela uma vivência dentro de um contexto político desde a infância. Conforme a entrevistada,

[...] quando meu pai era político, eu era 'pequenina' ainda adolescente, dez, doze anos eu já fazia parte, eu já corria para o comitê político dele, queria fazer a programação da campanha dele então eu já tinha no sangue... essa questão política, que é do meu pai, por hereditariedade. E depois que o meu pai faleceu, deixou o meu marido, José Leão [Azevedo de Carvalho], que foi como político substituindo o seu lugar. Eu muito nova, muito jovem, ele deixou meu marido por ser uma pessoa de confiança dele [pai], com mais

<sup>135</sup> CARLEUSA quer eleger sucessor no município. *O Dia*. Teresina, ano XLV, 11231, p. 14, 19 jul. 1996.

<sup>136</sup> LEÃO. Maria José. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, maio 2005.



idade, com mais experiência do que eu. E então meu marido foi vereador por três mandatos consecutivos, eu já era casada com ele e eu tomava conta da campanha dele, [...] mas, segundo as pessoas, os amigos, ele mesmo é reconhecedor disso, que eu era 50% da eleição dele. Logo depois ele se elegeu a prefeito com muita, muita mesmo expectativa do povo que pedia, ele foi, teve maioria assim... absoluta, nunca vista na cidade. Depois ele se reelegeu, passou dois anos sem se candidatar, voltou, o povo pediu, continuou como prefeito por mais dois mandatos consecutivos. Foi prefeito três vezes, foi deputado estadual e isso [...] me estimulou, por ver um trabalho, uma luta tão grande pela questão da discriminação, a questão ainda daquele preconceito, melhor dizendo em relação à mulher, [na política] foi que me levou a ser candidata por estímulo também dos nossos amigos de Floriano, pelo trabalho que fiz na minha cidade como primeira-dama, por três mandatos e como secretária do Bem Estar da Assistência Social, que nós desempenhamos um papel importante, que até então naquele município de Floriano não tinha essa assistência social, que o povo tanto esperava e desejava, que talvez nem soubesse o que era. E nós começamos a implantar esse trabalho, dando uma assistência à população bem carente, bem pobre, bem necessitada, levando o governo municipal ao povo, junto ao povo e para que eles fossem atendidos da melhor maneira possível e com isso nós fomos solicitados para que nos colocássemos como política, a gente mesmo como mulher.<sup>137</sup>

A permanência política da família de Maria José Leão foi transmitida de seu pai para o seu marido, continuando um núcleo político muito atuante no município, o que, posteriormente, ajudou em sua vitória como deputada estadual. Vale ressaltar que, aliado a isso, o trabalho de Maria José Leão à frente da Secretaria do Bem Estar da Assistência Social, em decorrência dos três mandatos do marido como prefeito, nos leva a conjecturar que isso, também, contribuiu para cativar parte da população do município.

A atuação na assistência social pela entrevistada aproxima-a de Josefina e Myriam, denotando novamente a importância do trabalho assistencialista voltado à população carente. Desse modo, essa ação nos bastidores, desenvolvida por algumas mulheres, deu-lhes visibilidade, contribuindo posteriormente para sua vitória na política partidária. Sem contar que a ajuda dos pares políticos foi essencial, como nos conta a entrevistada.

[...] surgiu uma pesquisa feita por alguns amigos e nós despontamos como bem classificadas para ser uma candidata. Na época foi a pesquisa pra deputada [estadual] e nós entramos, graças a Deus, nós tivemos esse apoio do povo e estamos aqui cumprindo nosso dever. [...] Tentando ajudar o povo da maneira que a gente pode, na elaboração de políticas e projetos públicos para a defesa do povo do Piauí e, com certeza, puxando uma “brasilha” para o lado da mulher. Por ser mulher, nós estamos [...] criando a comissão especial de defesa dos direitos da mulher. Nessa casa, não existia, na Assembléia não existia esta comissão e nós criamos esta comissão justamente para dar oportunidade. Existe a comissão de constituição e

---

<sup>137</sup> LEÃO, op. cit.

justiça, comissão de direitos humanos, comissão de segurança pública, todas as comissões e não existia a comissão de defesa da mulher. Nós criamos esse projeto de lei e com certeza ele vai ser, está sendo avaliado pela casa, já foi aprovado pelas comissões e está voltando para a mesa diretora pra dar o seu voto final. Essa comissão vai tratar e desenvolver, buscar e trabalhar em políticas públicas, a questão da mulher. Além dela cercar todos os problemas que chegar nessa casa relacionada a mulher, essa comissão vai elaborar projetos de leis que venham de encontro com as necessidades que a mulher precisa e exige até porque nós estamos já no século XXI, nós já avançamos um pouco porque as mulheres não votavam, e nem era votada, imagine! Hoje, nós já votamos, nós já somos votadas, hoje nós temos mulheres aí enfrentando cargos importantes no nosso país na política, nas empresas, na polícia, na segurança pública, lá desde a dona-de-casa, que a mulher antigamente só era dona de casa, e hoje não, sua única função era ser só dona-de-casa e ainda por cima o que se faz de manhã, passa o dia trabalhando, a noite não viu o trabalho que ela fez [...] então a mulher tinha só apenas essa função, fazer comida, lavar roupa e ser mulher, esposa e mãe de família. Hoje não, hoje nós temos a nossa função, hoje nós podemos ser uma deputada, nós podemos ser uma grande advogada, nós podemos ser uma grande, em defesa também daquelas que precisam e estão lá, ainda como dona-de-casa, lá como trabalhadora rural no campo, mas estão também querendo um apoio das que elas colocaram aqui, pra trabalhar e falar por elas.<sup>138</sup>

O contexto político vivido por Maria José Leão, portanto, favoreceu sua vitória: a herança política, a atuação do marido, o trabalho desenvolvido enquanto primeira-dama e o apoio dos amigos facilitou e contribuiu para sua emergência na política. Uma diferença é que ela, apesar de observar dos bastidores, não demonstra um medo inicial em atuar no espaço político como protagonista. Maria José Leão, assim como as outras entrevistadas, não fala de conflitos entre os colegas.

Não, não existe nenhum obstáculo, nós somos aqui, hoje nós somos três, porque tem uma deputada nova aí, a deputada Marilena Aguiar, é uma suplente que assumiu, mas só éramos duas e vinte e oito homens. Hoje são vinte e sete para três mulheres, é 10% da casa, mas em nenhum momento eu noto e nem percebo que eles não têm dado apoio necessário que nós deputadas precisamos para desenvolver o nosso trabalho aqui. Eles não colocam nenhum obstáculo para emperrar qualquer tipo de apresentação, proposição, projeto de lei, requerimento de nossa autoria em favor da mulher. Eles não colocam nenhuma dificuldade para que isso não aconteça, ao contrário, eles votam a favor.<sup>139</sup>

Esse apoio às mulheres na esfera política, não era, contudo, uma regra. Para as mulheres, estar no espaço da política, em alguns momentos, pode ser percebido como uma situação pouco confortável, principalmente, por conta das atribuições que a política exige de

---

<sup>138</sup> LEÃO, op. cit.

<sup>139</sup> LEÃO, op. cit.

quem a exerce. Estar no espaço público exposto a críticas positivas e negativas, em contraponto às tradicionais funções que as mulheres deveriam desempenhar, pode explicar o fato de que, apesar de um crescimento durante as três últimas décadas, os registros de participação feminina na política são considerados muito tímidos, em razão principalmente da educação, direcionada ao espaço privado.

Durante esse período de três décadas, outros mecanismos foram de grande importância, para se entender a inserção feminina na política, como, por exemplo, os movimentos direcionados às mulheres e a lei de cotas, cujo intuito era incentivar as mulheres a fazer parte da arena política, temas que serão abordados no próximo capítulo.

### 3 MULHERES EM MOVIMENTO

#### 3.1 Movimento feminista: algumas considerações

Nas décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos e na Europa, explodiu o movimento feminista, resultado das mudanças políticas e culturais do momento, que fizeram emergir os movimentos sociais. Segundo Norberto Bobbio, comportamentos coletivos e movimentos sociais constituem tentativas fundadas num conjunto de valores comuns e destinadas a definir as formas de ação social e a influir nos seus resultados.

Comportamentos coletivos e movimentos sociais se distinguem pelo grau e pelo tipo de mudanças que pretendem provocar no sistema e pelo nível de interpretação que lhes são intrínsecos. [...]. Nos fenômenos coletivos de agregado (comportamentos coletivos), dá-se um comportamento similar num grande número de indivíduos, sem que se formem novas identidades. Uma vez desaparecida, a tensão ou a disfunção que deu lugar a tais comportamentos coletivos, bem pouco terá mudado em quem deles participou. É o caso do pânico, da multidão, da moda, do *boom*. Nos fenômenos coletivos de grupo (movimentos sociais), pelo contrário, os comportamentos semelhantes dão surgimento a novas coletividades, caracterizadas pela consciência de um destino comum e pela comunhão de uma esperança,<sup>140</sup> estando, pois o movimento feminista dentro dos movimentos sociais, por estabelecer objetivos e anseios semelhantes, entre os componentes do movimento, como modificar as relações das mulheres com a sociedade.

Os movimentos sociais da década de 1960, inovadores e revolucionários, trouxeram questionamentos acerca da organização social brasileira, como as “relações de poder e hierarquia nos âmbitos público e privado,<sup>141</sup> e, dentro desse contexto, o movimento feminista ganha voz. Mulheres passam a questionar publicamente sua situação no espaço privado, na relação com o trabalho e vantagens condicionadas ao sexo. Uma das primeiras manifestações feministas da década de 1970, ocorrida nos Estados Unidos, passou tanto por interpretações que condiziam com o que o movimento defendia, como por outras que, identificavam as

---

<sup>140</sup> BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 787-788.

<sup>141</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p 41-42.

feministas como sujeitos historicamente movidos pela “emoção, incapazes de decisões racionais, choronas e histéricas, ou seja, as mulheres”.<sup>142</sup>

Essa manifestação, noticiada no Brasil, chega aos piauienses através de *O Dia*, transcrita da revista *Cláudia*, coluna “A arte de ser mulher”, escrita pela jornalista Carmem da Silva. Transcrevemos a seguir um trecho da matéria.

Você já deve ter ouvido falar na revolução das mulheres americanas.

O que é que esta(s) querem afinal? Livrar-se dos trabalhos de casa? Dos homens? Dos filhos – Carmem da Silva<sup>143</sup> explica tudo.

[...]

A 26 de agosto de 1970, os meios de comunicação divulgaram uma notícia que causou formidável impacto: as mulheres americanas estavam nas ruas. Em Nova York, Washington, Boston, Detroit e várias outras cidades dos Estados Unidos, classificaram uma massa de cartazes e clamores.

Que mulheres? Estudantes? Operárias? Esposas de grevistas? [...] Mães de soldados? Viúvas de guerra?

Nada disso, apenas mulheres. Esse era um dado comum e não a idade, raça, religião, classe social, situação cultural, profissional ou militar. Era na qualidade de mulheres que elas contestavam e reivindicavam.

Desde o triunfo da campanha pelo voto feminino, há uns cinquenta anos os Estados Unidos não viam espetáculo semelhante. O Ocidente pasmou: manifestações feministas a estas alturas! O fato ganhou uma vasta publicidade, manchetes e um sem fim de comentários na imprensa mundial.<sup>144</sup>

As manifestações americanas de cunho feminista passavam a ser noticiadas nos mais diversos meios de comunicação do mundo, por constituir grande novidade, *àquelas alturas*, mulheres nas ruas reivindicando direitos femininos, tendo em comum apenas o fato de serem mulheres. A imprensa procurava um motivo maior do que apenas o sexo para a existência da manifestação, o que, num primeiro momento, não se observou.

Nesse período, o movimento feminista nos Estados Unidos tinha como representantes Betty Friedan, Gloria Steinem e Kate Millet. Friedan, conhecida como a mãe do feminismo nos Estados Unidos, era uma ex-dona-de-casa, divorciada, que escrevera, em 1963, o *best seller* popular *The Feminine Mystique*, despertando algumas mulheres para questões sobre o seu cotidiano na esfera privada.<sup>145</sup> Em 1966, fundou a Organização Nacional de Mulheres (NOW), da qual assumiu a presidência. Essa organização tinha como objetivo, dentre algumas

---

<sup>142</sup> ROCHA-COUTINHO. Op. cit., 1994, p. 102.

<sup>143</sup> Nasceu no Rio Grande do Sul, em 1919. No início da década de 60, escrevia para revistas e colunas femininas, entre elas a revista *Cláudia*, onde no ano de 1963, inaugurou a coluna ‘A arte de ser mulher’, contribuindo para a formação do pensamento de gerações de mulheres brasileiras.

<sup>144</sup> O QUE é uma mulher livre. *O Dia*, Teresina, ano [s.a], n. 3380, p. 5, 25/26 jul. 1971.

<sup>145</sup> O QUE é uma mulher livre, loc. cit.

reformas direcionadas ao universo feminino, melhorar a educação, a legislação e a ação jurídica direcionando-as para a igualdade de empregos.<sup>146</sup>

Gloria Steinem, neta da presidente da Associação Pró - sufrágio Feminino, de 1908, do Conselho Internacional de Mulheres, formou-se em Administração em 1956. Ainda na década de 1950, lançou-se como escritora, tendo artigos publicados em vários jornais e revistas. Na década de 1960, conhece o grupo feminino ‘The Redstockings’(meias vermelhas) e passa a levantar fundos, falando em colégios, comparecendo a programas de televisão e escrevendo. Em 1970, juntamente com Betty Friedan, planejou a ‘greve pela igualdade’ e, 1971, também com Betty Friedan e Bella Abzug,<sup>147</sup> ajudou a fundar a Agremiação Política Nacional Feminina, destinada a mobilizar o poder político das mulheres.<sup>148</sup>

Kate Millet, professora norte americana, escritora feminista, em 1970, publicou seu livro mais conhecido, *Política sexual*. Interessou – se pelo problema da mulher ao assistir ciclos de palestras sobre o tema.<sup>149</sup>

Segundo Carmem da Silva, ainda sobre a passeata de agosto nos Estados Unidos, esta foi importante no sentido de ter possibilitado uma série de reuniões, conferências, atos de protestos, mensagens ao Congresso e outras formas de ação tendentes a conscientizar as mulheres e despertar o público e os legisladores para relevantes questões sociais. NOW (em português significa “agora”) passou a ser o estandarte de todos os movimentos, como sinal de inconformismo ante promessas que não se concretizavam. Quatro pontos marcaram as discussões, nesse momento, dentro do movimento americano: oportunidade igual de acesso ao trabalho e à instrução; paridade de salário para tarefas iguais; legalização do aborto e abertura de creches em tempo integral em todo o país.<sup>150</sup> As reivindicações feministas americanas estavam, pois, direcionadas a uma maior igualdade de permanência no espaço público, o qual está diretamente ligado ao privado, como podemos constatar em algumas exigências, como a abertura de creches.

Contudo, a manifestação feminista dos Estados Unidos, que desencadeou outras manifestações, despertou na imprensa da época opiniões que, segundo Carmem da Silva, distorciam o objetivo real do movimento.

Uma verdadeira onda de sarcasmo e agressão levantou-se em torno da passeata. A imprensa tudo fez para desqualificá-la pela ironia e pelo ridículo,

<sup>146</sup> O MOVIMENTO de libertação da mulher. *O Dia*. Teresina, ano [s.a], n. 3698, p. 10, 21 ago. 1973.

<sup>147</sup> O QUE é uma mulher livre, loc. cit.

<sup>148</sup> O MOVIMENTO de libertação da mulher, loc. cit.

<sup>149</sup> A LIBERTAÇÃO da mulher. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979. p. 72.

<sup>150</sup> O QUE é uma mulher livre, loc. cit.

mostrando-a como uma colossal manifestação de histeria coletiva, as líderes [...] foram descritas como frustradas, neuróticas, homossexuais, megeras ressentidas espumando de ódio contra o sexo masculino.<sup>151</sup>

Tendo a passeata de agosto de 1970, uma das primeiras manifestações da década, questionado pontos sobre o universo feminino, sua representação<sup>152</sup>, nos jornais, não foi positiva, restringindo-se ao “susto”, diante de uma manifestação de mulheres nas ruas, sem uma aparente necessidade, sendo tratado como um ato de histeria feminina. É importante observarmos que, sendo Carmem da Silva feminista, essa jornalista saía em defesa do movimento. Segundo ela, o que era noticiado nos jornais não estava de acordo com o que a fundadora da NOW pregava, e que haviam muitas idéias truncadas e deformadas a respeito do movimento.<sup>153</sup> Em abril de 1971, a fundadora da NOW e organizadora da passeata, Betty Friedan, veio ao Brasil lançar o seu livro *Mística feminina*.

Entre críticas, apoio e questionamentos, o movimento feminista americano ressurgia, estabelecendo pontos de convergência e divergência entre mulheres, homens e mídia, Funcionava ainda como desencadeador de outros movimentos e grupos que tinham como pauta “as minorias sociais”.

No Brasil, os movimentos que tinham como personagens principais as mulheres não podem ser chamados, como um todo, de movimentos feministas, visto que nem todos tinham o propósito de pôr em xeque a condição de opressão da mulher através da abordagem de temas, como o aborto, igualdade de direitos, violência contra a mulher, partilha do trabalho doméstico, identidade feminina<sup>154</sup>, mas sim refletir sobre a situação feminina no espaço privado (enquanto dona-de-casa, esposa e mãe) para intervir no espaço público.<sup>155</sup> Assim, passaremos a chamar de movimentos femininos brasileiros, os movimentos de mulheres que não seguiam diretrizes feministas, como por exemplo, o movimento de mulheres contra os altos preços, contra a carestia.<sup>156</sup>

Segundo Céli Pinto, as primeiras manifestações do feminismo brasileiro da década de 1970 podem ser identificadas, a partir do ano de 1972, em um Congresso promovido pelo

---

<sup>151</sup> O QUE é uma mulher livre, loc. cit.

<sup>152</sup> Segundo Roger Chartier, a relação de representação é assim confundida pela ação da imaginação, essa parte dominante do homem, essa mestra do erro e da falsidade que faz tomar o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é. VER: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. Difel: 1990. p. 22.

<sup>153</sup> O QUE é uma mulher livre, cit. cit.

<sup>154</sup> ALVES, Luzia de Fátima. *Mulheres em movimento, movimentos de mulheres* - Um estudo sobre as lutas das mulheres em São Bernardo do Campo na década de oitenta. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1995. p. 14.

<sup>155</sup> PINTO, op. cit., p. 43.

<sup>156</sup> PINTO, op. cit., p. 44.

Conselho Nacional da Mulher e liderado pela advogada Romy Medeiros<sup>157</sup>. Também eram realizadas algumas reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, que aconteciam de forma privada na residência de algumas pessoas, posto que a política ditatorial do Brasil, da época, caracterizada como de linha dura, não autorizava reuniões desse tipo.<sup>158</sup> Essa política era um inibidor não apenas do movimento das mulheres, mas de outros setores sociais, como o movimento dos trabalhadores, que despontava no final da década de 1970. Durante essa década, algumas medidas foram tomadas com o intuito de enaltecer as mulheres.

O ano de 1975 foi escolhido como o Ano Internacional da mulher e o início da década de mulher, de 1975 a 1985, resolução aprovada pelas Nações Unidas ainda em 1972. A ideia partiu da Comissão da Condição Social e Jurídica da Mulher, a qual tinha como objetivo transformar mulheres em categoria principal para as discussões acerca de direitos e participação feminina em todos os setores da sociedade. Segundo essa Comissão, a máxima participação do homem e da mulher em todas as esferas seria essencial para o bem-estar do mundo. As metas da ONU (Organização das Nações Unidas), com relação aos direitos femininos foram igualdade, desenvolvimento e paz.<sup>159</sup>

Ainda no ano de 1975, na cidade do México, a ONU reuniu mulheres de vários países que se comprometeram a “eliminar as discriminações e a violência contra as mulheres.”<sup>160</sup> O Ano Internacional da mulher foi assunto dos mais diversos setores sociais, como a Igreja, por exemplo. como de encontros mundiais pela ciência brasileira. A Igreja, através de alguns representantes, foi articulando a ideia de mudança em relação, às novas necessidades das mulheres.

É fato incontestável em nossos dias, particularmente, em nosso mundo ocidental, a promoção da mulher. Distanciados da época em que se discutia ter a mulher uma alma ou mesmo, se não teria sido sua criação tão grave e perturbadora como a própria morte, buscamos a nova imagem da mulher dentro das modernas perspectivas, dando-lhe consciência de sua vocação fundamental, de suas aptidões, de seus talentos morais e intelectuais técnicos, profissionais e políticos tendo o direito de ser ela mesma, de se realizar e se valorizar.<sup>161</sup>

Valorizar o que era desejo feminino direcionado à sua individualidade aparece nessa citação como uma “evolução dos tempos”, sendo que a promoção das mulheres ocidentais

---

<sup>157</sup> Romy Martins Medeiros da Fonseca. Nasceu em 30 de junho de 1921. Faleceu em 28 de agosto de 1990. Formada em Direito pela Faculdade Nacional de Direito.

<sup>158</sup> PINTO, op. cit., p. 46.

<sup>159</sup> ANO Internacional da Mulher. *O Dia*. Teresina, ano XXIV, n. 4123, p. 6, 2/3 fev. 1975.

<sup>160</sup> ALVES, op. cit., p. 10/11.

<sup>161</sup> A MULHER no mundo atual. *O Dia*. Teresina, ano XXIV, n. 42424, p. 15, 8/9 jun. 1975.



passava pelos mais diversos campos: moral, intelectual, profissional e político. Em encontros mundiais, como na cidade do México, políticos brasileiros ressaltavam a necessidade de neutralidade diante da situação das mulheres no mundo, “sem paixões”, para atingir objetivos reais.<sup>162</sup>

Através das notícias dos jornais, podemos observar que discussões com relação ao universo feminino saíam do âmbito das mulheres, a exemplo do movimento feminista, e adentravam a igreja, a política, a ciência, onde muitos demonstravam o desejo de apoiar, organizar e discutir a participação feminina no espaço público. Isso ocorreu na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ocorrida em Belo Horizonte, conforme a seguinte notícia:

O Ano Internacional da Mulher, que atualmente se comemora, está recebendo atenção especial dos cientistas brasileiros, que não se limitaram a incluir na programação da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Belo Horizonte um simpósio sobre ‘As Contribuições das Ciências Humanas à compreensão da Situação da Mulher’.

Nos números 6 e 7, referente a junho e julho deste ano, a revista ‘Ciência e Cultura’, da SBPC, traz artigos versando, respectivamente. ‘A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro’ e ‘Por que tão poucas mulheres exercem atividades científicas?’<sup>163</sup>

No entanto, apesar de a mulher ser pauta de muitos encontros sociais, no Brasil, sua situação no espaço público ainda era pouco notada. Nessa reunião anual, foi apresentado um censo em que se verificou a pequena participação das mulheres nas atividades científicas, pois as publicações assinadas por elas tinham um percentual de apenas 27% do total. Esse fato estava relacionado diretamente à pouca participação feminina no ensino superior e no magistério superior compondo somente 23% do corpo docente, 15% com mestrado e 9% com doutorado.<sup>164</sup>

### 3.2 Não somos feministas!

O Ano Internacional da Mulher e o movimento de mulheres, como o feminista, possibilitaram trazer mais mulheres para a cena pública. As mulheres do Piauí, inseridas nesse

---

<sup>162</sup> O BRASIL quer ampliar a situação da mulher. *O Dia*. Teresina, ano XXIV, p. 10, 2 jul. 1975.

<sup>163</sup> POUCAS mulheres no ambiente científico. *O Dia*. Teresina, ano XXIV, n. 4289, p. 7, 27 ago. 1975.

<sup>164</sup> POUCAS mulheres no ambiente científico, loc. cit.

processo de mudanças no universo feminino, apresentavam-se de forma estratégica à esfera pública. Na política mostravam-se mais presentes ao se candidatarem a cargos eletivos concorrendo com homens, que historicamente tinham maioria nesse espaço. Contudo, é interessante notar que as mulheres não fugiam de certas normas que a sociedade piauiense tinha padronizado.

Embora poucas saibam, realmente, o que é o movimento feminino conhecido em todo o mundo como *woman's lib*, a mulher do Piauí começa a iniciar-se num movimento feminino mais realista, emancipando-se politicamente e passando a combater os homens no campo político, candidatando-se a prefeito e vereadores em diversas cidades do Piauí.<sup>165</sup>

Na matéria do jornal, o articulista se refere ao movimento feminista, contudo utiliza o termo feminino, a confusão existia não apenas quanto ao que o movimento pregava como também ao termo (feminista), que, só nas décadas posteriores, foi sendo diferenciado por alguns pesquisadores.<sup>166</sup>

No momento em que o movimento feminista despontava nos Estados Unidos e no Brasil, na década de 1970, no Piauí, as mulheres procuravam não “vestir” características declaradas do movimento. Uma das razões eram as notícias que chegavam ao Estado, através dos jornais<sup>167</sup>, resultando em opiniões distorcidas. Assim, algumas mulheres que participavam da política, disputando cargos eletivos, normalmente, não se utilizavam da proposta do movimento em seus discursos. Ao mobilizarem a população, davam prioridade a assuntos direcionados à sociedade local e nacional, de forma geral. Destacando a necessidade de uma maior participação feminina na sociedade, esse discurso era articulado de forma que os eleitores não questionassem a entrada das mulheres piauienses na arena política.

Geralmente as mulheres se dirigem, nos seus pronunciamentos, a outras mulheres e todas concitam à renovação e a troca de valores, falam em renovação e pregam uma nova oportunidade para as mulheres, afirmando que não são apenas expectadoras, mas pessoas que também têm direito ao trabalho, à participação política e a decisão dos assuntos de maior interesse nacional.<sup>168</sup>

---

<sup>165</sup> MULHERES piauienses em luta visando conquistar posições. *O Dia*. Teresina, ano XXV, n. 4627, p. 1/3, 7/8 nov. 1976.

<sup>166</sup> ALVES, op. cit., p. 10/11.

<sup>167</sup> OLIVEIRA, Elvira Mendes Raulino de. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, mar. 2008.

<sup>168</sup> MULHERES piauienses em luta visando conquistas posições, loc. cit.

No entanto, a relação mulher e política, não era vista, segundo algumas opiniões como um “casamento feliz”. Embora a década de 1970 apresentasse certa abertura às mulheres, não sendo observadas críticas negativas da população, elas ainda deveriam se policiar em relação ao seu comportamento público, posto que poderiam ser alvo de críticas de seus adversários e possivelmente prejudicá-las em sua entrada na política, como podemos observar nessa reportagem.

No interior do Estado, a luta das mulheres enfrenta dificuldades e condições especiais. Desta vez o aspecto feminino da questão para que os homens, isto é, os adversários passam a explorar o aspecto do ponto de vista eleitoral. Emitem pareceres complexos e dizem que a mulher não pode administrar, como se não houvesse na história tantos exemplos de mulheres estadistas. Assim é que a candidata a prefeita de Amarante, Emília da Paixão, vai enfrentando as dificuldades inerentes a uma campanha política e que crescem ainda mais, quando essa campanha é encabeçada por uma mulher. Por que na política não fica bem a mulher sair abraçando eleitores e dando tapinha nas costas, como acontece com os políticos.<sup>169</sup>

Por estarem num espaço que tradicionalmente não lhes pertencia, as mulheres tornavam-se mais vulneráveis em suas atitudes diante da população, devendo se abster de um abraço ou um carinho a mais em seus eleitores, pois poderiam provocar interpretações distorcidas ou tornar-se uma “arma” para seus adversários políticos.

Na década de 1970, apesar de algumas mudanças sociais referente ao espaço feminino, um aspecto importante para mulheres que ingressavam no espaço político no Piauí era não estabelecer conflitos declarados com seus pares. Assim, uma estratégia interessante era não medir forças publicamente, posto que o embate poderia enfraquecê-las em seus objetivos. Um caso exemplar é o de Emília da Paixão, que, quando candidata à prefeitura de Amarante, ao sofrer críticas de seus adversários, não rebateu, não se registrando nenhuma resposta ou postura de confronto. Desse modo, mantém sua campanha e consegue se eleger.<sup>170</sup> Ainda nessa época, para alguns homens, ter como adversário político uma mulher era duplamente complicado, principalmente se a adversária vencesse. Isso era visto até como uma ofensa.

Quando Emília da Paixão disputou a eleição à prefeitura de Amarante, em 1976, foi registrada nos jornais a forma como as candidatas desenvolviam a campanha política. Deusimar Lustosa, 18 anos, era candidata à Câmara Municipal de Piripiri, e a forma como se colocava ao público, em seus comícios, era destacado no jornal: “seus pronunciamentos são

---

<sup>169</sup> MULHERES piauienses em luta visando conquistar posições, loc. cit.

<sup>170</sup> A análise deve-se ao fato da candidata fazer parte da ARENA, que na época era o partido do Governador Dirceu Mendes Arcoverde, o que se configurou como mais um apoio político à candidata e posterior Prefeita.

feitos sempre dentro de um caráter estritamente filosófico, falando em renovação e mudanças, ela pronuncia bem as palavras e sempre consegue consertar as frases que vai jogando para as massas”.<sup>171</sup> Outra candidata do mesmo município, era Bárbara Maria Cavalcanti, apresentada como uma moça de uma postura mais tímida, que era notada pela platéia, apenas quando ressaltada por suas colegas, quando elas pronunciavam seu nome ou a aplaudiam. Esse detalhe da candidata foi destacado em matéria de jornal, a seguir:

A colega de Deusimar é a jovem Bárbara Maria Cavalcanti [...], limita-se acenar polidamente com a mão direita quando seu nome é pronunciado pela oradora que ocupa o microfone, a simpática Deusimar que fala rápido e coloca frases superpostas, algumas sem qualquer ligação com a anterior e a precedente. Quando uma dessas frases atinge a expectativa da multidão, ouve-se comentários entre os homens que assistem o comício: ‘Essa mocinha é do bom’.<sup>172</sup>

A política, impreterivelmente, traz certa exposição ao candidato, o qual é avaliado em vários aspectos. No caso das mulheres, isso acontecia de forma minuciosa, a exemplo da candidata a vereadora de Piripiri, Deusimar Lustosa, cuja exposição oral nos comícios era vista como confusa pela imprensa. Na mesma matéria, o articulista caracteriza o discurso político da candidata como filosófico, denotando uma idéia de renovação, mas esse mesmo discurso é apresentado como imaturo no final da reportagem destacando-se erros na fala de Deusimar, o que causa uma certa confusão nos eleitores, dando motivos para brincadeiras masculinas.

Percebe-se que, ao emergirem no espaço público como candidatas a cargos políticos, expressando-se em praça pública sem terem uma orientação, as mulheres piauienses passavam por situações delicadas ao serem descritas nos jornais. Essa postura do jornal de enfatizar o discurso confuso dessas mulheres, aponta que a propaganda feminina no espaço político, pelos meios de comunicação, ainda se caracterizava com traços positivos e negativos às mudanças por que passavam a política e as mulheres. Contudo, é importante ressaltarmos a importância dessas pioneiras que, apesar de não estarem “preparadas”, abriram portas e semearam a possibilidade para que outras concretizassem a vontade de fazer parte da arena política.

Além de Deusimar Lustosa e Bárbara Maria Cavalcanti, no comício noticiado, foi destaque a presença de outras candidatas e ativistas políticas: a jornalista Elvira Raulino, candidata ao cargo de vereadora de Teresina; Iracema Batista, candidata a vereadora pelo

---

<sup>171</sup> MULHERES piauienses em luta visando conquistar posições, loc. cit.

<sup>172</sup> MULHERES piauienses em luta visando conquistar posições, loc. cit.

município de Parnaíba; Iracema Santos Rocha, que já tinha se candidatado várias vezes em Teresina, e Emília da Paixão Costa, candidata à prefeitura de Amarante, a única eleita entre as citadas.<sup>173</sup>

Nesse momento em que as mulheres piauienses se projetavam no espaço da política, o jornal *O Dia* destacava alguns encontros feministas brasileiros, que tinham como objetivo discutir, com a sociedade, questões do universo feminino e suas dificuldades na lenta e gradual inserção no espaço público.

O movimento feminista brasileiro não visa competir ou combater o sexo oposto. Trata-se de uma consciência de classe que as integrantes do grupo pretendem difundir por todo o país, visando o combate à exploração da mulher numa perspectiva política. Isto foi o que ficou bem claro depois de quase duas horas de um polêmico debate travado entre doze integrantes do grupo e os diversos jornalistas, na sala da Imprensa da SBPC, instalada na Universidade de Brasília.

Dentre as mulheres feministas se encontravam psicólogas, sociólogas, médicas, economistas representantes do Centro de Mulher Brasileira, representantes do jornal *Nós Mulheres* [...].<sup>174</sup>

Uma postura do movimento feminista brasileiro era deixar claro à sociedade brasileira que não tinha como objetivo disputar com o sexo oposto, ou seja, “as mulheres não queriam ser vistas contra os homens”, contudo, nesse encontro da SBPC, em 1976, as participantes apontaram alguns problemas de discriminação presentes na vida de algumas mulheres, como, por exemplo: falta de respeito ao pronunciarem opiniões no espaço público, casos de mulheres que eram demitidas por contraírem matrimônio ou por estarem grávidas e, em alguns casos, salários abaixo daqueles pagos aos homens. Uma das feministas destacou que, ao solicitar uma bolsa de estudos, soube que o critério de escolha dos agraciados era ser casado ou solteiro, sendo que, para as mulheres casadas o valor era inferior ao do homem.<sup>175</sup> Dessa forma, apesar de não existir uma disputa declarada, as feministas continuavam destacando situações de desconforto das mulheres no espaço público, embora isso não as impedisse de, respaldadas no prestígio profissional, ir adentrando espaços tradicionalmente masculinos, como a Academia Brasileira de Letras.

Assim, as mulheres na década de 1970, foram paulatinamente legitimando espaços de diálogo acerca do lugar das mulheres na sociedade, entretanto ter uma identificação com o

---

<sup>173</sup> MULHERES piauienses em luta visando conquistar posições, loc. cit.

<sup>174</sup> NOSSO feminismo garante que não é contra homem. *O Dia*. Teresina, ano XXV, n. 4535, p. 11, 16 jul. 1976.

<sup>175</sup> NOSSO feminismo garante que não é contra homem, loc. cit.

movimento feminista não era objetivo de todas. Rachel de Queirós<sup>176</sup>, por exemplo, ao assumir a cadeira na Academia Brasileira de Letras, por conta das discussões, acerca do feminismo brasileiro, faz questão de destacar que não era feminista e que sua entrada na Academia dava-se, estritamente, por ser uma “profissional de letras”.

Como não sou feminista, não posso entender essa vitória de uma única escritora a todas as mulheres. Entendo que sim, vitória foi a ABL consentir na entrada das mulheres. Valorizo este posto pela oportunidade de reunião com escritores, pois o convívio é benéfico à vida literária e à cultura.<sup>177</sup>

A abertura da ABL às mulheres era vista pela escritora como um grande salto para a cultura brasileira, não identificando esse acontecimento como uma vitória feminina. Segundo Rachel, quem mais ganhou com essa medida foi a ABL, porém, ao contrário do que disse a escritora, a entrada das mulheres na ABL pode ser interpretada como uma conquista, não apenas para a Academia, mas também para as mulheres, visto que novos espaços estavam se redefinindo e atribuindo outros significados à esfera pública. Isso a permitia refletir com um novo olhar ao universo feminino. Além de ser escritora, Rachel de Queirós, na década de 1930, militou no Partido Comunista Brasileiro, participou da campanha que tirou Getúlio Vargas do Governo em 1945 e articulou juntamente com os militares o golpe de 1964. Filiada à Arena, foi convidada pelos militares para ser ministra da Educação, mas não aceitou.<sup>178</sup>

No Piauí, além dos novos espaços, novos temas foram configurando o cotidiano piauiense, como o divórcio. Ainda em 1974 o divórcio, começava a ser discutido por juristas, parlamentares e religiosos. Entre eles, o senador Nelson Carneiro<sup>179</sup> destacava-se como um

---

<sup>176</sup> Rachel de Queirós. Nasceu em 17 de novembro de 1910 em Fortaleza. Foi a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras. VER: SCHUMAHHER, Schuma. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade* biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 476.

<sup>177</sup> RACHEL diz que não é feminista. *O Dia*. Teresina, ano XXVI, n. 4856, p. 13, 6 ago. 1977.

<sup>178</sup> SCHUMAHHER, op. cit., p. 476-477.

<sup>179</sup> O senador Nelson Carneiro sempre teve uma atuação voltada para a luta dos direitos em defesa da mulher. Segundo ele, esse interesse pelo tema surgiu em sua atividade enquanto advogado, ao aproximar-se da condição jurídica da mulher ainda na década de 1940, observando que a mulher era representada secundariamente pela lei civil brasileira. Anterior à defesa do divórcio na década de 1970, outros projetos foram apresentados pelo senador defendendo e protegendo as mulheres. Na década de 1940, enquanto deputado federal, Nelson Carneiro encaminhou um projeto que assegurava “à mulher casada, à companheira do homem desquitado, à solteira ou viúva, os direitos de pensão, montepio, soldo, ou pensão de alimentos, direitos que até então não existiam”. Em 1949, conseguiu a aprovação de uma lei que contemplava com alimentos os filhos considerados ilegítimos, filhos de mães não casadas oficialmente. Entre outros projetos, na década de 1970, como senador, conseguiu vetar a dispensa da empregada grávida, como também garantir pagamento em dobro para a mulher despedida por motivo de casamento ou gravidez, melhorias nas condições de trabalho feminino, aposentadoria proporcional às mulheres após 25 anos de serviço, através do antigo INPS. No final da década de 1970, o senador participou ativamente da Comissão Parlamentar de Inquérito que examinou a condição da mulher, as lutas e conquistas da mulher brasileira, as leis protecionistas do trabalho feminino, a mulher fora do lar, o planejamento familiar, o aborto, a mulher como adorno ou objeto sexual, a Consolidação das Leis Trabalhistas, CLT, a ação parlamentar e

dos defensores da implantação do divórcio no Brasil, contudo, em virtude do país ser um dos maiores representantes católicos do mundo, a maioria da população mostrava-se contrária, dificultando uma discussão “impessoal”.<sup>180</sup>

Quando o projeto de lei sobre o divórcio foi ao Congresso para ser discutido, o tema ganhou mais espaço na imprensa piauiense, a exemplo de uma pesquisa realizada pelo jornal *O Dia*, que dirigiu à população, perguntas a respeito da aprovação ou não do divórcio, sendo que os piauienses se manifestavam baseados na realidade de seu cotidiano. ‘Você está louco não quero nem ouvir falar nisso’, disse a dona de casa Marluce, a qual, é importante frisar, ainda estava em “lua de mel”, há apenas uma semana tinha contraído matrimônio. Vinícius, motorista de táxi, respondeu: ‘não pretendo me desquitar e muito menos esse negócio de divórcio’. ‘O que é isso mesmo?’ A desinformação era outra razão para os piauienses não apoiarem, num primeiro momento, o divórcio. Já as pessoas solteiras mantinham-se indiferentes, pelo fato de não terem passado pela experiência do casamento.<sup>181</sup>

A Igreja defendia o casamento, alegando que, quando o mesmo era contraído entre batizados e consumado pelos cônjuges, tornava-se indissolúvel, sendo rompido apenas com a morte, como podemos observar, no artigo publicado no dia 17 de fevereiro de 1975, no qual a Igreja expressava sua opinião, através do arcebispo José Freire Falcão:

[...] o arcebispo da igreja católica avisa que essa indissolubilidade é absoluta, quando se trata de casamento entre batizados, sinal eficaz do poder de Deus (sacramento) e símbolo da união de Cristo a sua Igreja. Assim, o casamento entre cristãos, se validamente contraído e selado pelo ato conjugal, só pode ser rompido pela morte de um dos cônjuges. ‘Nem a vontade dos esposos, nem a autoridade civil nem a própria igreja poderá dissolver-lo. Só o casamento válido, que não foi consumado pelo ato conjugal pode ser rompido por justa causa’.<sup>182</sup>

Não surpreende esse posicionamento da Igreja, para a qual casamento era um ato sagrado, logo, apoiar o divórcio fugia totalmente.

Após vários debates, encontros, opiniões, o divórcio foi aprovado em 1977. Vale ressaltar que, naquele momento, em que temas como esses deveriam ser aprovados pelo Congresso, já havia atuação de deputadas. Dentre as parlamentares no Congresso, Lygia

---

creches. Essa CPI teve como relatora a deputada Lygia Maria Lessa Bastos. C. f. TABAK, Fanny. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989. p. 64/67.

<sup>180</sup> DIVÓRCIO. *O Dia*. Teresina, ano XXIII, n. 3907, p. 7, 16 maio, 1974.

<sup>181</sup> PIAUIENSE é contra divórcio. *O Dia*. Teresina, ano XXIV, n. 4133, p. 2, 16/17 fev. 1975.

<sup>182</sup> PIAUIENSE é contra divórcio, loc. cit.

Maria Lessa Bastos destaca-se por ter exercido um longo e atuante mandato, sendo parlamentar por 37 anos, tendo passado por todos os níveis: municipal, estadual e federal.<sup>183</sup>

Na década de 1980, as mulheres piauienses começavam a se projetar em partidos políticos que tinham como prioridade questões femininas, mas sem uma identificação com o feminismo. Surgiu, então, em 1982, no Piauí, o PDS feminino, ala feminina do PDS, o qual passou a atuar apresentando propostas, no sentido de despertar as mulheres para uma maior participação na política.

Numa iniciativa pioneira, foi realizado anteontem à noite, no auditório Herbert Parentes Fortes, a primeira reunião do PDS feminino, para a escolha da comissão de 11 participantes que irão compor a diretoria provisória da ala feminina do partido no Estado. Nesta reunião também se fez presente o líder do PDS no Piauí, Deputado Sebastião Leal.

A reunião foi programada pela cronista social Elvira Raulino, e considerando-se que não houve muita divulgação em torno desta, até que compareceu um expressivo número de simpatizantes pedessistas que chegaram quase a lotar o auditório, embora com meia hora de atraso.

No início foi lido o programa do partido, publicado num folheto que foi distribuído para todas presentes. Logo a seguir, a organizadora da reunião resumiu em breves palavras os princípios políticos a que se propõe o partido, ressaltando a importância e a necessidade da mulher se infiltrar no destino político do país e transformar aquilo que por enquanto está só na teoria.<sup>184</sup>

O partido se direcionava essencialmente às mulheres, discutindo os mais variados temas, como o feminismo, o aborto e as eleições. Entre as organizadoras, estava Josefina Costa, que ocupava o cargo de secretária-geral do partido, como podemos constatar no trecho da matéria abaixo.

Dando prosseguimento às atividades de concretização do PDS feminino, ocorreu na noite de anteontem, na residência da colonista social Elvira Raulino, uma reunião para definir os cargos e respectivos ocupantes provisórios.

Para presidente foi escolhida Elvira Raulino; vice-presidente, Dulcinéia Leal; secretária-geral a ex-deputada Josefina Ferreira Costa e para Tesouraria, Luzia Brito.

Uma das propostas do PDS feminino é a de fortalecer o partido, ‘especificar para o povo o que é o partido’, como afirmou Consolação Teixeira, militante da ala feminina. O PDS feminino tem outras idéias, como a de desenvolver um trabalho de assistência social nos bairros e no interior.

As ‘feministas’ do PDS teceram opiniões sobre alguns temas que hoje estão em debate constante na problemática brasileira. O feminismo, o aborto e as eleições.

---

<sup>183</sup> TABAK, op. cit., p. 105.

<sup>184</sup> PDS feminino faz reunião para formar sua comissão. *O Dia*, Teresina, ano XXX, n. 7748, p. 8, 14 jan. 1982.



O feminismo para as pedessistas é apenas uma questão de como a mulher deve atuar dentro da sociedade. ‘Não queremos ser confundidas com as feministas’, como afirmou a ex-deputada Josefina Ferreira Costa ‘não sou feminista, sou feminina’. Já ocupei um cargo na Assembléia, mas não consegui conciliar a prática política com as obrigações de dona-de-casa.<sup>185</sup>

Uma característica importante entre as organizadoras do partido era deixar claro que não eram feministas, pois não tinham simpatia pelo movimento e nem tinham com ele qualquer aproximação ideológica. Em agosto de 1982, foi promovido pelo PDS feminino o I Encontro Nacional da Mulher Pedessista, tendo como uma das organizadoras a senadora Eunice Michiles, do PDS-AM. Participaram 420 mulheres de vários Estados do Brasil, incluindo o Piauí, que tinha como presidente da ala feminina piauiense a jornalista Elvira Raulino. No evento foi destaque a presença do presidente da República, João Figueiredo, do senador Jarbas Passarinho e do presidente nacional do Partido Democrático Social, José Sarney, que falou no encerramento do Encontro, como comprova a notícia seguinte:

O presidente [nacional] do PDS, o senador José Sarney, afirmou durante encerramento do I Encontro Nacional da Mulher Democrática Social, que ‘a mulher brasileira é um grande capital de que dispomos’, e por isso, a posição do PDS é no sentido de garantir-lhe o direito de participar, opinar, discutir, divergir e apoiar’. Segundo Sarney, até então, as mulheres sempre foram induzidas a participar quase que simbolicamente da vida particular do país. Contudo, esta posição foi modificada, pois as mulheres não aceitam ‘mais esta participação como dádiva’, uma vez que querem uma participação mais ativa e desejam ‘direitos iguais, sem privar a cada um, o direito de opção’[...].<sup>186</sup>

O discurso do presidente do PDS, José Sarney, exaltando a importância da participação feminina na política brasileira indicava que as mulheres estavam conquistando, um espaço maior na política. Com o respaldo de personalidades masculinas, reforçavam-se as transformações no universo feminino, condicionando mais mulheres a se fazerem presentes na arena política.

Esse direcionamento, com o início da abertura política e as diversas manifestações, ajudou as mulheres a pensarem não só a situação feminina, mas também a participação em outras discussões, como a Lei de Anistia e a Reforma Partidária, em 1979.

No Piauí e no Brasil, os partidos políticos ainda estavam se ajustando às novas propostas, ao surgimento de outros partidos e à forma como era abordado o tema mulheres.

---

<sup>185</sup> MULHERES do PDS dizem o que acham do feminismo. *O Dia*, Teresina, ano XXX, n. 7749, p. 3, 15 jan. 1982.

<sup>186</sup> A GRANDE força da mulher democrática. *O Dia*, Teresina, ano XXXI, n. 8108, p. 6, 11 ago. 1982.

Assim, quando as propostas se direcionavam para um mesmo assunto, ocorriam disputas, como, por exemplo, ao se tratar da emancipação feminina.

O movimento da Mulher Democrática Social, MDS,<sup>187</sup> vem atuando há muito tempo, com os mesmos objetivos da antiga ARENA Feminina. Nós sempre mostramos o que somos. Uma ala feminina do partido da maioria. Dentro do contexto político a que propomos, nunca enganamos ninguém, lutamos pela valorização da mulher, em todos os níveis e seu ingresso na política. Nunca levantamos bandeira. Levantamos, sim, a bandeira do direito de termos o nosso espaço na política, na luta pelo desenvolvimento do Brasil, etc. Agora vem o Núcleo das mulheres do Partido dos Trabalhadores com uma assembléia da Mulher, `hoje, de quinze às dezenove horas, no Auditório Herbert Parentes Fortes, com o grito de guerra ‘abaixo o machismo’. E esse núcleo está envolvendo com sua ‘pílula dourada’ outros segmentos representativos das mulheres piauienses, desvirtuando os reais objetivos do movimento de emancipação da mulher. É um movimento radical. Não é ‘derrubando o homem’ que a mulher pode ser feliz. Um precisa do outro. Deus sabe o que faz. Se ele fez a mulher da costela de Adão, foi para que os dois vivessem unidos e felizes. O nosso MDS luta pela valorização da mulher. ‘Aí é que está a diferença do núcleo do PT’.<sup>188</sup>

No Partido dos Trabalhadores-PT, em Teresina, passou a existir um núcleo direcionado às mulheres, e segundo a citação, o encontro promovido pelo PT, com um grito de guerra que soava ser feminista, não agradava ao MDS, pioneiro, ao abordar o tema mulher e política, apontando que o discurso das integrantes do PT não demonstrava “valorização da mulher”. O MDS, partido da maioria, como o mesmo se colocava, deixava bem claro à população piauiense que não tinha objetivos feministas, pois acreditava que esse movimento não era a melhor maneira de se estabelecer um discurso saudável com a população. O partido acreditava, portanto, que um grito de guerra como “abaixo o machismo” poderia distorcer um “trabalho” já consolidado e respeitado pelos piauienses.

A maneira de observar a sociedade, seus problemas e suas transformações não é homogênea, podendo-se ter objetivos iguais, mas caminhos diferenciados. Nesse sentido, como já observamos anteriormente, o surgimento do feminismo, na década de 1970, teve várias interpretações. A mais destacada era que as feministas, ao propugnarem determinadas mudanças sociais, estavam automaticamente se posicionando contra o sexo masculino, de modo que, quando grupos, partidos, mulheres demonstravam simpatia pelas propostas feministas estavam propensos a críticas negativas.

---

<sup>187</sup> Movimento da Mulher Democrática Social era o nome do partido feminino formado dentro do PDS.

<sup>188</sup> QUEREM derrubar o macho. *O Dia*, Teresina, ano XXXIII, n. 6675, p. 8, 11/ 12 mar. 1984.

Entretanto, apesar da resistência ao feminismo, na década de 1980, já podemos observar em Teresina um aumento de encontros, palestras e passeatas, fato não registrado na década anterior, quando também se tinha o universo feminino como foco principal. Muitas dessas mobilizações ressaltavam a necessidade de uma maior participação da mulher no cenário político piauiense e de uma luta mais intensa por direitos femininos. Assim, vejamos a seguinte reportagem:

Será realizado hoje, a partir das 14 horas, o encontro de avaliação do Movimento de Mulheres de Teresina, no Edifício Paulo VI e o tema principal em pauta vai ser “A condição da mulher no Piauí, abordando o aspecto econômico-salarial, familiar e a participação política.

Outro tema que as mulheres discutirão no encontro diz respeito à análise histórica do Movimento de Mulheres nas cidades de Teresina, Picos, Esperantina, Pimenteiras, Campo Maior, União e Amarante.

As mulheres buscarão respostas para diversos temas: reanimar o que já conseguiram e buscar uma continuidade; procurar maior ligação das mulheres de classe média e militantes com as mulheres do povo, nos bairros e, por fim, procurar encontrar novos caminhos, instrumentos e conteúdos de luta, como audiovisuais, cartilha sobre planejamento familiar ou outras propostas<sup>189</sup>

Desse modo, o movimento de mulheres no Piauí, apesar de suas discordâncias, dentro dos partidos, crescia lentamente e tentava mobilizar um maior número de participantes, estabelecendo relações com outros municípios do Piauí. Uma preocupação do movimento era o da informação, ficando claro, através da matéria, que uma das metas era manter um diálogo com os piauienses, no sentido de manter viva a pauta, conciliando-a com a realidade local, com destaque, entre outros temas, para o planejamento familiar. Vale ressaltar que esse tema fez parte da CPI realizada pelo Congresso, no final da década de 1970, a qual tinha como objetivo detectar a condição feminina no Brasil, através de depoimentos e reuniões. Sobre o planejamento familiar, a relatora da CPI, deputada Lygia Lessa Bastos, concluiu que não existiam restrições ao planejamento familiar. Quanto ao uso de anticoncepcionais, ficou estabelecido que deveria ser controlado, para não afetar negativamente à saúde da mulher. Concluiu-se também que todas as medidas de planejamento familiar atingiam diretamente as mulheres, excluindo totalmente o homem dos planos do Governo Federal em relação ao tema.<sup>190</sup>

Após as ‘diretas já’, os encontros e palestras continuaram apresentando um aumento considerável em Teresina. Em 1985, é lançado o Centro Popular da Mulher, que, dentre vários

---

<sup>189</sup> MULHERES avaliam movimento no Piauí. *O Dia*, Teresina, ano XXXIII, n. 6884, p. 2, 25 nov. 1984.

<sup>190</sup> TABAK, op. cit. p. 72.

objetivos, tinha o de refletir sobre a igualdade social, não apenas da mulher, mas de forma geral.

Unificar e organizar as mulheres pela plena igualdade social. Este é o objetivo principal do Centro Popular da Mulher (CPM), que será lançado no próximo sábado em Teresina. A coordenadora do CPM, Maria do Espírito Santo Cavalcante, informou ontem que esse movimento surgiu em Teresina há pouco mais de um ano e está estruturado nos bairros da Nova Brasília, Promorar e Piçarreira.<sup>191</sup> O trabalho inicial do CPM, segundo ela, é o de conscientização. ‘Mas nossa luta não é específica da mulher. Ela é geral’, garante Maria do Espírito Santo Cavalcante. As principais lutas encampadas pelo CPM são pela completa emancipação da mulher, ampliação do mercado de trabalho e contra a violência.<sup>192</sup>

O movimento de mulheres no Piauí começava então a ter maior organização e tentava, na capital, como nos demais municípios, ajudar a população com informações que pudessem facilitar o seu cotidiano, como o planejamento familiar. Em Teresina, o Centro Popular da Mulher, além de apoiar outras entidades sociais, servia como uma referência para o surgimento de outros centros, como os de bairro.

Ainda como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, a Associação das Mulheres do Itararé<sup>193</sup> (Ami) realizou ontem uma passeata por melhores condições de vida, onde centenas de cartazes expressavam o desejo da comunidade em pôr fim à violência contra a mulher. Os registros policiais indicam que em uma semana ocorreram seis estupros contra menores residentes no Itararé. A essa manifestação associaram-se pais irmãos e filhos de mulheres que se engajaram na luta pelos direitos da mulher piauiense.

Nem mesmo o sol forte de ontem à tarde impediu a marcha silenciosa das mulheres, marcando assim uma posição antes não registrada.<sup>194</sup>

É interessante observarmos como as manifestações femininas foram se consolidando no cenário teresinense. O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, continuou dando às mulheres uma oportunidade de apresentar, discutir e dividir seus problemas publicamente,

---

<sup>191</sup> Bairros de Teresina, Nova Brasília, localizado na zona norte, Promorar na zona sul e Piçarreira na zona leste.

<sup>192</sup> MULHERES vão se organizar em entidade. *O Dia*, Teresina, ano XXXIII, n. 6892, p. 1, 5 dez, 1984.

<sup>193</sup> Nas décadas de 1970, 1980, e 1990, Teresina, apresenta um crescimento maior que o do Piauí, constituindo-se o município mais populoso do Estado, isso ocorreu por conta de Teresina apresentar-se como “um centro aglutinador de equipamentos, serviços e atividades, receptor de populações migrantes”. Assim na década de 1980, Teresina sofre um crescimento em direção à zona leste e sul. Na zona leste destaque para o conjunto habitacional Itararé (originalmente Dirceu Arcoverde, em homenagem ao Ex Governador do Estado e ex-Senador da década de 1970, Dirceu Mendes Arcoverde). VER: LIMA, Antônia Jesuíta de. *As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003. p. 50-53.

<sup>194</sup> MULHERES fazem passeatas por seus direitos. *O Dia*, Teresina, ano XXXIV, n. 6967, p. 10/11 mar. 1985.

como a violência doméstica. A data era e continua sendo, um momento de repercussão social que mobiliza não apenas as mulheres, mas também outros atores sociais.

Em relação ao Estatuto do Centro Popular da Mulher, podemos verificar, no capítulo I, artigo 1º, que os objetivos estão direcionados ao universo feminino, assim como é dada atenção à proteção à infância, à discriminação em relação à mulher e a uma maior participação feminina na sociedade.

Art. 1º - Centro Popular da Mulher com sede e fórum na cidade de Teresina, Estado do Piauí, é uma entidade civil, apartidária, sem fins lucrativos que objetiva unificar e organizar as mulheres pela plena igualdade social e tem por fim:

I - Lutar pela efetiva igualdade da mulher, no âmbito da luta geral da sociedade, pela justiça e igualdade social;

II - Lutar pelo atendimento das reivindicações sociais da mulher representadas no seu direito ao trabalho; na proteção enquanto mãe; na proteção da infância por toda a sociedade, através do Estado; pelo fim de toda legislação discriminatória à mulher.

III - Trabalhar no sentido de elevar o nível de consciência e participação da mulher na defesa dos seus direitos e na luta contra todos os preconceitos que a discriminam;

IV - Trabalhar pela efetiva participação social da mulher, ao lado dos demais segmentos da sociedade, na concreta construção da democracia e justiça social.<sup>195</sup>

Com essas finalidades relativas à igualdade, justiça, direitos, discriminação, democracia, entre outros, no que tange às mulheres, o CPM foi, ao longo da década de 1980, organizando encontros sociais em prol da igualdade feminina e também apoiando, entre outras, as atividades sindicais em Teresina.

Será realizado de sexta a domingo, no auditório do Sesi, em Teresina, o Encontro de Organização Sindical da Mulher Trabalhadora, uma iniciativa da Secretaria Municipal de Ação Comunitária, que tem o apoio do Centro Popular da Mulher.

Segundo a secretária do Trabalho e Ação Comunitária, Guiomar Passos, o encontro é de grande importância, 'pois a participação da mulher na luta pela construção de um Brasil novo é imperativo nesse momento histórico'.

A secretária convocou todas as mulheres trabalhadoras a participarem do encontro que objetiva aprofundar a discussão sobre as suas condições de vida e trabalho. Com isso, a Semtac pretende estimular a participação das mulheres no processo de organização e participação em suas entidades representativas de modo a elevar seu nível de politização.<sup>196</sup>

---

<sup>195</sup> CRUZ, Diana Fagundes da. *Trajetória dos movimentos de mulheres em Teresina (1980-1990)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006. p. 48 (Anexo).

<sup>196</sup> MULHER terá encontro de organização social. *O Dia*, Teresina, ano XXXVI, n. 8543, p. 7, 21 out. 1987.

No final da década de 1980, estavam em discussão, no Congresso Nacional, as propostas para a nova Constituição brasileira, de forma que despertar a sociedade, através dos grupos para uma maior participação nesse “momento histórico”, aparece como tema freqüente. Nesse sentido, várias manifestações e grupos, durante toda a década, foram se organizando, com objetivos diversos, a favor das comunidades locais, discutindo e questionando problemas comuns, sobretudo os bairros mais populares.

### 3.3 Mulheres nos movimentos e na política

Paralelo ao movimento de mulheres nos bairros de Teresina, crescem os movimentos populares originários de bairros e periferias das grandes cidades,<sup>197</sup> que direcionavam suas reivindicações para melhorias estruturais dos bairros: insurgiam-se contra a remoção forçada de favelados, exigiam regulamentação dos loteamentos clandestinos e faziam reivindicações pela instalação de redes de esgoto, água, luz, creches, bem como por melhorias na educação e nos hospitais,<sup>198</sup> áreas que influenciavam diretamente no cotidiano da comunidade.

O bairro, além de ser o lugar de moradia, para muitas pessoas, se configurava também como um espaço de vivência comunitária, de encontros, onde se desenvolviam relações de união, de solidariedade. Essa vivência entre donas de casa, trabalhadores assalariados, desempregados, operários, bóias-frias, ambulantes, empregadas domésticas, homens e mulheres, velhos e crianças gerava,<sup>199</sup> como resultado, uma identificação.

Em relação a essa nova configuração que se formava nos bairros, é necessário esclarecermos alguns pontos. Ainda na década de 1970, os governos dirigiam suas preocupações administrativas para o desenvolvimento do Estado e para a modernização econômica, especificamente, para a ampliação da rede de energia elétrica na capital, abastecimento de água, asfaltamento, esgoto e sistemas de educação, investimentos na política habitacional, reconfigurando o espaço urbano. Entretanto, esses investimentos não foram suficientes para absorver a população que migrava para a capital,<sup>200</sup> assim Teresina constituiu-

---

<sup>197</sup> HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 2003. p. 55.

<sup>198</sup> HABERT, op. cit., p. 55.

<sup>199</sup> HABERT, op. cit., p. 55.

<sup>200</sup> SILVA, Maria Dulce. *Em busca da prevalência: padrões de relacionamento entre Movimentos Sociais Urbanos e Estado, em Teresina*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, 1989. p. 44

se em um espaço de atração, por oferecer algumas facilidades de sobrevivência, e de conflitos, entre o Estado<sup>201</sup> e os moradores, pois estes não se sentiam assistidos e, dessa insatisfação, surgiram os movimentos sociais urbanos.<sup>202</sup>

Dentro desse contexto, em Teresina, esse tipo de movimento ganhou o apoio da Igreja, com a atuação de alguns padres italianos nos bairros, incentivando a organização pastoral popular, a operária, a da juventude, a universitária, merecendo destaque a Comissão da Pastoral da Terra, que se expandiu para outras cidades do interior, articulando-se com o movimento nacional.<sup>203</sup>

A partir dessa atuação, as associações dos moradores se organizam em favelas e bairros, por duas vias: pelo trabalho da Igreja ou pelo trabalho dos partidos de esquerda, como o PT e o PC do B. Em 1986, são criadas a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC) e a Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí (FAMEPI), as quais se institucionalizaram e se ramificaram por todo o Estado, principalmente a FAMCC, legitimando-se também através do diálogo com o poder público. Na década de 1980, a FAMCC tinha 80 associações filiadas em todo o Estado, até o ano de 2008, existem 120.<sup>204</sup>

No início da década de 1990, essa entidade tinha como presidente Francisca das Chagas Trindade, a filha mais nova de Raimundo Pereira da Trindade e de Lídia Maria da Trindade. Trindade, como era conhecida pelos teresinenses, morava no bairro Água Mineral, localizado na zona norte de Teresina. Iniciou sua trajetória pública em grupo de jovens da comunidade e estudou em colégios públicos e da rede particular. Ainda na adolescência, seus desejos profissionais eram bem diversos, pois queria ser cantora ou freira, não recebendo apoio por parte da família. Continuou os estudos, participando de grupos católicos em seu bairro.<sup>205</sup> Em 1985, Francisca Trindade filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, tornando-se secretária da Pastoral da Juventude do Meio Popular da Arquidiocese de Teresina, fundadora e presidente da Associação de Moradores do bairro Água Mineral e, posteriormente, chegou à diretoria e à presidência da FAMCC.

---

<sup>201</sup> SILVA. op. cit. p. 73.

<sup>202</sup> Segundo Maria Dulce Silva, os movimentos sociais urbanos não apresentam perspectiva unívoca e exigem uma multiplicidade de enfoques, alguns dos quais privilegiam a dimensão econômica, relacionando seu surgimento com o processo de pauperização crescente por que passa a maioria da população, atribuindo essa emergência ao aguçamento das contradições colocadas pelo capitalismo em sua fase monopolista. C.f. SILVA op. cit., p. 2.

<sup>203</sup> MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina, CEPAC, 1996. p. 119.

<sup>204</sup> MEDEIROS, op. cit., p. 120.

<sup>205</sup> TRINDADE, Lídia Maria da. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, mar. 2008.

O trabalho desenvolvido por Trindade na associação de seu bairro e na FAMCC possibilitou-lhe uma proximidade com a população pobre de Teresina, conquistando-a com seu carisma e dedicação. Em 1992, Trindade se candidata a vereadora, mas não foi eleita. Por uma diferença de dois votos, ficou como suplente de Wellington Dias,<sup>206</sup> o qual, no ano de 1994, se elege deputado estadual, passando à colega a cadeira na Câmara. Ao assumir o cargo, Trindade foi pioneira em alguns pontos, como noticiado pela imprensa local.

Assume hoje em sessão especial, às 17h30m, na Câmara Municipal de Teresina, a terceira vereadora da história da Casa, Francisca Trindade (PT), prometendo discutir nos bairros, com os trabalhadores, todos os projetos que for apresentar. Ela vai ocupar a vaga deixada pelo deputado estadual eleito Wellington Dias.

Primeira negra a ocupar o cargo em Teresina, Trindade estréia na Câmara apresentando um projeto que estabelece o Dia Mundial da Consciência Negra. O projeto foi elaborado com apoio dos grupos negros teresinenses e prestar homenagem ao líder Zumbi dos Palmares.

Presidente licenciada da Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários-FAMCC, a nova vereadora é ativista dos movimentos populares onde fez sua campanha e conseguiu sua primeira suplência do partido. A posse de Trindade vai reunir representantes de várias entidades da sociedade civil e das principais lideranças locais do PT. [...].<sup>207</sup>

Francisca Trindade, que se destacava como terceira mulher a entrar na Câmara Municipal de Teresina, lutava pela causa negra, apresentando alguns projetos sobre o tema. Vereadora muito popular, ela apresentava seus projetos em praça pública.

A vereadora Francisca Trindade (PT) ocupou ontem a Praça Rio Branco, no centro de Teresina, para prestar contas de seu trabalho e remuneração durante este ano. Acompanhada de militantes do PT e assessores de seu gabinete, Francisca Trindade distribuiu material impresso mostrando que apresentou 295 projetos de emendas ao Orçamento Municipal para 1997.<sup>208</sup>

Destacando-se, na imprensa, pelo trabalho desenvolvido à frente da Câmara dos Vereadores, em 1996, Trindade é eleita vereadora, firmando sua trajetória política no ano de 1998, quando foi eleita a segunda deputada estadual do Piauí, com uma votação bastante significativa. Em 2002, novamente eleita, agora para deputada federal, a segunda no Piauí, não concluiu o mandato, falecendo em julho de 2003.<sup>209</sup>

---

<sup>206</sup> Ex-vereador da Câmara Municipal, ex-deputado estadual e atual governador do Piauí.

<sup>207</sup> TRINDADE será vereadora hoje. *O Dia*. Teresina, ano XLIII, n. 10672, p. 3, 2 dez. 1994.

<sup>208</sup> PT poderá participar da mesa Diretora da Câmara. *O Dia*. Teresina, ano XLV, n. 11376, p. 2, 11 dez. 1996.

<sup>209</sup> PIAUÍ dá adeus a Trindade. *Meio Norte*. Teresina, ano VIII, n. 3126, p.1, 28 jul. 2003.



Num retrospecto, vale registrar que, em 1996, mais duas mulheres foram eleitas vereadoras em Teresina: Flora Isabel Nobre Rodrigues e Carmem Lúcia Carvalho Nogueira. Filiada ao PT desde o início de 1980, Flora foi a primeira candidata a deputada federal, no Brasil, pelo PT, em 1994. Ao entrar na Universidade Federal do Piauí, na década de 1980, para cursar Letras, começou a fazer parte do DCE e do C.A, participando do movimento estudantil, que tinha postura contrária à ditadura militar, fase em que, segundo a deputada, presenciou situações delicadas.

Eu participei do movimento de estudantes, que era o movimento ligado ao Partido dos Trabalhadores [...]. Início do Partido dos Trabalhadores era um movimento de resistência à ditadura militar, então nós fizemos parte do DCE [Diretório Central dos Estudantes], do CA [Centro Acadêmico], fizemos manifestações na Praça Pedro II. [...]. Nunca fui presa porque eu tinha muito... porque meu pai, como era militar, eu tinha que ter o cuidado por mim e até porque também pra não ter uma exposição muito grande, por que ele é que comandava os processos de... então muitas vezes tive que me esconder na Praça Pedro II. Uma vez eu quase fui presa em Minas Gerais, numa manifestação que nós fizemos pelas Diretas. Nós tivemos que nos esconder dentro de uma farmácia porque lá é cavalaria, mas nunca fui presa [...].<sup>210</sup>

É importante lembrar que, quando Flora Isabel iniciou sua trajetória acadêmica, em 1982, o Brasil vivenciava uma série de greves dos trabalhadores, apoiadas pelo movimento sindical, com os estudantes nas ruas, situação que se prolongava, desde o final da década de 1970.<sup>211</sup> Com a experiência de Flora Isabel, podemos observar a amplitude do movimento dos estudantes no Brasil. No Piauí, dentre as reivindicações, eles promoviam manifestações pelo congelamento de taxas no restaurante universitário e se posicionavam contra o passe estudantil no ônibus.<sup>212</sup>

Flora Isabel foi presidente do C.A de Letras na UFPI, secretária de imprensa do C.A, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Teresina. Foi ainda a primeira mulher a exercer a liderança de um governo na Assembléia Legislativa, para o período de 2007 a 2008, sendo primeira mulher assumir esse cargo, assumidamente feminista, Flora Isabel destaca a necessidade de união entre mulheres e homens na construção social mais justa.

---

<sup>210</sup> RODRIGUES, Flora Isabel. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, jun. 2005.

<sup>211</sup> HABERT, op. cit., p. 61.

<sup>212</sup> SANTOS, Kleber Montezuma Fagundes dos. *Movimento de professores e cidadania: O movimento de professores da APEP e a construção de uma nova cidadania em Teresina (1978-1982)*. Teresina: Halley, 1996.p. 70.

Acho que homens e mulheres juntos podem estar construindo esta sociedade que a gente defende, com igualdade, sem preconceitos, ocupando os nossos espaços. Agora, a conquista dos nossos espaços não vai se dar na concessão dos homens, vai se dar pela organização das mulheres, então, eu sou uma feminista...gosto dos homens, e acho que homem e mulher juntos é...compartilhando esse ideário feminista contra o machismo, contra o preconceito, com certeza, pode contribuir com projeto de uma sociedade justa, fraterna, humana, socialista.<sup>213</sup>

Uma sociedade de igualdade, independente do sexo, é uma conquista que acontecerá, segundo Flora Isabel, se as mulheres lutarem por tal propósito. No mesmo pleito em que ela se elegeu para a Câmara Municipal, outra mulher se projeta também como vereadora, Carmem Lúcia.

Formada em enfermagem pela UFPI, Carmem Lúcia trabalhou por algum tempo na área da saúde, em clínicas e maternidades de Teresina. Mas o contato direto com a política antecedeu a esse fato, por conta de seu pai ter sido vereador de Teresina e estar inserido “naturalmente” no contexto político. No entanto, em sua entrevista, a vereadora diz não ter sofrido influência política do pai.

[...] Não sofri influência por conta disso, eu não tinha pretensão de entrar na política. O meu ingresso ocorreu por uma circunstância do momento e não por influência do meu pai ou do meio. Minha candidatura foi lançada por um amigo. Eu tive um problema na minha vida, trabalhava como enfermeira, que é o meu curso. Sou formada pela UFPI, e teve uma época que eu simplesmente fui expurgada [do Estado], na época do [governador] Freitas Neto, houve aquele expurgo, algumas pessoas entraram na Justiça para reaver seu emprego de volta e até conseguiram, mas eu não entrei na Justiça. Influenciada por um amigo, ingressei na carreira política e estou até agora.<sup>214</sup>

Por uma situação “forçada”, Carmem Lúcia aderiu à política, e logrou êxito, mas descarta qualquer influência da família ou do contexto político em que vivia. Contudo, não podemos desconsiderar que o trabalho desenvolvido pelo pai de Carmem Lúcia na comunidade tenha influenciado na decisão de voto dos eleitores que a elegeram. Com relação ao movimento feminista, a vereadora responde o seguinte:

Não, nunca participei, apesar de que hoje, depois que eu comecei como vereadora, comecei a incentivar muitas comunidades, principalmente da zona rural, que estão mais distante, mais esquecida, a se organizarem em comunidades através de associações. Dei muito apoio, incentivo, como ainda dou, ao presidente [comunitário] que vão se eleger. Procuo dar este apoio

---

<sup>213</sup> RODRIGUES, F. I., op. cit.

<sup>214</sup> NOGUEIRA, Carmem Lúcia Carvalho. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, nov. 2004.

porque eu sei que a comunidade, ela necessita muito de um líder para falar por ela, para representá-la.<sup>215</sup>

O incentivo de Carmem Lúcia às organizações comunitárias, apoiando líderes, ajudando-os a ter uma maior participação social é similar ao de Myriam Portella. Esta ressalta que o seu trabalho estava voltado a homens e mulheres, que defendendo e apoiando a participação da mulher na sociedade e na política, embora não tivesse identificação com o movimento feminista, conforme a seguir:

Não... de alguma forma... sim, tanto que minha atuação teve muito nesse sentido, mas eu não sou aquela feminista exacerbada, eu acho que mulher tem que lutar pelos seus direitos, está lutando, está conquistando uma posição política... é fundamental. Eu sempre disse isso, sempre foi uma mensagem recorrente nas minhas conversas, nos meus discursos, mas eu nunca fui assim, aquela coisa, nunca fui, nunca me senti uma feminista assim... intrinsecamente. Claro que eu era e estava disputando como mulher uma fatia do poder da política piauiense, mas eu nunca fui aquela coisa assim exacerbada, eu sempre fui, achei como estou dizendo que as mulheres tinham seus direitos.<sup>216</sup>

Na fala de Carmem Lúcia e de Myriam Portella, podemos identificar um certo receio, ao serem questionadas sobre o movimento feminista. Expressam um pouco de dúvida, destacam seu apoio às organizações sociais e à participação de homens e mulheres, na sociedade, mas, quanto a ser feminista, as respostas são cautelosas.

Essa não identificação com o feminismo, segundo Fanny Tabak, era característica presente em muitas deputadas federais da década de 1980, apesar de terem trabalhado para que, no texto constitucional de 1988, se incluísse uma série de garantias para o universo feminino, melhorando a vida da mulher brasileira.<sup>217</sup> Assim, embora não se definisse como feminista, Myriam Portella defendia e apoiava as organizações femininas que lutavam pela participação da mulher na política. A seguinte nota publicada no jornal *O Dia*, confirma aquilo que ela declarou na entrevista.

A advogada Myriam Portella mostrou-se satisfeita ontem com a criação dos comitês femininos em outros partidos políticos. Ela disse que se sente gratificada com a instalação desses comitês, por entender que são reflexos de

---

<sup>215</sup> NOGUEIRA, op. cit.

<sup>216</sup> NUNES, Myriam Nogueira Portella. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, ago. 2004.

<sup>217</sup> TABAK, op. cit., p. 125.

sua campanha. Dona Myriam Portella disse que vai continuar lutando pela participação da mulher na política [...].<sup>218</sup>

O apoio da então deputada federal às organizações femininas incentivava o crescimento das discussões em relação ao papel da mulher. Assim como Myriam Portella e Carmem Lúcia, Maria José Leão aponta uma identificação com o movimento feminista, mas faz ressalvas:

Tive, eu criei, como secretária do Trabalho e Assistência Social, o Disque Mulher 2000. É um programa totalmente desenvolvido para a mulher do município de Floriano, totalmente do município. Como nós tínhamos a Delegacia da Mulher, nós criamos esse programa para facilitar as necessidades exclusivamente das mulheres, com queixas, com reclamações e com assessoria, advogada, psicóloga, assistência social, todas eram mulheres para atender o público feminino da cidade, da região do interior, que precisava desses préstimos e não tinha como ser atendidas. Então, esse trabalho foi muito importante. Participei de clubes femininos como da maçonaria, participei do clube feminino como do Rotary é... nunca assim... de sindicatos, porque eu sempre fui de uma ala de direita, nunca de esquerda.<sup>219</sup>

A identificação de Maria José Leão com o movimento se dava por conta do gênero,, defendendo os direitos das mulheres ainda dentro de um contexto assistencialista. É interessante perceber que algumas mulheres foram “criando” um tipo de feminismo, que não as identificasse com alguma ala de esquerda ou com mulheres que eram “contra” os homens. Essa imagem de que o movimento feminista era uma vertente social que defendia os direitos femininos e a anulação dos masculinos é uma herança ainda da formação do movimento nas décadas de 1960 e 1970. Desse modo, deixar claro que não era uma feminista radical, que não queimava sutiãs em praça pública, era uma preocupação constante das nossas entrevistadas.

Não sou dessa ala radical do feminismo contra o homem, para competir, Não, de jeito nenhum! Sou dessa ala feminista moderada, de uma ala onde nós entendemos que nós não queremos competir, não! Queremos igualdade, [...] e que nós precisamos dos homens, são companheiros nossos, como eles também precisam da gente. Então, um respeitando o outro, mas cada um dentro dos seus limites, cada um dentro de sua área. Eu não sou aquela feminista radical - Ah! O homem tem que acabar com isso, tem que sair do cenário político, a mulher que tem que entrar, mas para fazer parceria com o homem, fazer “corpo” com o homem, porque eu acho que tem que ser misto, apesar de hoje, nos partidos políticos, já existem obrigatoriamente 30% das vagas oferecida às mulheres, se não for preenchidas, elas ficam vagas, mas não podem ser preenchidas por homem porque 70% já são dos homens e já defendo 50%. Eu defendo que ela seja além dos 50%, eu defendo que

---

<sup>218</sup> DONA Myriam elogia comitês femininos. *O Dia*, Teresina, ano XXXIV, n. 7892, p. 3, 9 ago. 1985.

<sup>219</sup> LEÃO. Maria José. Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa. Teresina, maio. 2005.

também sejam desenvolvidos fundos específicos. Vamos dizer assim, uma luta para que as mulheres sejam mais estimuladas a entrar no campo político. Porque a mulher tem o coração realmente mais maleável, a mulher é mais comedida, a mulher, dificilmente, você vê uma mulher bandida, envolvida com drogas, dificilmente você vê uma mulher criminosa.<sup>220</sup>

É importante lembrar que, inicialmente, Maria José Leão entrou na política, por uma forte influência de família em seu município de origem, Floriano, situação abordada no capítulo anterior. Isso talvez explique a posição cautelosa em relação ao movimento feminista, defendendo que as mulheres devem estar em parceria com os homens, discutindo e interagindo sem uma competição desigual.

A aproximação com o movimento feminista pode ser identificada em algumas mulheres que já fazem parte da política, mas a política e o movimento não têm necessariamente uma “ponte” direta, ou seja, estar na política não é sinônimo de ser feminista, como também, ter uma postura feminista não funciona como uma via para a política.<sup>221</sup>

Na década de 1990, as imagens sobre movimento feminista foram passando por algumas mudanças em relação às décadas anteriores e O Dia Internacional da Mulher, funcionava como um desencadeador na discussão da inserção feminina no espaço público, na política.

Várias manifestações sobre o tema foram expressas no jornal *O Dia*, destacando um leque de olhares para a relação mulher e espaço público, como demonstrado na fala de algumas mulheres, transcritas do jornal *O Dia*: “Os homens adoram ser protetores”, “um bom profissional independe de ser homem ou ser mulher”, “sexo frágil é preconceito”, “meu marido é o chefe da família”, “os direitos são iguais”, “a mulher tem condições de se impor”, “cada um tem a sua fragilidade”.<sup>222</sup>

Acadêmicas, empresárias, candidatas a cargos políticos, donas de casa, entre outras, demonstram, através dessas frases, opiniões sobre a situação das mulheres no espaço público e privado. Tais opiniões revelam um certo cunho feminista; outras abordam a igualdade de direitos, como também apontam não ser a fragilidade específica da mulher, mas do ser humano, confirmando as múltiplas opiniões das mulheres que compunham a sociedade piauiense. Na década de 1990, as comemorações do Dia Internacional da Mulher faziam aumentar a quantidade de entrevistas, debates e passeatas em prol do universo feminino, conforme a seguir:

---

<sup>220</sup> LEÃO, op. cit.

<sup>221</sup> SILVA, Maria Dulce. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, abr. 2008.

<sup>222</sup> MULHERES dão as cartas no cotidiano. *O Dia*. Teresina, ano XLI, n. 9934, p.1. 14-15 jun. 1992.

As mulheres piauienses saíram às ruas, ontem, no Dia Internacional da Mulher, para denunciarem a discriminação sexual e também para pedir a paz mundial. A concentração maior foi registrada no período da manhã na Praça Rio Branco, com a instalação de painéis fotográficos, exposições de livros e cartazes. À tarde elas foram ao Palácio da Cultura e registraram seus protestos.

Fizeram parte ainda das manifestações uma caminhada e uma rádio-calçada, montada especialmente com o objetivo de dar espaço para a mulher falar de todas as discriminações que as perseguem. Participaram das atividades, mulheres das associações de bairros, grupos de mães, sindicalistas, bancárias.<sup>223</sup>

As manifestações em Teresina concentravam não apenas grupos que tinham como pauta a condição feminina, como também outros que defendiam causas diferentes.

Jovens e velhas, profissionais, donas-de-casa, feias e bonitas ou brancas e negras, as mulheres ocuparam ontem a Praça João Luis Ferreira para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Até mesmo alguns homens acompanharam a manifestação, solidários ao movimento feminista ou simplesmente por curiosidade. [...].

Hortência destacou que a organização da mulher chega a surpreender até mesmo as lideranças dos movimentos 'Na assembléia que realizamos domingo, por exemplo, mais de 200 mulheres a grande maioria de donas de casa sem nenhuma militância, mas que sabem e reconhecem a importância dessa organização' afirmou Hortência, ao considerar que essa mobilização que torna a mulher cada dia mais forte e consciente de seus direitos.<sup>224</sup>

Na década de 1990, em Teresina, o feminismo começou a despontar, dentro do movimento de mulheres, isso em se comparação com décadas anteriores, quando não era nem citado. Muitas mulheres passavam a se expressar abertamente sobre discriminações e outros problemas relacionados à condição feminina, atribuindo ao homem uma carga de responsabilidade considerável, em relação a alguns problemas.

O movimento de emancipação feminina não é contra os homens, mas as mulheres têm uma luta contra eles porque a sociedade mundial é machista. O machismo tem origem no advento da sociedade patriarcal, e se aperfeiçoou com o avanço do Capitalismo, onde as mulheres permanecem trabalhando de graça em casa enquanto os homens esgotam sua força de trabalho no turno integral da empresa. Quando as mulheres começaram a trabalhar fora, até a postura do sindicalismo brasileiro se modificou. A emancipação definitiva virá com a derrubada do Capitalismo.<sup>225</sup>

---

<sup>223</sup> MULHERES fazem protestos contra preconceito sexual. *O Dia*, Teresina, XL, n. 9550, p. 11, 6 mar. 1991.

<sup>224</sup> REBELDIA no Dia da Mulher. *O Dia*, Teresina, ano XLIII, 10451, p. 2, 9 mar. 1994.

<sup>225</sup> DIA da mulher: mais de cem anos comemorados. *O Dia*, Teresina, ano XLI, n. 9853, p. 9, 8 mar. 1992.

O “machismo” no espaço doméstico, segundo algumas feministas, impedia as mulheres de desenvolverem atividades no espaço público. Contudo, uma questão, dentro do movimento feminista, era a de esclarecer que o intuito não era o de manter uma “guerra” com os homens, mas sim acordos. Entretanto, a imagem de que o movimento se colocava contra os homens era muito difundida na sociedade, contribuindo para a emergência de certos preconceitos, na relação entre o movimento feminista e outros setores sociais. Todavia, apesar da imagem negativa sobre o feminismo, não se pode deixar de registrar sua grande contribuição, no sentido de levar as mulheres a refletir sobre sua condição, e a buscar a concretização de direitos femininos, como a criação dos conselhos.

O primeiro Conselho dos Direitos da Mulher, no Brasil, foi criado em 1983, em São Paulo, sendo denominado, na época, de Conselho Estadual da Condição Feminina. Ainda nesse ano, surgiu, em Minas Gerais, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e, em 1985, durante o Governo do Presidente José Sarney, foi instituído o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Tais conselhos se tornaram possíveis a partir de algumas mobilizações de mulheres, entre elas, as feministas. O objetivo dessas entidades era abrir um diálogo sobre as políticas públicas de interesse das mulheres, com a articulação do Estado e da sociedade civil. Aliado aos conselhos, criaram-se órgãos executivos, para coordenar a implantação de políticas para as mulheres nas esferas federal, estadual e municipal.<sup>226</sup>

Em 2002, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (Sedim), subordinada ao Ministério da Justiça e, em 2003, esse órgão se consolidou, sendo criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) com status de ministério, com orçamento próprio e ligada diretamente à Presidência da República. Dessa forma, a SPM tem como objetivo ‘assessorar, direta e imediatamente, o presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres’,<sup>227</sup> estando sob a orientação da ministra Nilcéa Freire. A existência de conselhos e órgãos executivos podem ser observados em todo o território nacional, contudo, a quantidade ainda é muito pequena e atuação muito restrita.<sup>228</sup> Contemplando as cinco regiões do Brasil, compostas por 26 Estados e o Distrito Federal, existem 22 conselhos estaduais autônomos.<sup>229</sup>

---

<sup>226</sup> DOS Conselhos dos Direitos da Mulher às Secretarias para as Mulheres. *Mulher e democracia em dados*, Recife, ano 2, n. 2, p. 1, jan. a abr. 2006.

<sup>227</sup> DOS Conselhos dos Direitos da Mulher às Secretarias para as Mulheres, loc. cit.

<sup>228</sup> DOS Conselhos dos Direitos da Mulher às Secretarias para as Mulheres, loc. cit.

<sup>229</sup> Esses órgãos são classificados em duas naturezas: autônomos, com orçamento próprio, ligados diretamente ao prefeito, ao governador ou ao presidente da República, e vinculados, sem orçamento próprio, funcionando na estrutura de uma secretaria, de um gabinete, estadual, municipal e ou ministerial. C. f. DOS Conselhos dos Direitos da Mulher às Secretarias para as Mulheres, loc. cit.

No Nordeste, com 1792 municípios, 36 possuem conselhos de mulher e 16 órgãos executivos. No Piauí, dos 223 municípios, apenas 4 possuem esses conselhos: Teresina, Floriano, Piripiri e São Raimundo Nonato. O Piauí ainda possui um Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher e a Coordenação Estadual da Mulher.<sup>230</sup>

Além desses Conselhos, na década de 1990, as mulheres, conquistaram a Lei n. 9054, definindo que, em todas as eleições, deve ter no mínimo, 30% de vagas para cada sexo. Clara Araújo considera essa lei um dos marcos, na década de 1990, para as mulheres esclarecendo que a criação da política de cotas deve-se a três razões: a escassa presença feminina nas esferas de representação política, o investimento em debates e estudos, na perspectiva feminina, sobre cidadania e, por último, exemplos de outros países que tiveram êxito, ao inserir a política de cotas na lei eleitoral.<sup>231</sup>

Voltando ao movimento de mulheres, na década de 1990, em Teresina, destacava-se no apoio a candidatos, por exemplo, Raimundo Wall Ferraz, candidato ao governo do Estado.

Com a presença de mais de 5 mil pessoas, a grande maioria de mulheres, foi lançado ontem às 19h:30min, no Centro de Convenções o 'Movimento Feminino de Integração do Piauí,' em apoio à candidatura do ex-prefeito de Teresina e candidato do PSDB ao governo do Estado do Piauí, Wall Ferraz. O acontecimento levou muita gente de Teresina e do interior [...]. O movimento feminino foi lançado por dona Maria Eugênia, a mulher do candidato a governador Wall Ferraz, que fez discurso destacando a participação da mulher na gestão do marido à frente da Prefeitura. Ela relatou a situação da mulher teresinense, que em muitos casos, sem o marido que deixou a cidade para tentar a vida fora, é obrigada a assumir a criação dos filhos sozinha, trabalhando.<sup>232</sup>

Wall Ferraz foi vereador de Teresina por dois mandatos e eleito três vezes prefeito da capital. Era visto por alguns, como uma pessoa de hábitos muito simples, esquisito e nem um pouco simpático, porém muito carismático. Sua administração voltada para a periferia de Teresina, foi consolidada por seus seguidores.<sup>233</sup> Em 1990, Wall Ferraz, como candidato ao governo do Piauí, recebeu o apoio do Movimento Feminino de Integração do Piauí.

Teresina passa também a receber feministas conhecidas nacionalmente, como foi o caso de Marlene Libardoni, coordenadora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria-CFEMEA, com sede em Brasília. A respeito do movimento, ela assim se manifestou:

---

<sup>230</sup> DOS Conselhos dos Direitos da Mulher às Secretarias para as Mulheres, p. 5, loc. cit.

<sup>231</sup> ARAÚJO, Clara. Políticas eleitorais de cotas e os desafios das mulheres na esfera legislativa no Brasil. *Fragmentos da Cultura*, Goiânia: IFITEC, v. 15, n. 2, p. 261, fev. 2005.

<sup>232</sup> MOVIMENTO feminino do Piauí apóia Wall. *O Dia*. Teresina, ano XXXIX, n. 9359, p. 11, 5 jul. 1990.

<sup>233</sup> TAVARES, Zózimo. *O Piauí no século 20: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003. p. 112.



O feminismo é, hoje em dia, uma questão de cidadania, na medida em que discute politicamente a especificidade da condição feminina.

Aqui em Teresina a feminista está articulando e estimulando o movimento de Mulheres, informando os grupos locais sobre o que está em discussão no Congresso, levantando propostas e divulgando o Projeto Direitos da Mulher na Lei e na Vida.

Existem hoje 189 projetos de lei tramitando no Congresso nacional que dizem respeito à questão da Mulher, e até agora nenhum deles virou lei. Eles permanecem carecendo de regulamentação. É necessário a pressão popular dos movimentos organizados para que os parlamentos se posicionem sobre estes projetos.<sup>234</sup>

Além de impulsionar os movimentos em Teresina, a coordenadora do CFEMEA fez um levantamento, com a ajuda do Conselho de Defesa da Mulher em Teresina, da quantidade de grupos organizados existentes na cidade. Foi registrado um total de 15 grupos, merecendo destaque o movimento das trabalhadoras rurais do Piauí, com uma abrangência em mais de 60 municípios. Segundo Marlene Libardoni, o CFEMEA tem dado uma atenção maior à emancipação feminina, ressaltando que o desemprego não é uma particularidade feminina, mas um fato social. O centro discutiu, num encontro realizado em Teresina, a relação mulher e violência doméstica, mulher e saúde, mulher e aborto, e ainda o planejamento familiar.<sup>235</sup>

As mulheres piauienses destacavam-se não apenas no Piauí, mas interagindo com o resto do Brasil e em encontros mundiais. No ano de 1995, foi realizada em Beijing, na China, a 4ª Conferência Mundial Sobre a Mulher, sendo o Piauí representado por cinco militantes, como nos informa a reportagem:

Cinco militantes do movimento feminista viajaram esta semana para Beijing na China, onde representarão o Estado na 4ª Conferência Mundial Sobre a Mulher [...]. A delegação piauiense é composta por Dulce Silva, professora da UFPI; Glória Sandes, jornalista; Lujan Miranda, da Conferência Nacional dos trabalhadores em educação; Silvana Oliveira, presidente dos direitos do Conselho dos Direitos da Mulher no Piauí e Maria Aparecida, representante das mulheres trabalhadoras rurais.<sup>236</sup>

No Encontro da China, as piauienses tinham como objetivo ressaltar a mulher brasileira de forma regional, no Nordeste e no Piauí. Através de oficinas, foram apresentados os trabalhos de mulheres em hortas comunitárias, olarias e teares. As mulheres piauienses estavam ganhando asas e já não tinham receio de identificar-se com o movimento feminista.

---

<sup>234</sup> FEMINISTAS fortalecem movimento no Piauí. *O Dia*. Teresina, ano XLI, n. 9965, p. 9, 22 jul. 1992.

<sup>235</sup> FEMINISTAS fortalecem movimento no Piauí, loc. cit.

<sup>236</sup> FEMINISTAS do Piauí vão a evento na China. *O Dia*. Teresina, ano XLIV, n. 10911, p. 1/2, 28 ago. 1995.

É interessante observar que, no Piauí, esses movimentos de mulheres, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, foram relevantes por trazê-las à cena pública, independente dos objetivos das que promoviam e ou apoiavam manifestações femininas ou feministas. É importante registrar mudanças interna no movimento, em relação a seus objetivos e identidades. Quanto a esse aspecto, a feminista Rosiska Darcy de Oliveira explica que:

[...]. Num primeiro momento entendemos que igualdade significava ingressar no mundo dos homens, nos mesmos termos em que eles estavam. Uma vez que isso foi conquistado, começou a aparecer o nosso mal estar, pela boa razão que não somos homens. Há uma espécie de choque cultural, o de uma cultura feminina obrigada a se adaptar a uma cultura masculina, que moldou a sociedade. A partir de então, as mulheres vêm a público dizer que a cultura feminina tem espaço também. É uma maneira de estar na vida pública, não afirmando a igualdade, mas defendendo a diferença. [...].<sup>237</sup>

Perceber que conquistar o espaço público não era sinônimo de se igualar aos homens foi uma das mudanças do movimento, no início da década de 1990, a qual deu coragem a algumas mulheres de falarem mais sobre o corpo, violência, necessidades pessoais, entre outros assuntos, possibilitando-lhes pensar sua condição, não apenas quanto a direitos, mas, também, quanto a ser mulher.

Entretanto, apesar de algumas transformações com relação à inserção feminina no espaço público, algumas se direcionando à política, outras apenas despertando para sua condição e mudanças dentro do movimento feminista podemos identificar, em *O Dia*, crônicas a respeito da relação mulher, espaço público e feminismo as quais soavam de forma irônica.

[...] Nos dias que correm o chefe do casal está representado pela mulher. Retornou-se ao matriarcado. Jamais se viu a supradita com tanto prestígio e forma de mandar. As donas se mantêm em todos os assuntos, inclusive naqueles para os quais não são chamadas. Discutem besteiras colossais. Lêem mediocridades. Fumam. Consomem muito álcool, chegam a grandes pileques. Foi-se a virgindade – e raríssimas mantêm o fogo sagrado. Se machismo era o poder de mando incontestável por parte do gajo, feminismo deve tomar outra significação, justamente a de domínio completo do varão pela mulher “machona” de corpo e alma – médica, advogada, prefeita, deputada, senadora, jornalista, policial, romancista, motorista de ônibus, assaltante, maconheira. Em nenhum tipo de emprego feminino qualquer modalidade de discriminação, salvo, como é óbvio, com relação às incompetentes feias.

---

<sup>237</sup> NOVO feminismo: lição também para os homens. *O Dia*. Teresina, ano, XL, n. 9754, p. 11, 8 nov. 1991.

Bonitonas, ninguém as recusa, não precisam de concurso ou pistolão. Diz-se que existe atitude discriminatória com a gente de cor, o que não corresponde à verdade, exceto quando a mulata não possui nenhuma competência de corpo. E as diabinhas têm armas de convencimento. Se nada alcançam com o palavreado, com os duros, com os gestos dengosos, buscam o choro e derretem os corações mais duros dos bestalhões para os caprichos supinamente desmiolados.

As costelas de Adão venceram a luta. Transformaram os antigos machos em tristes manicacas. Feminismo vale dominação. De qualquer maneira, a mulher sempre será divina, uma graça, e quando boazuda, Deus do céu, fica gostosa e desconcerta a cabeça da gente.<sup>238</sup>

As mulheres teriam, então, segundo o cronista, uma “facilidade” em suas conquistas, por conta da beleza física, vencendo os obstáculos da esfera pública, nas mais diversas profissões. Essa era uma visão freqüente por parte dos homens, demonstrando o receio ao constatar a emergência feminina em diversos setores, como também o crescimento de manifestações organizadas por mulheres.

Serem vistas não apenas como donas de casa despertava críticas, desmerecendo a singularidade de algumas mulheres, que conseguiam projetar-se em profissões tradicionalmente masculinas ou no espaço político. Para elas, os lugares sociais já teriam uma demarcação consolidada<sup>239</sup>, e a rua teria suas limitações. No espaço público, as mulheres estariam sendo vigiadas e julgadas em sua conduta, sendo que ultrapassar a fronteira entre o público e o privado ditaria o que poderia ser bom ou ruim, não apenas para elas, mas para a felicidade familiar, condicionada aos seus atos. Desse modo, o aumento da inserção feminina no espaço público, bem como de manifestações organizadas e direcionadas às mulheres, fazia delas alvos de mais críticas.

Observamos, também, que movimentos de mulheres, como o feminismo, fizeram com que elas emergissem no mundo do trabalho.<sup>240</sup> Outra característica importante do feminismo, que contribuiu para sua expansão e aceitação, foi sua transformação interna, com uma preocupação maior com temas direcionados à subjetividade feminina, como padrões de beleza e cuidados de si, ficando para trás a *oradora* que irrompe no espaço público, toma a palavra, denunciando e revolucionando, em pé de igualdade com os homens.<sup>241</sup> Num primeiro momento do movimento, na década de 1970, o corpo foi negado ou negligenciado, como

---

<sup>238</sup> FEMINISMO. *O Dia*. Teresina, ano XL, n. 9565, p. 7, 23 mar. 1991.

<sup>239</sup> PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 38.

<sup>240</sup> RAGO Margareth. Feminismos e subjetividades pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de Lima. SCHMIDT, Simone Pereira. (orgs.). *Poéticas e políticas feminista*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 32.

<sup>241</sup> RAGO, op. cit., p. 33.

estratégia de recusa de normalizações burguesas, contudo, desde os anos 1980, percebe-se uma mudança nessa atitude e a busca de novos olhares dentro do feminismo.<sup>242</sup>

Assim, o movimento de mulheres é identificado como um detonador, ao questionar e ao possibilitar discussões, com alterações nas leis, despertando homens e mulheres para questões não apenas femininas, mas também para outras que, de algum modo, incomodavam a sociedade. Isso fez com que germinasse, em algumas mulheres, o desejo por mudanças, como a participação na política.

Os movimentos sociais também fizeram despertar o interesse feminino pela política, a exemplo do que ocorreu com Trindade e Flora. Josefina, por outro lado, em entrevista, reconheceu que a pouca presença feminina na política se devia a fatores, como determinados tabus em torno das mulheres e ainda a questão financeira.<sup>243</sup> As mulheres, e a sociedade ainda estavam, lentamente, absorvendo mudanças na relação: mulheres, espaço público e política.

Nas décadas de 1980 e 1990, por conta das mudanças ocorridas na política, no comportamento feminino, na educação, entre outros, ocorreu uma reconfiguração na relação mulher e espaço público. No privado, a relação com marido, filhos e casa sofreu alterações, em razão das atribuições que a inserção no espaço público provocou, embora as funções femininas no lar continuassem as mesmas. Nessa vivência dual, as mulheres viram-se, em alguns momentos, impossibilitadas de conciliar vida familiar e espaço público e / ou político, sendo que a opção pela família foi sempre prioritária quando da escolha de um desses espaços.

---

<sup>242</sup> RAGO, op. cit., p. 34.

<sup>243</sup> COSTA, Josefina Ferreira. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, set. 2004.

## 4 ENTRE A CASA E A POLÍTICA

### 4.1 Mudanças no privado

A presença das mulheres no espaço público e, mais especificamente, na política, já é uma realidade, não exatamente como muitas desejavam, mas algumas conquistas podem ser apontadas nessa trajetória feminina. A conquista do voto no Brasil, na década de 1930, legitimou a possibilidade de as mulheres entrarem na política, bem como uma maior abertura do espaço público ao trabalho e aos demais setores sociais. Também os movimentos sociais que enfatizavam as mulheres como sujeitos participativos constituem algumas das conquistas sociais e políticas do universo feminino.

No entanto, muitas ainda teriam que “legitimar” essas transformações internamente, com elas mesmas, posto que o lugar ‘naturalizado’ às mulheres, por um longo tempo, pela sociedade e por elas mesmas, foi de distanciamento da esfera pública. Conciliar os espaços público e privado era então outro desafio a ser vencido, principalmente quando as mulheres já haviam constituído família, com casa, filhos e marido. A atuação política colocava em conflito padrões consolidados, e era preciso conciliá-los com as novas transformações porque a sociedade passava.

Essa dicotomia feminina entre o acesso que estava sendo “conquistado” e “permitido” socialmente e o tradicional esteve presente no cotidiano de algumas mulheres, se observarmos que

O consenso dominante de que a responsabilidade primeira das mulheres era gerar e criar os filhos saudáveis, produtivos e moralmente retos, reprimiu o comportamento sexual das mulheres, definiu seu relacionamento com seus maridos, definiu traços de caráter e sentimentos apropriados e restringiu os papéis profissionais e sociais disponíveis para elas (por razões objetivas e subjetivas).<sup>244</sup>

Essa observação feita por Susan Besse se reporta ao início do século XX, quando a responsabilidade primeira das mulheres era cuidar da família, “castrando-se” em muitos casos a realização de projetos pessoais femininos, o que acarretou para, algumas delas, frustrações.

---

<sup>244</sup> BESSE, Susan K. Atualização da educação dos filhos. In: BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 101.

As realizações pessoais ficariam para outro momento ou seriam canceladas pela necessidade da presença da no lar. Como esta era uma exigência padrão de nossa sociedade, a mulher teria a responsabilidade de formar e informar seus filhos 24 horas por dia. Assim, a entrada delas no espaço público, durante todo o século XX, foi caracterizada por avanços e recuos, pois determinadas exigências do espaço privado faziam com que desistissem de continuar um trabalho fora de casa. Isso sem falar no discurso político do início do século XX de que as mulheres seriam as responsáveis por uma pátria organizada, a partir da educação dos filhos.

No ambiente urbano em rápido crescimento, onde os filhos já seguiam automaticamente os passos dos pais, as famílias não tinham outra escolha senão arcar com a tarefa árdua e cansativa de preparar cuidadosamente sua prole para ser bem sucedida no mercado cada vez mais competitivo. Uma sólida educação tornou-se muito mais importante do que uma herança para garantir o futuro de um filho. Somente instilando continuamente nos filhos os novos valores burgueses e proporcionando-lhes formação profissional ou treinamento vocacional adequados poderia a família preparar um filho para se tornar bom cônjuge e pai, operário ou profissional competente e cidadão exemplar.<sup>245</sup>

Essa responsabilidade de encaminhar os filhos para a norma e o bem era mais direcionada às mães, que tinham o dever quase divino, por terem sido agraciadas com a maternidade, “coroamento e demonstração tangível da feminilidade da mulher”. O Estado adotava o discurso de que a ‘finalidade [da mulher] não existiria enquanto ela não realizasse sua missão mais doce e mais sublime, que era a maternidade’, a qual seria condição para a felicidade das mulheres, devendo estas serem não apenas mães, mas, acima de tudo, mães perfeitas.<sup>246</sup> E essa concepção de que as mulheres teriam a responsabilidade maior com a organização da família dificultou e postergou, em muitos casos, a saída do espaço privado das que desejavam exercer alguma atividade no espaço público.

Espaço privado e espaço público se consolidaram como categorias cultural e historicamente construídas e diferenciadas pelo sexo.

As antigas categorias estabelecidas de homem e mulher, amplamente sedimentadas, podem ter criado uma divisão de trabalho em dois espaços distintos – o público e o privado – atribuindo áreas de atuação e poderes diferentes a homens e mulheres. Esta divisão parece bastante resistente à mudança, mas tal fato não a legitima e tampouco garante sua permanência. Ao contrário partilhamos a visão de que estas antigas categorias de homem e mulher devem muito à cultura e à história, elas passam a ser vistas como

---

<sup>245</sup> BESSE, op. cit., p. 107.

<sup>246</sup> BESSE, op. cit., p. 108-109.

refletindo algo que não um sistema binário pré-ordenado e toda a questão da igualdade e da alteridade assume uma nova dimensão.<sup>247</sup>

Essa separação histórica e cultural dos espaços, segundo Rocha-Coutinho, surgiu com a ascensão burguesa, com o aparecimento da sociedade industrial e o capitalismo, confinando as mulheres ao privado, reduzindo-as ao papel de mães e esposas.<sup>248</sup> Mas as funções estabelecidas pelos espaços começam a ser questionadas, a partir do momento em que as mulheres passam a ter uma ligação direta com o trabalho na esfera pública. Possibilitando outras sociabilidades, esse espaço veio trazer às mulheres uma satisfação pessoal e, ao mesmo tempo, uma série de conflitos pela multiplicidade de papéis, que elas deverão desempenhar.<sup>249</sup> Isso acontece em virtude de os papéis tradicionais ainda fazerem parte de seu cotidiano familiar, reforçados pela cultura, como o casamento.<sup>250</sup>

No final da década de 1960 e início de 1970, o crescimento da participação feminina no espaço público não modificou funções no seio da família, ao contrário a estas foram acrescentadas, as novas. Assim, as mulheres passaram a viver um ‘universo dual,’ em decorrência da combinação de papéis estruturalmente diversos, entre o público e o privado.<sup>251</sup> Portanto, apesar de os movimentos ressaltarem a necessidade de uma igualdade de papéis no espaço doméstico, pouca coisa mudou, e as mulheres continuaram desenvolvendo, como protagonistas, os trabalhos da esfera privada.

Essa “nova mulher” continuava, pois, inserida na tensão entre os papéis consolidados tradicionalmente e as novas possibilidades do espaço público, sendo que o tema mulher e espaço público foi, ao longo das três últimas décadas do século XX, pauta constante de discussão na Igreja e nos grupos sociais, com objetivos diversos; ora aceitavam como mudança necessária, tendo em vista a transformação por que passavam o espaço público, a família e as próprias mulheres; ora enalteciam os papéis tradicionais atribuídos às mulheres e aos homens como podemos observar em trecho do jornal *O Dia*, da década de 1960.

Com as dificuldades da vida moderna, a mulher foi obrigada a procurar uma profissão para obter sua independência econômica ou ajudar na manutenção do lar. Modificou-se, desde então, o conceito em que era tido o ‘sexo fraco’ que hoje atua nos mais diversos setores de atividades. Vemos a mulher

---

<sup>247</sup> ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 16.

<sup>248</sup> ROCHA-COUTINHO, op. cit., p. 27.

<sup>249</sup> ROCHA-COUTINHO, op. cit., p. 62.

<sup>250</sup> ROCHA-COUTINHO, op. cit., p. 63.

<sup>251</sup> AVELAR, *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1989. p. 23.

moderna, destacando-se na Medicina, na Arte, na Política, como funcionária pública, etc., comprovando, assim, a sua capacidade e inteligência. Vai longe a época em que as “filhas de Eva” eram consideradas intelectualmente inferiores ao homem e nos tempos atuais já um outro problema começa a surgir: uma tendência a se desvalorizar o papel da mulher na família. Em nossos dias há mesmo quem ache revoltante o fato de uma mulher inteligente perder [-se] entre fraldas e mamadeiras. Esta é sem dúvida uma concepção tão errada quanto a que se tinha na antiguidade. O trabalho da mulher na família jamais pode ser desvalorizado, por que está diretamente ligado aos destinos do mundo. A família é o ambiente natural para o desenvolvimento da personalidade humana. É indispensável à criança que dela receba proteção e segurança, apoio para o adolescente contra inquietações que o atormentam e refúgio para o casal. A família é realmente tudo para o homem e dentro dela um lugar insubstituível cabe à mulher.<sup>252</sup>

Ao tempo em que o articulista ressalta a necessidade de as mulheres desenvolverem um trabalho no espaço público, destaca também a função natural feminina, insubstituível no seio familiar. Na prática, algumas mulheres nas décadas de 1960 e 1970, viviam entre aquilo que poderiam fazer e aquilo que queriam, posto que, apesar de até poderem conciliar os dois espaços, por possuírem certa condição financeira, experimentavam certo sentimento de culpa, por abandonar a casa, os filhos e o marido por um período diário.

Assim, por muito tempo, foi cultivada pelas mulheres a necessidade de conseguir um bom casamento, deixando a carreira profissional para um outro momento, deixando que esse anseio, muitas vezes, ficasse fadado ao esquecimento. Para reforçar esse “destino” feminino, existia um aparato de mecanismos, para consolidar a maneira de ser da mulher no casamento. Carla Bassanezi, em sua pesquisa de mestrado, cujo título é *Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964)*, faz um levantamento dos artigos publicados nas revistas *Jornal das Moças e Cláudia* nos quais se abordavam caminhos para a felicidade e harmonia conjugal. Segundo explicação da própria historiadora, publicada em reportagem de jornal,

Durante décadas as revistas femininas educaram gerações para a busca de um determinado tipo ideal de felicidade conjugal diz a pesquisadora Carla Bassanezi. [...]. Carla Bassanezi analisa o discurso das revistas e suas mudanças ao longo do tempo diante do problema da manutenção dos casamentos e da dominação masculina nas relações homem-mulher. Segundo a historiadora, as revistas consideradas principais periódicos brasileiros, na época, [década de 1940, 1950 e 1960] penetravam no espaço doméstico e atuavam basicamente como guias de ação, de conselhos, companheiras de lazer e escape.<sup>253</sup>

---

<sup>252</sup> A MULHER na família. *O Dia*, Teresina, ano XIV, n. 1383, p. 3, 11 nov. 1964.

<sup>253</sup> A TESE que radiografa revistas femininas. *O Dia*. Teresina, ano XLII, n. 10 366, p. 9, 24 nov. 1993.



Essas revistas indicavam o comportamento mais apropriado, condicionado pela ‘moral e os bons costumes’. Defendiam a família estável, dentro da tradição, sendo que para a mulher, a prioridade deveria ser o lar, pois, se não fossem boas donas de casa, mães e esposas, poderiam ser tachadas de levianas. As revistas também estabeleciam o ideal de feminino e masculino na constituição de um “casamento feliz”: Nesse sentido, as mulheres deveriam ser sempre compreensivas e pacientes, nunca discutir com o marido ou se queixar. Ainda. Os desejos das esposas estavam vinculados aos do marido, que tinha o dever de sustentá-la. As publicações analisadas orientavam quem deveria se sentir feliz no casamento: em primeiro lugar, seria o marido, depois os filhos e, com isso, a mulher atingiria a felicidade.<sup>254</sup>

Dentro do matrimônio, a esposa era então a ‘rainha do lar’, mas não exercia o poder sozinha, pois o marido continuava sendo a autoridade fora e dentro de casa, já que aos homens cabia estabelecer regras no espaço público e no privado. Entretanto, esse era um padrão de comportamento, não uma realidade total. Não podemos esquecer que existiam as brechas dentro da norma social estabelecida, a qual sofria alterações, quando aliada a outros fatores, como classe social, religião, emprego, dimensão do núcleo familiar e educação que os “chefes” da família receberam.<sup>255</sup> Tais fatores influenciavam na forma de perceber as regras sociais, levando a aceitá-las totalmente ou não.

Diante do exposto, tornam-se compreensíveis alguns pontos abordados, neste texto. Senão, vejamos: o universo feminino do final da década de 1960 foi sofrendo mudanças com relação aos espaços anteriormente estabelecidos, pois o aumento da participação das mulheres no espaço público,<sup>256</sup> aliado a características tradicionais, criou conflitos sociais e subjetivos. Outro ponto interessante foi o surgimento de movimentos que destacavam a necessidade de mulheres no espaço público, reconfigurando o privado, pois elas deveriam saber conduzir mais uma função, satisfatoriamente, ou correriam o risco de críticas negativas. Podemos visualizar, através de reportagens, algumas imagens dessas transformações, a partir do olhar masculino.

Na antiguidade a mulher era tida apenas como um ser relegado, inferior, portanto incapaz de assumir qualquer responsabilidade, especialmente no sentido intelectual.

Cognominada de sexo fraco e belo, que na verdade não é apenas belo, é belíssimo, vivia relegada a um plano inferior, quando muito servindo de ornamentação, verdadeiro bibelô de sala.

---

<sup>254</sup> A TESE que radiografa revistas femininas. loc. cit.

<sup>255</sup> ROCHA-COUTINHO, op. cit., p. 103.

<sup>256</sup> HOBBSAWM, Eric. A revolução social. In: HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914- 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 304.

A mulher, não só no sentido intelectual era considerada incapaz, mas também em outros setores da vida, como, por exemplo, na vida pública, isto é, no setor da administração, onde a mulher modernamente tem dado o máximo.

[...]

Graças à compreensão humana e, sobretudo à luta da mulher, em busca de melhores conquistas, para igualar-se ao seu semelhante do chamado sexo forte, goza ela hoje, no mundo moderno, os mesmos direitos do homem. Mas para isso teve que lutar sugerindo e participando de congressos mundiais pelos seus direitos, promovendo e fazendo conferências, enfim, lutando com afã para, como se diz conquistar, um lugar ao sol. E aí vemos o resultado de sua luta, cujos loiros têm [-se] envaidecido chegando, muitas vezes, a superar seu companheiro, quando este é apenas um veste calças.

A mulher, que naquela época preferia seu lar, hoje o abandona para buscar maior ajuda não só para si, mas também como uma forma de auxílio ao companheiro que, sem ela não poderá viver, uma vez que ela é um complemento de sua vida afanosa e apaixonada. As atuais contingências da vida moderna, o processo galopante da técnica industrial fazem com que a mulher abandone seu 'doce lar' e, trajando-se de calça e casquete, busque uma melhor contribuição para o lar. Muitas delas, às vezes, desdenham o seu ex-senhor e procuram viver, a seu modo, a 'doce vida'.

No regime democrático, a mulher tende a subir cada vez, e o homem que veja isso, pois ela já goza dos mesmos direitos e vantagens concedidas ao seu antigo senhor, e as leis a protegem como protegem seu semelhante.<sup>257</sup>

Esse texto do final da década de 1960 apontava, através da visão do cronista, uma receptividade à presença das mulheres no espaço público, ressaltando a sua luta pela conquista de direitos. Deixando de se dedicar em apenas ao lar, elas foram igualando-se aos homens ou até superando-os, característica que, segundo Rocha-Coutinho, não era bem aceita, nas décadas anteriores, quando as mulheres não deveriam mostrar-se superiores aos seus companheiros, ao contrário, deveriam esconder sua inteligência.<sup>258</sup> Assim, em alguns momentos, as mulheres foram utilizando, sutilmente, estratégias, na situação de dominada, conseguindo em muitos casos atingir, com o jeitinho delicado, objetivos pessoais<sup>259</sup> e, paulatinamente, fazer parte do espaço público de forma mais intensa. A presença da mulher, nesse espaço, passa a ser exaltada também pela Igreja.

Embora sejam entoados hinos às conquistas femininas e à posição que desfrutam na atual civilização, ainda pairam desconfianças em torno dela. Felizmente, homens como João XXIII reconhecem e assinalam o ingresso da mulher na vida pública 'Cada vez mais a mulher toma consciência da sua própria dignidade de pessoa humana, não admitindo mais ser tratada como

---

<sup>257</sup> A MULHER no mundo moderno. *O Dia*, Teresina, ano XIX, n. 2754, p. 4, 20 jun. 1969.

<sup>258</sup> ROCHA-COUTINHO, op. cit., p. 101.

<sup>259</sup> ROCHA-COUTINHO, op. cit., p. 104.

objeto ou instrumento, reivindicando direitos e deveres consentâneos com sua dignidade de pessoa, tanto na vida familiar como na vida social.<sup>260</sup>

A Igreja católica, na figura do papa, ressaltava mudanças na vida das mulheres, deixando de lado desconfianças e dando crédito às conquistas femininas. Essa opção por reconhecer a importância da mulher na vida pública pode ser percebida como uma forma de não criar atrito com as mulheres, posto que elas eram e ainda são seu principal ponto de apoio na divulgação de sua crença. Vale lembrar que, no momento de divulgação dessa matéria, 1975, o movimento feminista estava em ascensão nos Estados Unidos e no Brasil. Esse ano as Nações Unidas elegeram como o Ano Internacional da Mulher, assim, os diversos setores sociais buscavam destacar e apoiar conquistas femininas.

Outros assuntos, como padrões de beleza feminina ainda eram bastante veiculados socialmente. Exemplo de um corpo feminino escultural era destaque dos concursos de *Miss*, nas décadas de 1970 e 1980, os quais existem até os dias atuais, porém o que chama a atenção era sua quantidade e variedade. Como se tratava de concursos de beleza, as moças eram ressaltadas por sua aparência corporal. Claudete Trindade, por exemplo, candidata a rainha do Carnaval, foi caracterizada por ter “17 anos, um sorriso encantador, e o peso bem distribuído nas suas medidas exatas”. Essa propaganda estimulava outras moças, em Teresina e em todo o Piauí, a fazer parte dos concursos, que abarcavam as mais diversas modalidades. Além da rainha do Carnaval, existia concurso para *Miss Piauí*, *Miss Universitária*, *Miss Escurinha*, *Rainha do Caju*, *Rainha dos Motoqueiros*, *Miss Funcionária*, *Miss Mirim*, *Miss Teresina*, *Miss Suburbana*.<sup>261</sup> As notícias veiculadas, na imprensa piauiense, orientavam como as mulheres deveriam seguir padrões de beleza. A prioridade dada a esse tipo de notícia obscurecia a abordagem de outros assuntos, como a participação feminina na política.

Apesar das perspectivas sociais acerca do universo feminino ainda estarem centradas na beleza estética, outras mulheres foram suavemente reconduzindo seus projetos, antes pautados pela família, passando a dialogar com outros espaços e abrindo novas possibilidades de sociabilidades no seu cotidiano. Como podemos constatar, em algumas pesquisas, dava-se o crescimento da participação feminina no trabalho na esfera pública.

No ano de 1972, foi realizada uma Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, - PNAD, divulgada no ano de 1975, a qual constatou um crescimento na participação das mulheres economicamente ativas (mulheres que produzem ou realizam serviços remunerados, excluídas das tarefas domésticas, se estas não se caracterizaram por troca de salário, ou seja,

<sup>260</sup> A MULHER no mundo atual. *O Dia*. Teresina, ano XXIV, n. 4222, p. 15, 8/9 jun. 1975.

<sup>261</sup> Esses concursos são noticiados, ao longo das décadas de 1970 e 1980, no jornal *O Dia*.

as que trabalham, “apenas”, como donas de casa estão excluídas da categoria de economicamente ativas).<sup>262</sup> Demonstrou um avanço na participação feminina, em alguns setores, como a indústria e o serviço social. O estudo verificou que esse comportamento feminino é resultado da modernização e que a participação mais ativa contribuía, para uma diminuição de desigualdades sociais.

Um dos mais seguros indicadores da modernização de uma sociedade é a crescente participação da mulher nas atividades econômicas, culturais, profissionais, etc. A esta crescente participação está associada um aumento na igualdade de oportunidade o que, através do tempo, redundará na redução das disparidades de remuneração e na melhoria da distribuição de renda social.<sup>263</sup>

A pesquisa não contemplou os estados do Amazonas, Piauí, Roraima, Rondônia, Goiás e Mato Grosso. Outra pesquisa mais abrangente destaca que as mulheres participam mais da vida econômica e política do país, ao migrarem para o espaço urbano. Essa participação é influenciada pela educação, estado civil e cultural das mulheres.<sup>264</sup>

O nível de participação das mulheres na força de trabalho está estritamente relacionado com uma quantidade de fatores, como o nível de educação, fecundidade, estado civil, existência de serviços e outros fatores culturais. Apesar de nenhum deles ser independente dos demais, é útil considerar cada um separadamente para poder extrair conclusões gerais.<sup>265</sup>

Essas pesquisas demonstraram que a presença feminina nos espaços públicos e no trabalho era uma realidade crescente no Brasil e, embora atrelada a alguns fatores, estes não eram predominantes. Acrescenta-se que, apesar de esses estudos apresentarem um avanço na participação da mulher no espaço público e na política, não se tratava de uma característica homogênea na década de 1980.

A emergência das mulheres no espaço público ocasionou outros conflitos, no espaço privado. A análise dos dados, veiculados nos jornais permite perceber dimensões plurais da vivência das mulheres, no período. Ao tempo em que a organização feminina em torno de objetivos comuns ganhava fôlego, torna-se visível a violência contra a mulher, sendo que ao longo do período são recorrentes as matérias relativas a esse assunto.

Em 15 de outubro, noticiava-se que, em Belo Horizonte,

---

<sup>262</sup> MULHER latino-americana. *O Dia*, Teresina, ano XXV, n. 4401, p. 12, 3 fev. 1976.

<sup>263</sup> A POSIÇÃO da mulher. *O Dia*, Teresina, ano, ano XXIV, n. 4218, p. 10, 1/2 jun. 1975.

<sup>264</sup> MULHER latino-americana, loc. cit.

<sup>265</sup> MULHER latino-americana, loc. cit.

[...] o motorista de táxi Antonio Francisco de Andrade, 30 anos, [...] na noite de anteontem matou a tiros sua mulher Leonice Fagundes, de 23 anos, de quem se desquitara há um ano [...]. [...] O farmacêutico Antônio Afonso da Silveira, de 32 anos matou a mulher, Maria Abadia Fernandes Silveira, de 28 anos [...].<sup>266</sup>

Em Esperantinópolis, no Maranhão,

com um tiro de espingarda, o comerciante Antonio Rodrigues Neto, tentou matar sua mulher, Rosa Bezerra de Jesus Lima Rodrigues [...]. O casal reside em Esperantinópolis, interior maranhense. Ela tem 22 anos de . São casados de próximo. Informações revelam que o marido é muito ciumento e poderia ter sido essa uma das causas do atentado à bala contra a mulher. [...].<sup>267</sup>

Em José de Freitas, Piauí,

Preso após esfaquear seu rival 'Cigano' [...] crime pelo qual foi preso em flagrante, pelo delegado de José de Freitas. Na delegacia, demonstrando arrependimento, ele [o marido] terminou confessando a autoria de um homicídio contra Maria de Lourdes, que há três anos viveu maritalmente com ele. Com ciúmes ele a matou estrangulada, simulando um suicídio.<sup>268</sup>

Ainda no Piauí, “com 11 facadas, a mulher Rosa de Sousa Pereira foi assassinada pelo marido, Benedito Alves Pereira. O crime aconteceu em Campo Maior, [no] final da semana segundo informações chegadas ontem ao Departamento de Polícia do Interior”.<sup>269</sup>

Em Teresina, ‘Severina Patrícia Pinheiro, residente à rua Álvaro Mendes, 1891 - Centro, foi espancada violentamente por seu ex-marido Josildo Alves Pinheiro e a sua amante, residente na Av. Barão de Gurguéia, fato ocorrido ontem pela manhã, em frente ao colégio Andréas’.<sup>270</sup>

Todos os crimes acima exemplificados foram cometidos por maridos, ciúmes foi o motivo alegado por eles, sendo que, em alguns casos, a esposa ou ex-esposa chegou à morte. Com o crescimento da participação feminina no espaço público, o homem passou a não ter uma “vigilância” sobre sua companheira, em decorrência da mulher desempenhar outras funções fora do espaço privado, acarretando conflitos, em alguns casos, de ordem grave. Para alguns homens, certas transformações ainda deveriam ser incorporadas.

---

<sup>266</sup> MARIDOS matam suas mulheres a tiros. *O Dia*, Teresina, ano XXIX, n. 7353, p. 12, 14/15 set. 1980.

<sup>267</sup> MARIDO enciumado tenta matar mulher. *O Dia*, Teresina, ano XXIX, n. 7366, p. 9, 30 set. 1980.

<sup>268</sup> MARIDO ciumento enforca a mulher. *O Dia*, Teresina, ano XXX, n. 7558, p. 1, 26 maio 1981.

<sup>269</sup> MARIDO mata mulher com onze facadas. *O Dia*, Teresina, ano XXIX, n. 7425, p. 9, 10 out. 1981.

<sup>270</sup> DESQUITADO espanca a ex-mulher. *O Dia*, Teresina, ano XXIX, n. 7409, p. 9, 20 nov. 1980.

Nessa década, em comparação à anterior, a de 1970, a presença feminina no espaço público e político teve um aumento em decorrência das manifestações que reivindicavam a participação feminina, da abertura política e da participação em partidos políticos, na educação, no espaço urbano e trabalho, o que possibilitou a muitas mulheres uma independência financeira. Muitas leis foram, ao longo da década, se consolidando, protegendo e garantindo às mulheres um conhecimento maior de sua condição e, ainda de, direitos e deveres, do divórcio. Aprovado na década anterior, nem sempre era aceito pacificamente pelo marido, gerava uma situação de conflito constante, podendo chegar a tragédias. Essa postura masculina denuncia que regras e normas culturalmente concebidas ainda eram muito resistentes.

Ainda que, no privado, as opiniões por parte de alguns maridos dificultassem a inserção feminina no espaço público, na década de 1990, algumas mudanças podem ser apontadas, na trajetória das mulheres. Outras posturas a respeito do assunto foram aparecendo nos jornais, como se verifica no exemplo seguir:

Desde as mais remotas eras, a mulher sempre foi relegada à condição de coisa, de mercadoria, escrava. Vivia para servir e para ser útil ao homem – Seu proprietário, seu senhor, seu dono. A mulher não exercia qualquer liberdade sobre o seu próprio ser; sequer era considerada pessoa, porque pessoa tem direitos e mulher não tinha nenhum. Nem mesmo o direito de ir à Justiça o seu juiz estava em casa: o pai, depois o marido, com a morte deste os familiares do morto. [...].

A humanidade progrediu. Acontecimentos importantes desabrocharam. A invenção da Imprensa representou um grande avanço nas conquistas das liberdades da mulher, com a propagação dos conhecimentos e da comunicação entre os povos. Mas foi a revolução industrial que proporcionou o ingresso da mulher no mercado de trabalho. Leis foram criadas, garantindo à mulher o direito de receber salário. Passou, então, a mulher a ganhar dinheiro. Daí em diante tudo foi ficando mais fácil, embora continuasse horivelmente explorada pelos homens [...].

No Brasil, só em 1934, no Governo de Getúlio Vargas, é que a mulher brasileira conquistou o direito de votar. Outros avanços se seguiram. Por exemplo: o divórcio, em 1977, por iniciativa e longa batalha do Senador Nelson Carneiro.

A mulher tem ido à luta e tem obtido muitas vitórias, mas, creio eu, ainda não o suficiente para alçá-la à condição de dignidade que merece. Apregoa-se nos tempos hodiernos que homens e mulheres são absolutamente iguais em direitos e deveres. Talvez, na prática, tal não se dê... Em todo caso, a figura do ‘chefe de família’ não mais recai com exclusividade sobre o homem, que perdeu a patente de ‘cabeça do casal’. [...].

Aí estão elas nas pesquisas científicas, nas artes, nos esportes, nas profissões liberais, na política partidária, nos comandos das nações, nas conquistas espaciais, até nos pelotões armados.<sup>271</sup>

---

<sup>271</sup> MULHER superando inferioridades. *O Dia*, Teresina, ano XLV, n. 11181, p. 4, 9 maio, 1996.

A matéria constata a presença feminina nos mais variados campos profissionais, mas ressalta que ainda há diferenças entre os sexos com relação a direitos e deveres. Na política, a participação durante o período estudado trouxe várias modificações para o universo feminino, como uma maior presença das mulheres. Apesar de existir registros na história de algumas mulheres atuando em partidos, bem antes de isso ser aceito constitucionalmente, tais fatos eram exceção<sup>272</sup>. No Piauí, a participação foi estimulada e condicionada por fatores tradicionais, como já abordado no capítulo anterior. Mas como foi, para essas mulheres, conciliar a política e o privado numa sociedade que, por longo tempo, construiu perfis femininos desligados da esfera pública e onde, por consequência, a atuação na política não estava entre as expectativas femininas?

#### 4.2 Ser mulher, mãe e política

Na prática, a relação entre os espaços público e privado nem sempre foi harmoniosa. Josefina, por exemplo, ao entrar na política movida por uma circunstância do momento, teve dificuldades em conciliar o espaço doméstico e o espaço político e, por não ter conseguido administrar satisfatoriamente essa relação, desistiu da política. “Meus filhos ficaram “bolando”. Às vezes, minhas filhas perguntavam pelos retratos quando eram crianças. Quando fui candidata, quando terminou a eleição, você podia olhar a minha casa, só tinha “cacareco”, eu não tinha um lençol”.<sup>273</sup> Sente-se que Josefina não consegue se desvincular, mesmo que circunstancialmente, do privado e, ao ver a casa desorganizada, parece sentir culpa por tê-la abandonado. O peso da educação formal “condena”, assim, a participação de Josefina na vida político-partidária.

A dificuldade de conciliação entre política e papéis domésticos, para Josefina, tornou-se um impedimento para que continuasse na política, pois ela teve uma formação em colégio de freira, onde a educação era direcionada para a vida de mãe, esposa e professora.<sup>274</sup> Desse modo, ao assumir diretamente a arena política, ela se viu numa situação muito diferente, acostumada que fora observar a política dos bastidores.

---

<sup>272</sup> BERNARDES Maria Elena. *Laura Brandão: A invisibilidade feminina na política*. Campinas SP: UNICAMP, 2007.

<sup>273</sup> COSTA, Josefina Ferreira. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, set. 2004.

<sup>274</sup> COSTA, op. cit.

Não, não... eu trabalhava nos bastidores, mas ser candidata, não, aí eu... ai! ai! e agora? Agora é o jeito, meu Deus, eu nunca entrei numa repartição pública,... pois eu vou aceitar, então comecei a fazer viagens, os comíciozinhos. Eu não falava bem, mas eles me ensinaram... mas também eu já sabia, mas ele [ o meu marido] é que era o orador mesmo, mas eu tinha jeito de conversar com o povo, assim, dedicada, acho que é o meu maior valor para eles, sou muito dedicada ao pessoal mais necessitado [...].<sup>275</sup>

A entrada de Josefina na política, como já ressaltada no primeiro capítulo, contou com o apoio do marido, pela experiência política e dos amigos, sendo que, embora sem uma experiência anterior, ela atinge o primeiro objetivo, que era vencer as eleições, e passou a atuar na Assembléia Legislativa, sendo, entre 21 deputados estaduais, a única mulher.

Quanto à votação, Josefina Costa comentou que, apesar de as pessoas não a conhecerem, recebeu votos em muitas cidades vizinhas e justificou a vitória da eleição por um diferencial atribuído às mulheres.

Não! Minha campanha foi assim, rapidinha, mas eu tive voto em quase todas as cidades do Piauí, sem ninguém me conhecer [...]. A mulher é muito diferente do homem, a mulher tem muita sensibilidade, a mulher vai ‘às águas profundas’, a mulher conhece tudo, a mulher trabalha mais do que o homem, a mulher ‘toma’ conta de casa, a mulher trabalha, a mulher cuida do filho, a mulher é professora do filho. [...].<sup>276</sup>

Apesar de localizar as mulheres fora do espaço privado, podemos identificar, na fala da entrevistada, uma característica culturalmente construída: a sensibilidade maternal das mulheres, de serem mais dóceis, abnegadas, dedicadas. E essas características da mulher não dificultaram a atuação de Josefina, pois os colegas achavam que

Era uma coisa muito importante que deviam aparecer outras. E demorou aparecer. [...]. É, eu, porque já vivia nesse meio, já nasci dentro daquele ‘negócio’... a vida de política é dura, a pessoa não é mais dona de si, é uma coisa assistencialista porque você não pára, toda hora você é procurada. Por isso que política é coisa de Deus. Porque através da política a gente pode fazer muita coisa boa na vida das pessoas [...].<sup>277</sup>

Com os colegas políticos, Josefina mantém uma convivência harmoniosa. Um de seus colegas acrescentou que as mulheres, na década de 1970, ficavam receosas de se apresentar

---

<sup>275</sup> COSTA, op. cit.

<sup>276</sup> COSTA, op. cit.

<sup>277</sup> COSTA, op. cit.



no plenário, com medo de críticas.<sup>278</sup> Esse medo era explicado pelo fato dessa nova realidade ainda estar em construção na vida de muitas delas, embora isso não tenha funcionado como ponto importante para que Josefina abandonasse a vida política, pois o que a levou a essa decisão foi a tensão entre os papéis que tinha que desempenhar na sociedade. Em relação a essa tensão, Lúcia Avelar explica que um estudo realizado na década de 1980 avaliou essa “estrutura dos papéis da mulher, em virtude da estabilidade das responsabilidades domésticas e das transformações progressivas nas carreiras femininas”, chegando às seguintes conclusões:

Baseadas nos papéis sexuais, as sociedades estariam organizadas em três modelos: o primeiro distinguiu nitidamente os papéis masculinos e femininos, associando-os à separação pública e privada, o que pôde ser constatado em uma aldeia na África do Norte. No segundo modelo, o trabalho e a família têm uma importância igual na vida da mulher e do homem, sendo que esse modelo apareceu em um relatório final do governo sueco em resposta às Nações Unidas, ainda na década de 1960. O terceiro e último modelo assenta em uma assimilação parcial, por parte da mulher nos domínios econômicos e políticos, sendo que a mesma mantém sua responsabilidade tradicional da família, modelo esse chamado de assimilacionista.<sup>279</sup>

Nessas sociedades, as mulheres vivenciam papéis duais, característica não apresentada pelos homens. Outros dados também são constatados nesse modelo de sociedade: o emprego feminino é pautado pela igualdade de direitos, ainda que na prática seja tratado como residual; as mulheres atuam em tarefas de baixa especialização e em setores que têm carreira limitada, as responsabilidades profissionais se juntam aos cuidados com os filhos, tendo em vista que geralmente esses cuidados são exercidos predominantemente pelas mulheres.<sup>280</sup>

Em que pese a relatividade destes modelos, podemos afirmar, de modo amplo, que a sociedade brasileira vem-se ajustando ao modelo assimilacionista, por manter inalterada a estrutura familiar e doméstica, incorporando os papéis profissionais da mulher e não redefinindo os papéis masculinos.<sup>281</sup>

As mudanças, nesse tipo de sociedade, são acrescentadas a uma estrutura já existente, sem uma redefinição dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Desse modo, a

---

<sup>278</sup> PARTICIPAÇÃO da mulher na política teresinense ainda é bastante tímida. *O Dia*, Teresina, ano XLII, n. 11787, p. 1/2, 2 fev. 1998.

<sup>279</sup> AVELAR, op. cit., p. 24-25.

<sup>280</sup> AVELAR, op. cit., p. 25-26.

<sup>281</sup> AVELAR, op. cit., p. 26.

igualdade aparente encontra dificuldade quanto à prática, pois as mulheres têm então mais tarefas, em espaços de trabalho distintos. Lúcia Avelar especifica essa situação quando da participação política.

O mesmo se dá para a vida política; a educação para a cidadania é aparentemente igual para ambos os sexos, mas as limitações à participação política da mulher são bem maiores. A ‘tensão de papéis’ funciona, por assim dizer, como obstáculo natural ao desempenho político feminino em arenas mais amplas.<sup>282</sup>

Assim, o Brasil apresenta terceiro tipo de sociedade, exemplificado por Lúcia Avelar, em razão de todos os pontos atribuídos ao modelo assimilacionista serem identificados, de forma geral, na composição da família brasileira. Trazendo para o Piauí, essa tensão existiu na vida de Josefina Ferreira, fazendo-a desistir da vida pública, decisão que, posteriormente, concluiu não ter sido a mais acertada, segundo a própria entrevistada nos conta:

[...] mas, depois que passou eu vi que cometi um erro. Eu deveria ter seguido pelo menos mais um mandato, para eu concluir alguma coisa que eu deixei. Porque, na época, [...]. Dr. Wall Ferraz era secretário de Educação, eu dizia:- professor, São João do Piauí é um cantinho escondido, parece que ninguém vai até lá, lá não tinha entroncamento, não tinha estrada boa, não tinha nada, [em São João] o povo é analfabeto, para votar o eleitor andava com a chapa na rua, se alguém quisesse trocar, era muito falho o sistema. O eleitor dormia com a chapa, no outro dia ia votar.<sup>283</sup>

Apesar do confessado arrependimento, Josefina não se candidatou novamente, preferindo ser de dona de casa. Quando as mulheres podem escolher entre trabalhar fora de casa e cuidar da família, normalmente, tendem a escolher os papéis domésticos, e desistem dos profissionais. Quando trabalham fora de casa, organizam o ritmo de trabalho, conciliando as funções do espaço privado, com horários flexíveis, refletindo sobre a tensão de papéis, “conflito entre as aspirações ocupacionais e os papéis familiares tradicionais”, característica da sociedade assimilacionista. Para o homem, a profissão, geralmente, vem antes de tudo, característica ligada à orientação educacional recebida.<sup>284</sup> Embora abdicasse de uma carreira política, o interesse de Josefina permaneceu e, dos bastidores, logo após o término de seu mandato, ajudou uma amiga a se eleger prefeita de São João do Piauí.

---

<sup>282</sup> AVELAR, op. cit., p. 26.

<sup>283</sup> COSTA, op. cit

<sup>284</sup> AVELAR, op. cit., p. 23-24.

Vim embora para cá [Teresina], para ser dona-de-casa. E tinha o que ‘botou’ em mim para ser candidata a prefeita [de São João], mas eu tinha a Abigail e o Eugênio [filhos]. Eu disse: - Não, já tenho meus filhos adolescentes, vou ganhar a eleição e perder meus filhos?<sup>285</sup> Mas disse que eles já tinham uma candidata, que era a Maria José [de Oliveira Paes Landim], que é candidata hoje novamente. Eu dizia para as pessoas votarem nela, porque no momento eu não podia me candidatar e coloquei na cabeça dela que ela tinha que ser prefeita e ela foi uma boa prefeita.<sup>286</sup>

E assim Josefina continuou sendo dona de casa, embora acredite não ter sido a decisão mais acertada, pois poderia ter insistido e tentado conciliar a vida pública com a vida privada: “me arrependi porque deveria ter tido mais um mandato”.<sup>287</sup> Posteriormente, não entrou mais em nenhuma disputa política e, após seu mandato, atuou no PDS feminino do Piauí, participação já citada no segundo capítulo.

Myriam Portella, ao contrário de Josefina, teve uma vivência política mais longa. Ela nasceu no Rio de Janeiro em virtude do emprego do pai, engenheiro civil do Exército. Contudo, toda a família é do Piauí e, desde um ano de idade, Myriam mora no Piauí; estudou no colégio Leão XIII, um colégio misto, e que priorizava muito os valores tradicionais. Casou-se aos 18 anos, na década de 1950, direcionando sua vida, inicialmente, para o casamento e a família, a esse respeito, a entrevistada acentua o seguinte:

Olha, da minha geração, era essa a questão mesmo, de casar e ter filhos, aí era a missão praticamente da mulher, e era o destino e o futuro da mulher, era casar e ter filhos e acho que eu segui até certo tempo essa coisa convencional. Minha família era convencional, eu fui criada numa coisa assim, com algum rigor, um rigor relativo, mas, de qualquer modo dentro daquele contexto que já existia, nada que fugisse então eu me casei, tive seis filhos [...].<sup>288</sup>

Como podemos verificar na trajetória de Myriam, sua vida seguiu, por algum tempo, o modelo tradicional de dedicação apenas ao marido e aos filhos, contudo, com o decorrer do tempo, seus desejos pessoais falaram mais alto, fazendo com que novas aspirações passassem a fazer parte do seu cotidiano.

[...] mas teve um certo momento que achei que deveria começar a trabalhar, eu já tinha quatro filhos [...]. Meus filhos eram pequenos, a mais velha, nesse

---

<sup>285</sup> Josefina ressalta dificuldades com os filhos, que, nesse momento, por conta da idade, estavam na adolescência e precisavam de uma atenção maior.

<sup>286</sup> COSTA, op. cit.

<sup>287</sup> COSTA, op. cit.

<sup>288</sup> NUNES, Myriam Nogueira Portella. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, ago. 2004.

tempo, acho que uns quatorze anos, e aí depois que entrei no Tribunal ainda tive mais dois filhos, então foi muito difícil, porque tinha a casa, tinha os filhos e ainda tinha assim, de qualquer modo, uma vida social intensa e era... e foi muito difícil.<sup>289</sup>

É importante lembrar que Myriam Portella foi casada com o médico e político Lucídio Portella Nunes, o qual exerceu os cargos de governador do Piauí e senador, sendo ainda médico do Hospital Pedro de Almeida Magalhães (Hospital da Prefeitura do Rio de Janeiro), diretor do Hospital Getúlio Vargas, em Teresina; diretor do Pavilhão de Tuberculose, em Teresina; representante da Delegacia de Saúde- 3º região e presidente da Junta Médica Federal do Piauí.<sup>290</sup> Além da agenda atarefada do então marido, e com quatro filhos, Myriam trabalhava no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Essa convivência em um espaço público instigou-a a voltar aos estudos, e a dar uma maior atenção aos seus projetos pessoais, buscando conciliar marido, filhos, estudo e trabalho. É interessante frisar que Myriam, por possuir uma condição financeira confortável, não desempenhava funções domésticas, contudo era sua função administrar a casa, observar o desenvolvimento de seus seis filhos, ajudar o marido, manter uma vida social intensa, como também prosseguir com seus projetos pessoais.<sup>291</sup>

Desde o final dos anos 1960, os cursos secundários e universitários foram crescendo e atingindo um maior público, como o público feminino, as mulheres, sendo que o ingresso delas na educação formal, mesmo que predominante apenas em algumas áreas, foi fundamental para que se integrassem à vida econômica e social.<sup>292</sup> Para o mundo político, um nível educacional paralelo ao status profissional pode indicar uma maior participação política a homens e mulheres, pois “a educação amplia a visão do mundo e pode dar ao indivíduo melhores condições de viver como deseja.”<sup>293</sup>

Essa ampliação na forma de ver o mundo pode ser identificada na trajetória de Myriam, que entra na política com apoio da família, que tinha influência política no Piauí, apesar de não ter um desejo aparente no início da trajetória. Por se dedicar mais aos filhos, casa e marido, Myriam, ao fazer parte do espaço público, através do trabalho, dos estudos e da política, passou a ter uma concepção própria de mundo e de como viver e redirecionar metas em sua vida. Enquanto deputada federal, passou a ter um posicionamento próprio, em termos de idéias e concepções políticas, demonstrando não estar mais na política para resolver uma

---

<sup>289</sup> NUNES, op. cit.

<sup>290</sup> KRUEL, Kenard. *Djalma Veloso: o político e sua época*. Teresina: Zodíaco, 2007. p. 519.

<sup>291</sup> NUNES, op. cit.

<sup>292</sup> AVELAR, op. cit., p. 34-35.

<sup>293</sup> AVELAR, op. cit., p. 35.

situação ou em função primordialmente da família, mas sim pelo que acreditava. E assim Myriam, passou a fazer parte da política não como espectadora, mas como alguém capaz de fazer ouvir sua voz, apesar de, em alguns momentos, essa relação com os pares políticos não ter sido de todo um casamento perfeito, como nos relata, ao tratar das singularidades da relação no Congresso.

No Congresso, nós éramos vinte e seis [deputadas]. A gente se entendeu muito bem, a gente interagiu com os deputados, Senadores, e de qualquer modo é... não era sempre aquela coisa, de não deixar de ser uma minoria... quatrocentos e tantos parlamentares e com os senadores dava mais de quinhentos, e nós éramos apenas vinte e seis, então era uma minoria. De qualquer modo tinha hora que a gente era olhada, assim, como uma coisa assim, ruim, pouco, mas “ruidosa”, de que dava um pouco de trabalho para eles.<sup>294</sup>

Num universo predominantemente masculino, em que as mulheres eram minoria, o embate pode ser percebido da seguinte maneira: os pares masculinos, ainda não viam com naturalidade as suas colegas, que lhes davam um pouco de trabalho; segundo relatou a ex-deputada. As mulheres na política, na década de 1980, ainda não podiam se mostrar muito e deveriam, normalmente, não divergir das opiniões masculinas.

A memória individual de Myriam apresenta características divergentes da de Josefina, quanto à relação com os pares políticos. No Congresso, Myriam relata determinados embates de opinião sobre a presença de colegas mulheres por parte dos homens, percebendo ainda “um certo olhar torto” na direção delas. Ao contrário, Josefina, não constata essa postura negativa por parte dos colegas quanto a sua presença na Assembléia, por ser a única mulher entre eles. Mas tal atitude masculina no Congresso não intimidou Myriam, tanto que continuou sua trajetória e não perdeu o encanto pela política. Segundo a ex-deputada, a política brasileira tem seus problemas, mas melhorou muito. Ela acentua que

[...] de qualquer modo eu acho que já evoluiu muito porque a política é uma coisa coletiva, o partido é um ente coletivo, então não adianta a gente querer trabalhar para uma coisa... um interesse pessoal, porque isso aí não vai prosperar, isso aí não vai...eu acho que as coisas têm melhorado [...] eu que a política apesar de ter seus ‘cancros’, suas ‘doenças’, como todo ramo da atividade humana, tem seus bons e seus maus, mas a política em si...eu acho que ela tem melhorado [...].<sup>295</sup>

---

<sup>294</sup> NUNES, op. cit.

<sup>295</sup> NUNES, op. cit.

Apesar dos problemas, segundo Myriam, a política ainda tem sua chance, e esse “encantamento” da ex-deputada se concretizou quando decidiu permanecer na área, andando com suas próprias pernas. Se retomarmos sua trajetória, percebemos que entrou diretamente na política por uma sobrevivência política, mas, após essa fase, como deputada federal quis voar sozinha. “Então quando eu fui deputada, a gente passa a ter algum, uma luz própria”. Essa luz própria, na prática, a fez mudar de partido político, o que contrariou uma tradição familiar e afetou sua vida privada. Após o mandato de deputada federal, Myriam ainda se candidatou novamente à Prefeitura de Teresina, em 1988, e a vereadora de Teresina, em 1992, mas não obteve sucesso em nenhuma eleição. Apesar de não mais se candidatar, Myriam continuou participando dos bastidores da política.

A família, além de impulsionar a entrada na política, como na trajetória de Josefina e Myriam, se constituía um alicerce importante para que algumas mulheres pudessem exercer a atividade política. Flora Isabel, ao ingressar nessa esfera, concomitantemente entra na UFPI. Ela ressalta a importância do apoio da família, para conseguir conciliar as esferas política e privada.

Conciliei porque o meu companheiro [marido, na época] e pai dos meus filhos sempre me ajudou muito [por exemplo] fazer supermercado, ajudava na criação dos filhos. Quando eu viajava, era ele que cuidava da casa, [auxiliado por] minha mãe. Para conciliar, eu contava assim com a cooperação dos meus pais, filhos, da minha família como um todo.<sup>296</sup>

Uma singularidade na trajetória de Flora Isabel foi o apoio do marido, que ajudava na realização dos afazeres domésticos, fato que sinaliza algumas alterações no cotidiano familiar no início da década de 1980.

O primeiro contato que a entrevistada teve com a política foi em sua militância no movimento estudantil, experiência condensada ao se filiar ao PT e, posteriormente, participar do movimento feminista do partido, sendo ainda presidente do sindicato dos servidores federais, quando já era casada e com dois filhos.<sup>297</sup> Em casa, Flora era apoiada por desenvolver um trabalho no espaço público, mas em outros espaços, essa ainda era uma conquista em construção. Segundo ela,

Não, eu tinha sim, eu era casada, uma vez eu fui ser candidata à presidência do sindicato, minha mãe ficou horrorizada porque achava que só tinha eu de mulher, aí eu fui atrás de uma mulher ou outra de algum outro órgão público

---

<sup>296</sup> RODRIGUES, Flora Isabel. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, jun. 2005.

<sup>297</sup> RODRIGUES, op. cit.

federal pra compor a chapa comigo, que foi a Gislene, que é do Ministério das Comunicações [na época da entrevista]. Então eu era mulher numa diretoria formada por uma diretoria evidentemente de homens.<sup>298</sup>

O universo público ainda estava absorvendo mulheres, como podemos observar pela dificuldade de Flora, ao procurar uma mulher para compor a chapa num espaço predominantemente masculino. Dificuldade semelhante constatou novamente em sua trajetória, quase vinte anos depois, quando deputada estadual, acentuando que observava um maior apoio dos colegas na Câmara Municipal.

Tive, mais do que aqui na Assembléia, eu considero a Câmara. Ela me acatou [como] mulher, me respeitava melhor até porque eu tinha a Trindade do meu lado. Acho que a Trindade sofreu mais os primeiros preconceitos, como éramos nós duas juntas uma do lado da outra, no plenário, a gente tinha uma força muito grande. E aqui, eu sozinha estou sentindo muita falta.<sup>299</sup>

Segundo Flora Isabel, sua trajetória política na Câmara Municipal de Teresina, na década de 1990, foi caracterizada por uma convivência mais amistosa que na Assembléia Legislativa, entre outras razões, por ter uma companheira do mesmo partido, Francisca Trindade, pois uma dava apoio à outra, o que não ocorreu na Assembléia. Quanto à pouca participação feminina na política, a deputada atribui isso ao fato de as mulheres serem responsáveis pelos filhos e casa, sendo a prática política uma exposição constante, à qual muitas não estão acostumadas.

Eu acho, assim, que tem dificuldades que passam, por exemplo, pela divisão da jornada de trabalho. Muitas mulheres não entram na política porque têm que cuidar dos filhos, da casa. Não tem a divisão do trabalho dentro de casa, nós ainda precisamos conquistar isso; precisamos conquistar a divisão dentro da casa. Muitas mulheres não têm tempo de entrar na política, de fazer política, fica limitado o seu tempo. Outra questão é o próprio mundo machista. Geralmente, as mulheres dos partidos estão fazendo cafezinho, arrumando comício, com a responsabilidade de organizar as contas. A luta da participação da mulher na política garantiu uma maior participação, agora, entendo, que têm muitas mulheres que não querem muitas vezes entrar, porque são expostas publicamente, todo mundo quer ver sua vida privada, a sua individualidade exposta nos jornais, na televisão.<sup>300</sup>

---

<sup>298</sup> RODRIGUES, op. cit.

<sup>299</sup> RODRIGUES, op. cit.

<sup>300</sup> RODRIGUES, op. cit.

Embora os movimentos sociais na década de 1980 tenham trazido muitas mulheres à cena política, a exemplo de Flora Isabel, esse fluxo ainda era muito lento, sendo que, segundo a deputada, a participação na política melhorou muito pouco e a isso ela atribui à formação da sociedade brasileira.

Pouca coisa melhorou pouca coisa... Por conta do machismo mesmo, por conta da sociedade, que ela ainda está muito enraizada ao poder patriarcal, às discriminações, aos preconceitos, mas nós temos conquistado através de mulheres que tiveram a coragem, de se expor. Até outro dia, a gente nem votava, não tinha direito nem a votar, na década de 1930 é que nós tivemos direito a votar, a ser parlamentar. O código civil, que foi revogado anteriormente, tinha o homem como a cabeça do casal, a mulher, em alguns momentos, teve que pedir permissão ao marido para trabalhar, então existem essas conquistas. Aqui na Assembléia, até poucos dias, a mulher podia entrar só vestida de saia.<sup>301</sup>

Mas, apesar dessa vivência na política não ser ainda perfeita, a deputada ressalta suas compensações. Quando indagada se é feliz na política e se vale a pena enfrentar problemas, preconceitos, e ainda deixar a família um pouco de lado, para exercer um cargo político, ela responde:

Em alguns momentos, me sinto satisfeita pelo que eu faço. Acredito que é uma missão, não estou fazendo política por acaso, é uma missão que eu tenho, agora, é uma missão “espinhosa”, porque, às vezes, você se sente muito agredida, como a gente [na Assembléia] é muito exigida. O tempo da gente é muito escasso, abandono minha família, meus filhos.  
[...].

Eu vou, quando eu estiver mais velha, eu vou analisar se valeu a pena o que eu fiz. Às vezes eu me pergunto, –vale a pena? Acho que vale, estou gostando, estou fazendo um bem a muitas pessoas, estou quebrando preconceitos e gosto e tenho orgulho de ser do Partido dos Trabalhadores, foi o único partido que eu tive na minha vida, foi uma escola na minha vida. Então, mesmo em alguns momentos, quando a gente está mais cabisbaixa..., mas mesmo assim acredito que vale a pena, espero que, quando eu estiver com sessenta, setenta anos, quando eu [estiver] atrás das minhas energias, a questão da saúde é...tenha visto que valeu a pena.<sup>302</sup>

Carmem Lúcia, assim como Flora Isabel, confessa que conseguiu conciliar a política com as outras funções em casa, mas isso só foi possível com o estabelecimento de horários não conflitantes e ajuda de outras pessoas.

---

<sup>301</sup> RODRIGUES, op. cit.

<sup>302</sup> RODRIGUES, op. cit.



Eu sempre conciliei muito bem, sou determinada nos horários e me desdobro pra cumprir com as minhas obrigações, por exemplo, supermercado, eu só faço à noite, quando eu tenho tempo... eu me organizo em casa, porque até hoje as compras da minha casa quem faz sou eu, sou eu quem escolho o que vou comer, oriento, fiscalizo toda a limpeza da casa, acompanho minhas filhas nos estudos e nas dificuldades, procuro professores que possam esclarecer e acompanhar no que for necessário.<sup>303</sup>

À medida que, em casa, as dificuldades são minimizadas por encontrar brechas e ajuda, no espaço político, a relação das mulheres com os pares políticos ainda não pode ser identificada como de uma amizade mútua. Segundo a vereadora, a disputa vai além dos projetos, já que ser colocado em um segundo plano, reconhecer o sucesso feminino constitui uma barreira que os homens têm que superar. Os homens não admitem que as mulheres possam se sobrepor a eles.

Isso acontece até mesmo dentro da nossa casa, quando a gente vê que o marido não admite ganhar menos, e nem ser subordinado à mulher. Falo de um modo geral, isso ocorre com muita frequência, e aqui na Câmara com o cargo político que eu alcancei, até hoje, apesar de ter participado de alguns cargos administrativos, politicamente, eu sou vereadora até agora. Nos projetos que a gente coloca, que vise a um objetivo social e por isso mesmo tenha uma maior aceitação e divulgação, é rejeitado pelos colegas, para que a autora não se sobressaia. Tal rejeição ocorreu comigo. Tenho um projeto que cria a bolsa de trabalho mirim dentro do município de Teresina. Esse projeto está engavetado, ele deveria ser implantado com base no rendimento escolar do estudante. Naquela escola os alunos iriam se esforçar um pouco mais pra poder se sobressair dos outros, disputando ganhar uma bolsa, isso é um incentivo, e infelizmente, foi engavetado, nem votado foi.<sup>304</sup>

Sem dúvida, uma educação culturalmente equivocada, em que os papéis masculino e feminino são tradicionalmente separados, dificulta, aos dois, posteriormente, quebrar essa barreira, pois a divisão de papéis fica, subjetivamente, enraizada em sua vivência, construindo preconceitos e regras sociais.

Aí é que eu digo, isso depende de nós mulheres. No dia que nós nos conscientizarmos que tudo depende de nós, a partir desse momento, as coisas vão mudar, [...] porque não existe nenhum legado escrito que possa dizer à mulher: ela é isso ou aquilo, a mulher vai fazer isso ou vai fazer aquilo, a mulher não pode aquilo e o homem pode. Não existe nada que diga, quem cria isso na cabeça somos nós. Então, se nós criamos, passamos para nossos filhos homens e mulheres; eles vão se moldar à nossa criação, somos a matriz de tudo [...] qualquer postura dos nossos filhos vai depender daquilo

---

<sup>303</sup> NOGUEIRA, Carmem Lúcia Carvalho. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, nov. 2004.

<sup>304</sup> NOGUEIRA, op. cit.

que nós ensinamos a eles. Se nós ensinarmos que assim como a mulher pode lavar a louça depois do almoço, depois do jantar, o homem também pode fazer a mesma coisa. Então a mulher desde cedo deve educar que os filhos deveriam ser iguais, não é? [...] Outra coisa que está em decadência é a instituição familiar, pelo fato também das mulheres, hoje, além da política, economicamente ela tem desenvolvido um papel muito grande, apesar de ainda não ser recompensada por isso, mas a mulher hoje está nas ruas, apesar de nós não termos muitas mulheres [à frente do poder]. Então é o que acontece, por exemplo, a maioria dos homens são secretários, nós temos poucas secretárias tanto no Estado como no Município e nós achamos inclusive que, os homens não querem ser mandados pelas mulheres. Infelizmente é questão da cultura, da educação, então eles não querem ser subordinados, por isso existe essa discriminação e termina fazendo com que a mulher seja prejudicada na sua ascensão.<sup>305</sup>

Carmem Lúcia atribuí às mulheres a harmonia familiar, ao destacar que essa instituição se encontra em decadência, em razão de as mulheres estarem desempenhando funções no espaço público. Maria José Leão corrobora com o que constatamos anteriormente, e com o que Carmem Lúcia apontou em sua fala, assegurando que a função primeira da mulher é ser dona de casa. Maria José Leão, que tem três filhos e oito netos, com residência em Floriano, vem a Teresina por conta da Assembléia, dividindo-se mais ainda para dar conta da política e da família.

[...] eu vivo aqui, [em Teresina] mas moro em Floriano. Então eu tenho minha casa lá em Floriano, que tenho que tomar de conta, [...] temos que dar conta da nossa organização de mãe de família, de esposa e de avó, mas, sobretudo, nós temos que conciliar, saber dividir a hora também do político, da política. Nas horas mais importantes [...] a mulher tem que realmente saber dividir o seu espaço, porque a política requer o político, ele é solicitado para tudo, ele tem as audiências públicas, além das sessões ordinárias que nós temos aqui [na Assembléia] normal, toda segunda e quinta, nós temos audiências públicas na parte da tarde, nós temos a reunião de comissão, eu faço parte de quatro comissões aqui, temos que participar das reuniões, defendendo o povo, defendendo os projetos, vendo o que é bom, o que não é, o que é constitucional, o que não é, dando o nosso voto de sim ou de não. Nós temos as visitas às pessoas, nós temos visitas nos hospitais, [...] sabendo o que está acontecendo para poder tentar ajudar e resolver algum problema, tem as solenidades, que chega a noite, você ainda tem que ir para uma solenidade, que você é convidado tem que participar... Enfim e tendo isso nós temos que saber conciliar, para dar a satisfação ao povo do nosso trabalho.

A maioria das entrevistadas não apresenta, em sua fala, muitos conflitos acerca da relação entre a política e a esfera privada, talvez pelo fato de não desempenharem determinadas funções domésticas, mas sim um acompanhamento constante e intensivo delas.

---

<sup>305</sup> NOGUEIRA, op. cit.

Contudo, é preciso observar que existem as brechas do cotidiano, que desequilibram essa harmoniosa conciliação. Vale ressaltar que Francisca Trindade, que tinha dois filhos pequenos, deixava-os aos cuidados de mãe, para poder desenvolver seu trabalho, na Assembléia Legislativa e posteriormente no Congresso Nacional.<sup>306</sup>

---

<sup>306</sup> TRINDADE, Lídia Maria da. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, mar. 2008.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período estudado, a participação da mulher na política piauiense, deu-se de forma crescente, tornando o espaço da política mais feminino. Esse percurso foi trilhado com algumas singularidades, conquistas, resistências e descobertas. Mulheres como Maria Guadalupe Lima, primeira vereadora da Teresina; Iracema Santos Rocha, com posicionamento próprio diante de situações delicadas num período de recessão política; Genu Moraes, que, por encanto pela política, apesar de uma tradição familiar, não seguiu uma perspectiva direcionada às mulheres. Elas, entre outras, a seu modo, escreveram o próprio nome na política.

Mas estar no espaço da política, para algumas mulheres, pôde ser percebido como uma situação pouco confortável, principalmente pelas atribuições que a atuação pública exige de quem a exerce, ficando ainda expostas a críticas, positivas ou negativas, em contraponto às tradicionais funções que as mulheres costumam desempenhar no espaço privado.

Mas a inserção feminina se constitui uma realidade no Piauí, que se tornou possível, foi possível, basicamente, pela formação tradicional do Estado. Para isso, foi de suma importância o apoio dos pares políticos, que tinham uma influência política e /ou familiar, como foi o caso de Josefina, Myriam e Maria José. Aliado a isso, elas tiveram a oportunidade de desenvolver um trabalho social muito importante à frente da comunidade local- Josefina, em São João do Piauí, Myriam, em Teresina e Maria José em Floriano, como primeiras-damas. Essa posição não foi e não é degrau para uma trajetória política, mas, nos casos citados, funcionou como um impulso a mais. Outra razão foi o contexto político e familiar no qual essas mulheres estavam inseridas, não enfrentando maiores dificuldades em sua entrada na trajetória política. Carmem Lúcia, apesar de ter na família uma participação política, entrou na política incentivada por um amigo. Elvira Raulino, em Teresina, foi apoiada por amigos políticos em suas candidaturas e conseguiu um cargo eletivo em sua cidade de origem.

Na década de 1980 e 1990, outros fatores foram se consolidando e possibilitando que mulheres não inseridas na política, conforme os exemplos citados, pudessem nela ingressar. Entre esses fatores, há os movimentos sociais, destacando-se o movimento feminista. Contudo, estar em movimentos sociais não era uma prática constante das mulheres piauienses, havendo um aumento, na década e 1990, embora ainda fossem poucas a entrada de mulheres na política. Tais movimentos, porém, foram importantes, por dar voz às mulheres, através delas mesmas ou de alguns homens. É observada, nos jornais da época, uma quantidade

razoável de artigos que abordam o caminho traçado pelos movimentos no Piauí. Dentro dessa característica, destacamos a trajetória Flora Isabel, por ter participado do movimento estudantil, ter sido sindicalista e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Teresina, entre outras atividades, bem como o de Francisca Trindade, por ter iniciado sua trajetória nos grupos de jovens, e posteriormente, ter fundado a Associação dos Moradores, em seu bairro de origem, sendo ainda presidente e diretora da FAMCC. Essas mulheres e suas ações, também, revelam os movimentos sociais urbanos em Teresina, nas décadas de 1980 e 1990.

Paralelo aos movimentos sociais urbanos surgiu o movimento de mulheres, que funcionou como um detonador, ao questionar e possibilitar discussões e alterações nas leis, despertando homens e mulheres para questões não apenas femininas, mas questões que estavam, de algum modo, incomodando a sociedade. Assim, o feminismo no Piauí, entre 1980 e 1990, ganha visibilidade, se organiza, é questionado, deturpado em seus objetivos, modificado internamente, passando a ser aceito por alguns homens e mulheres, se consolidando como um movimento ainda em construção, sem o medo da década de 1970.

Contudo as mulheres e a sociedade piauiense ainda estavam caminhando nessa trajetória, é o processo de absorver e viver todas essas mudanças não foi de todo bem sucedido. Algumas ainda se utilizavam de estratégias para serem “aceitas” no espaço da política, apesar de terem vindo de uma relação direta de apoio político, pois continuavam sendo mulheres e homens culturalmente educados, para exercer, em determinados espaços, determinadas funções.

Assim, compreendemos que a participação feminina na política piauiense, durante o período estudado, se deu de forma lenta e crescente, com uma inserção ainda pautada na família e no continuísmo político, com poucas exceções através de movimentos. Todas foram, no entanto, de muita importância enquanto conquistas do espaço público, se articulando entre as normas e as novidades, continuando tradições e modificando suas subjetividades.

## REFERÊNCIAS E FONTES

### ARTIGOS, LIVROS, MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: editora brasiliense, 1985.

ALVES, Luzia de Fátima. *Mulheres em movimento, movimentos de mulheres – um estudo sobre as lutas das mulheres em São Bernardo do Campo na década de oitenta*. Dissertação (Mestrado em História)- PUC, São Paulo, 1995.

ARRAES, Ricardo. *Elites políticas e oligarquias no Piauí: 1982-1994*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)- UNICAMP, São Paulo, 1999.

ARAÚJO, Clara. Políticas eleitorais de cotas e os desafios das mulheres na esfera legislativa no Brasil. *Fragments da Cultura*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 259-284, fev. 2005.

AVELAR, Lúcia. Mulher e Política: o mito da igualdade. *Social Democracia Brasileira*, Brasília, ano I, n. 2, p. 40-54, mar. 2002.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1989.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 607-639.

BESSE, Susan K. Atualização da educação dos filhos. In: BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 99-121.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BONFIM, Washington Luís de Sousa; JUNIOR; Raimundo Batista dos Santos Formação política. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (org.). *Piauí – Formação, desenvolvimento, perspectiva*: Teresina: Halley, 1995. p. 41-54.

BRANCO, Nerina Castelo. Presença da mulher. In: SANTANA Raimundo Nonato Monteiro de (org.). *Piauí – Formação, desenvolvimento, perspectiva*. Teresina: Halley, 1995. p. 391-403.

BRANDÃO, Wilson Nunes. *Mitos e lendas da política piauiense*. Teresina, 2006.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Família e poder na capitania do Piauí. In: BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995. p. 267-313.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. A memória política: versões de gênero. *Cadernos Pagu*, p. 197-198, 1994.

CADERNOS Feministas de Economia e Política. Recife: Casa da Mulher no Nordeste, n. 2, 2005.

CADERNOS Feministas de Economia e Política. Recife: Casa da Mulher no Nordeste, n. 3, 2006.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

\_\_\_\_\_. *Mulheres, escolarização de terceiro grau e mercado de Trabalho em Teresina*. (Monografia de final de curso)- Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1998.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Os domínios da história: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-296.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira Republica*. Teresina: F.C.M.C, 1996.

FERREIRA, Maria Mary. *Os bastidores da Tribuna: mulher, política e poder no Maranhão*. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

FONTINELES, Claudia C S. *Do ocaso aparente investimento: a situação do magistério e atendimento ao aluno na rede pública estadual de ensino do Piauí (1988-2000)*. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2003.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

Governadores do Piauí: uma perspectiva histórica. Teresina: *FUNDAÇÃO CEPRO*, 1993.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

GODINHO, Tatau. Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (orgs.). *A mulher nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 150-182.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 2003.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HISTÓRIA das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Revista do núcleo transdisciplinar de estudos de gênero*. v. 1, n. 1, p. 7-30, 2º sem. 2001.

HOBSBAWM, Eric. Os anos dourados. In: \_\_\_\_\_. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 253-281.

\_\_\_\_\_. A revolução social. In: \_\_\_\_\_. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 282-313.

\_\_\_\_\_. Revolução cultural. \_\_\_\_\_. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 314-336.

KRUEL, Kenard. *Djalma Veloso: o político e sua época*. Teresina: Zodiaco, 2007.

LIMA, Antônia Jesuíta de. Teresina: novas imagens da pobreza e redefinição da cidade. In: LIMA, Antônia Jesuíta de *As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003. p. 39-104.



LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MULHER e democracia em dados. Recife, ano 2, n. 2, jan. a abr. 2006.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Quem é Deus e o Diabo na Terra do sol? A questão da propriedade privada e o anticomunismo em Teresina na década de 1960. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *História e historiografia*. Recife: Bagaço, 2006. p. 321-346.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

QUEIROZ, Teresinha. Do Império à República: a utopia da participação política. In: QUEIROZ, Teresinha *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: EDUFPI, 1998. p. 281-340.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 89-98, 1998.

\_\_\_\_\_. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de Lima. SCHMIDT, Simone Pereira. *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 31-41

ROCHA, Olívia Candeia Lima. *Lugares saber e poder: apropriação feminina sobre as práticas discursivas entre 1875 e 1950*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, Marly. *A Década de 80- Brasil: quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Ática, 1994.

SANTOS, Kleber Montezuma Fagundes dos. *Movimento de professores e cidadania: o movimento de professores da APEP e a construção e a construção de uma nova cidadania em Teresina (1978-1982)*. Teresina: Halley, 1996.

SANTOS, José Lopes dos. *Novo tempo chegou*. Teresina: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

\_\_\_\_\_. *Piauí: a força do poder municipal*. Teresina, 1989.

SCHUMAHER, Schuma. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, Jean. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-95.

SILVA, Maria Dulce. *Em busca da prevalência: padrões de relacionamento entre Movimentos Sociais Urbanos e Estado, em Teresina*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, 1989.

SILVESTRI, Celsi Brönstrup. Política e condição feminina: representações na mídia impressa brasileira (período 1994-1999). In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup (orgs.) *Coletânea gênero plural*. Curitiba: UFPR, 2002. p. 153-173.

SOIHET, Rachel. Feminismos e cultura: uma questão no Rio de Janeiro dos anos 1970-80. In: ABREU, Martha. SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 413-436.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion ;VAINFAS, Ronaldo. *Os domínios da história: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. História das mulheres e história de gênero – um depoimento. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 77-87, 1998.

SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A participação feminina na política piauiense nas décadas de 1980 e 1990*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2005.

SCHPUN, Mônica Raisal. Carlota Pereira de Queiroz: uma mulher na política. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 33, 1997.

\_\_\_\_\_. Carlota Pereira de Queiroz era antifeminista? In: COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 81-104.

TABAK, Fanny. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados-Coordenação de Publicações, 1989.

\_\_\_\_\_. *Mulheres Públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TAVARES, Zózimo. *O Piauí no século 20: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003.

TORRES, Iraildes Caldas. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002.

## FONTES

### Jornais

Jornal O Dia, 1970 a1998. Circulação diária.

Jornal Meio Norte. Encarte especial, 28 de julho de 2003.

### Depoimentos

ALMEIDA, João Clímaco de. *Depoimento concedido ao Núcleo de história oral da FUNDAÇÃO CEPRO*, v. I e II, Teresina, set. 1984.

COSTA, Josefina Ferreira. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, set. 2004.

LEÃO, Maria José. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, maio. 2005.

MORAES CORRÊA, Maria Genoveva de Aguiar. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa e a Joseanne Zingleara Marinho*. Teresina, ago. 2007.

OLIVEIRA, Elvira Mendes Raulino de. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*, Teresina, mar. 2008.

NOGUEIRA, Carmem Lúcia Carvalho. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, nov. 2004.

NUNES, Myriam Nogueira Portella. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, ago. 2004.

RODRIGUES, Flora Isabel. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, jun. 2005.

SILVA, Maria Dulce. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, abr. 2008.

TRINDADE, Lídia Maria da. *Depoimento concedido a Nalva Maria Rodrigues de Sousa*. Teresina, mar. 2008.

Listas de candidatos. Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Teresina – PI.

*PIAUI. Lista de candidatos para o cargo de prefeito, de vice-prefeito e de vereador de 1976, no Piauí*. Teresina, 2004a

*PIAUI. Lista de candidatos para o cargo de deputado estadual, deputado federal, senador, governador e vice-governador de 1978, no Piauí*. Teresina, 2004b.

*PIAUI. Lista de candidatos para o cargo de deputado estadual, deputado federal, senador, governador e vice-governador de 1982, no Piauí*. Teresina, 2004c.

*PIAUI. Lista de candidatos para o cargo de prefeito, de vice-prefeito de 1985, no Piauí*. Teresina, 2004d.

*PIAUI. Lista de candidatos para o cargo de deputado estadual, deputado federal, senador, governador e vice-governador de 1986, no Piauí. Teresina, 2004e.*

*PIAUI. Lista de candidatos para o cargo de prefeito, de vice-prefeito e de vereador de 1988, no Piauí Teresina, 2004f.*

*PIAUI. Lista de candidatos para o cargo de senador, deputado federal, governador e deputado estadual de 1990, no Piauí. Teresina, 2007a.*

*PIAUI. Lista de candidatos para o cargo de prefeito e vereador de 1992, no Piauí. Teresina, 2007b.*

*PIAUI. Lista de candidatos para o cargo de presidente, senador deputado federal, governador, deputado estadual de 1994, no Piauí. Teresina, 2007c.*

*PIAUI. Lista de candidatos para o cargo de prefeito e vereador de 1996, no Piauí. Teresina, 2007d.*

*PIAUI. Lista de candidatos para o cargo, presidente, senador deputado federal, governador, deputado estadual de 1998, no Piauí. Teresina, 2007e.*